

A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016):

*uma sistematização quantitativa preliminar e
alguns problemas de investigação.*

Luís Roberto de Paula

**Resenha
& Debate**

Nova série - Volume 2

Resenha & Debate

Nova série

Volume 2, 2017

ISBN: 978-85-98428-52-9

A presente publicação segue as diretrizes da licença Creative Commons 4.20.



Resenha & Debate. Nova Série é um boletim eletrônico sem periodicidade fixa destinado à divulgação científica, editado a partir do Laboratório de Pesquisas, Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Setor de Etnologia e Etnografia - Departamento de Antropologia - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Editores: Antonio Carlos de Souza Lima e Bruno Pacheco de Oliveira

Laboratório de Pesquisas em Etnicidade Cultura e Desenvolvimento (Laced)

Coordenadores: João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima

Departamento de Antropologia

Museu Nacional

Quinta da Boa Vista s/nº - São Cristóvão
Rio de Janeiro - RJ - CEP. 20540-365 - Brasil
<http://www.laced.etc.br>
Email: laced@mn.ufrj.br

Setor de Etnologia e Etnografia

Curador: João Pacheco de Oliveira

Departamento de Antropologia

Chefe: Edmundo Marcelo Mendes Pereira

Museu Nacional

Diretora: Claudia Ferreira Rodrigues de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

Projeto Efeitos Sociais das Políticas Públicas sobre os Povos Indígenas - Brasil, 2003-2018: Desenvolvimentismo, participação social, desconstrução de direitos, e violência.

Financiamento: Fundação Ford (Doação n. 0150-1310-0)

Coordenador: Antonio Carlos de Souza Lima

Subcoordenador: Bruno Pacheco de Oliveira

Editora Linhas Tortas:

linhastortas@alcateia.com

Design, editoração e revisão: Ricky Nobre

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	7
3. A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM PROCESSOS ELEITORAIS NA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA: POTENCIAIS CONEXÕES ENTRE ABORDAGENS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS	9
4. A DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS INDÍGENAS ENTRE 1976-2016: UMA SISTEMATIZAÇÃO PRELIMINAR.....	13
4.1. DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS NA SÉRIE HISTÓRICA MAPEADA.....	14
4.2. MANDATOS INDÍGENAS E DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA.....	15
4.3. MANDATOS INDÍGENAS, ESTADOS E REGIÕES.....	21
4.4. MANDATOS INDÍGENAS E MUNICÍPIOS.	29
4.5. MANDATOS INDÍGENAS, ETNIAS E PARTIDOS	32
4.6. MANDATOS INDÍGENAS EM CURSO: UM CAMPO EM ABERTO PARA ESTUDOS ETNOGRÁFICOS.....	37
5. A PONTA DO ICEBERG.....	40
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	44
ANEXOS 1 A 6 – TOTALIZAÇÕES E GRÁFICOS COMPLEMENTARES DOS MANDATOS INDÍGENAS	46-61
ANEXO 7 – LISTA INTEGRAL DOS NOMES DOS INDÍGENAS ELEITOS NO PERÍODO DE 1976-2016	62

SOBRE O AUTOR

Desde agosto de 2013 é professor da Fundação Universidade Federal do ABC (Campus São Bernardo do Campo), exercendo a docência nos bacharelados de Ciências e Humanidades e Planejamento Territorial. Graduado em Ciências Sociais (1995) pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Antropologia Social (1996-2007) pela mesma instituição. Consultor de estudos de impacto ambiental causados por projetos desenvolvimento sobre povos indígenas e em processos de identificação de terras indígenas e quilombolas. Exerceu ainda assessorias em organizações governamentais tais como Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto de Formação e Pesquisa Indígena (Iepe), bem como junto a órgãos governamentais (Funai, ITESP, PDPI/

MMA). Entre 2010 e 2013 foi Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando nos cursos de Pedagogia e de Formação Intercultural para Professores Indígenas. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena (Jê Centrais – Xerente e Xavante), atuando principalmente nos seguintes temas: terras e territorialidades indígenas, organização social e parentesco e faccionalismo indígena; política indígena e indigenista; índios na política; políticas públicas para povos indígenas, populações tradicionais e índios residentes em área urbanas; desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento, formação de professores indígenas, estudos de impacto ambiental, responsabilidade social do antropólogo

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo principal proporcionar subsídios teóricos e metodológicos para a construção de uma agenda de pesquisa que articule metodologias quantitativas e qualitativas sobre o fenômeno crescente da participação indígena em processos eleitorais. Apresento, por um lado, uma inédita sistematização sobre a distribuição de 583 mandatos indígenas (prefeitos, vices e vereadores) ao longo de uma série histórica delimitada entre 1976 e 2016 (cruzando-os com variáveis tais como filiação partidária, étnica, distribuição por municípios e estados).

Sistematizei ainda um conjunto de trabalhos que analisam o voto e os processos eleitorais numa perspectiva antropológica, com ênfase em estudos etnográficos com participação indígena. São também discutidos problemas metodológicos que emergiram no decorrer do trabalho de mapeamento dos mandatos. No decorrer do artigo busco destacar as potenciais conexões entre algumas das proposições extraídas da literatura antropológica sobre os processos eleitorais e a sistematização quantitativa dos 583 mandatos indígenas mapeados nessa investigação.

ABSTRACT

This article aims to provide theoretical and methodological support for the construction of a research agenda that articulates quantitative and qualitative methodologies on the growing phenomenon of indigenous participation in electoral processes. On the one hand, I present an unprecedented systematization of the distribution of 583 indigenous mandates (mayors, vices, and councilmen) over a historical series delimited between 1976 and 2016 (crossing them with variables such as political parties, ethnic affiliation, distribution by municipalities and states). I also systematized

a set of papers that analyze the voting and electoral processes from an anthropological perspective, with emphasis on ethnographic studies with indigenous participation. Also discussed are methodological problems that emerged in the course of mapping mandates. In the course of the article I seek to highlight the potential connections between some of the propositions extracted from the anthropological literature on the electoral processes and the quantitative systematization of the 583 indigenous mandates mapped in this investigation.

PALAVRAS-CHAVE

Povos Indígenas. Eleições Municipais. Antropologia do Voto. Prefeitos Indígenas. Vereadores Indígenas.

Indians People. Municipal Elections. Anthropology of Voting. Indians Majors. Indigenous Concilors.

A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS (1976 A 2016): UMA SISTEMATIZAÇÃO QUANTITATIVA PRELIMINAR E ALGUNS PROBLEMAS DE INVESTIGAÇÃO.

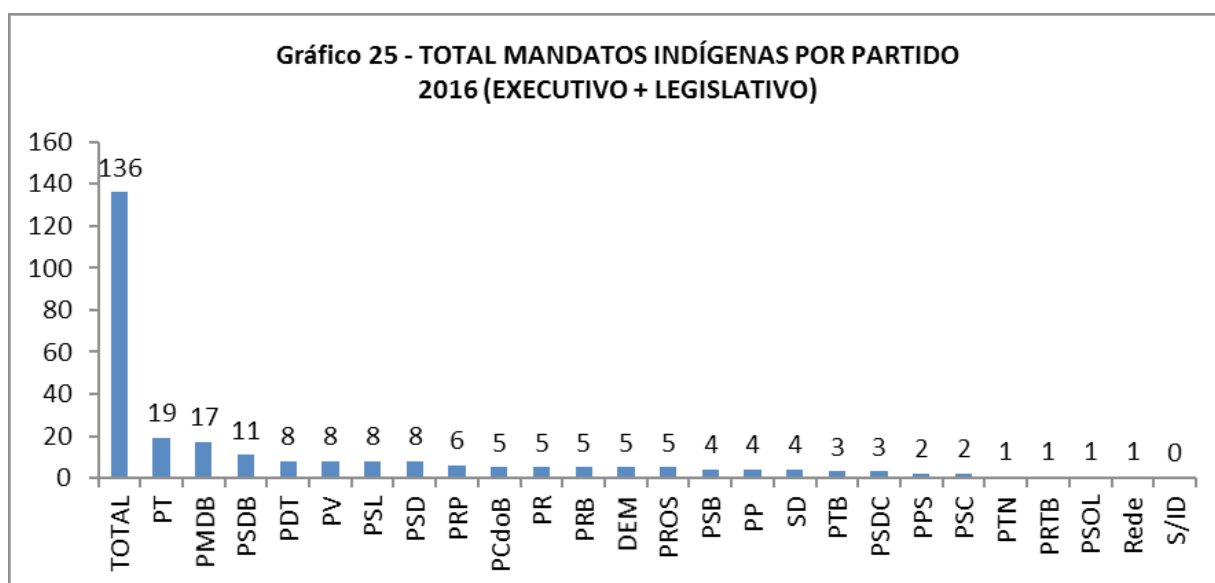
LUÍS ROBERTO DE PAULA

1. INTRODUÇÃO

Apesar de pouco conhecido pela opinião pública nacional, ainda timidamente estudado no campo acadêmico e sistematizado de maneira intermitente por entidades de apoio aos povos indígenas, o fenômeno da participação indígena em processos eleitorais municipais já tem uma longa trajetória histórica no Brasil.

As fontes para o mapeamento dos 583 mandatos indígenas conquistados em pleitos municipais entre 1976 e 2016 nos informam

que nas eleições municipais de 1976 foram eleitos para o mandato de vereador sete indígenas (cinco pela ARENA e dois pelo MDB). Quatro décadas depois, nas eleições municipais de 2016, membros de 14 etnias (de um total de 315 existentes no país) conquistavam 136 mandatos, sendo 125 deles como vereador, sete como prefeito e quatro como vice-prefeito¹. Nesse pleito eleitoral, o PT obteve o maior número dos mandatos indígenas (19), seguido do PMDB (17), PSDB (11), dentre outros partidos, conforme ilustrado no gráfico a seguir.



¹ A fonte principal da sistematização de dados da eleição de 2016 está em <http://radioyande.com>

Um dos objetivos centrais desse artigo é o de apresentar e descrever esse conjunto de 583 mandatos indígenas, cruzando-o com variáveis tais como filiação étnica, filiação partidária, localização político-administrativa dos mandatos (municípios e estados), pleitos eleitorais, mandatos de prefeitos, vices e vereadores. Nele também são discutidos problemas metodológicos que emergiram no decorrer do trabalho de mapeamento e sistematização dos dados aqui apresentados – subnotificação, informações contraditórias ou ausentes, etc. Em caráter preliminar, apresenta-se ainda um balanço de algumas perspectivas antropológicas sobre processos eleitorais, com ênfase em trabalhos etnográficos sobre a participação indígena. Tratam-se de estudos de escopo qualitativo, derivados da agenda teórico-metodológica que tinha então como horizonte a “antropologia do voto e dos processos eleitorais”, tal qual anunciado por Palmeira & Goldman (1996). Como grande parte dos dados que apresento nesse artigo é de natureza quantitativa, com ênfase na sistematização da distribuição de mandatos indígenas ao executivo e legislativo municipais e seus cruzamentos com as variáveis já anunciadas, o leitor poderá questionar a coerência metodológica da inclusão de um balanço bibliográfico de escopo fundamentalmente qualitativo, tal qual apresentado na seção três desse artigo. A justificativa mais simples para essa inclusão é que a literatura antropológica produzida até aqui sobre fenômenos eleitorais, comumente associados à ciência política e a métodos quantitativos (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996:13), é fundamentalmente de escopo etnográfico e, portanto, qualitativo. Assim, faz-se necessário demonstrar o estado da arte dessa literatura que vem sendo produzida no país há mais de três décadas. Além disso, no decorrer do artigo, em especial em suas considerações finais, buscarei destacar as potenciais conexões entre al-

gumas das proposições extraídas da literatura antropológica sobre os processos eleitorais e a sistematização quantitativa dos 583 mandatos indígenas mapeados nessa investigação. Finalmente, ao fazer referências às questões levantadas por outras disciplinas sobre fenômenos eleitorais, mesmo que de maneira breve e referenciada em leituras de segunda mão, o artigo também pretende demonstrar a natureza multidisciplinar do objeto investigado.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A sistematização de dados sobre a participação indígena em processos eleitorais político-partidários é antiga e relativamente consistente. Duas das principais organizações indigenistas brasileiras são responsáveis pela sistematização e disseminação de dados dessa natureza: o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e o CEDI (Centro Ecumênico de Divulgação e Informação), que em 1994 tornou-se o ISA (Instituto Socioambiental).

O (CIMI), órgão anexo à Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) é a instituição que divulgou de maneira mais sistemática dados sobre mandatos indígenas. Esses mapeamentos podem ser encontrados em edições publicadas desde a década 1980 em seu principal veículo de comunicação, o jornal “O Porantim”. Os arquivos digitalizados e disponíveis na internet do hoje extinto CEDI também subsidiariam o mapeamento dos mandatos indígenas aqui sistematizados. Informações sobre a conquista de mandatos indígenas em pleitos eleitorais municipais foram também encontradas em matérias diversas sobre temas indigenistas nos próprios veículos de comunicação do CIMI, como também do CEDI/ISA e em outras fontes da internet. Um banco de dados que venho compondo desde agosto de 2016 é a fonte

de elaboração dos gráficos apresentados principalmente na Seção 4 desde artigo, e que ilustram o cruzamento dos mandatos indígenas com diversas variáveis aqui já aludidas (etnias, partidos políticos, municípios, estados, pleitos eleitorais).

Quando disponíveis, busquei também inserir outros dados tais como a votação numérica de cada

candidato, se foi eleito pela primeira vez ou se tratava de reeleição, a coligação pela qual se candidatava e o sexo dos candidatos. Este último conjunto de dados teve como fonte a base "Resultados das Eleições" do TSE. Entretanto, havia de antemão um problema no acesso à confirmação destes dados, pois o TSE só disponibiliza dados oficiais eleitorais a partir das eleições de 1994. Um segundo problema ocorreu no decorrer dessa tentativa de confirmação de dados disseminados pelas instituições indigenistas no site do TSE: após as eleições de outubro de 2016, os resultados aos pleitos eleitorais municipais de 1996, 2000 e 2004 tornaram-se inacessíveis. Diante destas duas dificuldades, abandonei a proposta de verificação formal dos mandatos indígenas, mas sem deixar de avaliá-la como uma ação fundamental no sentido de validar as informações coletadas.

Setembro-96

DORANTIM

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Índios conquistam espaço político

Mais de oitenta indígenas candidataram-se ao cargo de vereador e prefeito; foi a maior participação de todos os tempos

Kátia Vasca

Guarani-Kaiowá, Nandewê e Timba. Em Minas Gerais, houve a maior concorrência ao Executivo, três candidaturas a prefeito e três a vice-prefeito. Manoel Gomes de Oliveira elegeu-se ao cargo de vice-prefeito de São João das Missões. Detalhe: 50% da extensão de São João das Missões é a área indígena do povo Xacriabá. José Gomes de Oliveira e Valdemar Xavier dos Santos foram eleitos vereadores também em São João. Todos estes pertencem ao povo Xacriabá e são do PSDB. O pastor Manoel da Silva, casado Thymanduba, também conquistou o cargo de vereador, pelo PL, em Carmópolis, em MG.

No Anapólis, o índio Galbi Marcondes, João Neves dos Santos, conseguiu eleger-se a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no município do Oiapoque. João Neves teve o apoio do governador do Amapá, João Capiberibe (PSB). Dos 2.868 votos, Neves conquistou 1.713, 80% de índios e 20% de brancos, deixando em segundo lugar o candidato da situação Sérgio Gomes (PSDB).

É o primeiro indígena eleito ao cargo de prefeito na Amazônia e o segundo no país. Nancy Potiguara foi a primeira no país a se eleger prefeita, em Baía da Traição (PB), que novamente deve ser administrada por outro indígena, Marcos Potiguara.

*Assessoria de Imprensa/Civil

NOME	CARGO	MUNICÍPIO	UF	POVO	PARTIDO
João Neves	Prefeito	Oiapoque	AP	Galbi Marcondes	PSB
Manoel Potiguara	Prefeito	Baía da Traição	PB	Potiguara	PSB
Flávio Carvalho	Vereador	São Gabriel da Cachoeira	AM	Dessano	PT
Alberto Barbosa	Vereador	São Gabriel da Cachoeira	AM	Itinano	PEL
Thiago Maranhão Cardoso	Vice-prefeito	São Gabriel da Cachoeira	AM	Pira-Tapira	PSDB
Luano Barbosa	Vereador	Uruatituba	RR	Macuxi	PT
Nelson Galí	Vereador	Normandia	RR	Macuxi	PT
Odilene Jaituba	Vice-prefeito	Normandia	RR	Macuxi	PT
Joel França Miguel	Vereador (seleto)	Normandia	RR	Macuxi	PTB
Manoel Tapano Ramos	Vereador	Normandia	RR	Macuxi	PTB
João Maranhão	Vereador	Pacaraima	RR	Macuxi	PTB
Marisa Lúcia	Vice-prefeita	Pacaraima	RR	Macuxi	PTB
Antônio Pereira	Vereador	Pacaraima	RR	Macuxi	PTB
Domingos Bonito	Vereador	Pacaraima	RR	Macuxi	PTB
Batista de Oliveira	Vereador	Benjamin Constant	RS	Kaingang	PMDB
Fláudio de Oliveira	Vereador	Charmá	RS	Kaingang	PMDB
Espiro Lopes	Vereador	Gramado de São Lourenço	RS	Kaingang	PMDB
Luizina Krimbit	Vereador	Bom Jesus	PE	Kaimabá	PP
Manoel Oliveira	Vice-prefeito	São João das Missões	MG	Xacriabá	PSDB
João Oliveira	Vereador	São João das Missões	MG	Xacriabá	PSDB
Valdemar Xavier dos Santos	Vereador	São João das Missões	MG	Xacriabá	PSDB
Manoel da Silva	Vereador	Carmópolis	MG	Pitaitá	PL

Fonte: Registro do Civil e organizações indígenas

Outra dificuldade presente no processo de construção da base empírica de dados relacionou-se à ausência de informações sobre algumas das variáveis selecionadas que compõem o perfil de cada mandato indígena, principalmente, como será visto, filiação partidária e étnica. Essa dificuldade na obtenção de dados empíricos sobre a participa-

ção indígena em processos eleitorais implica que o conjunto de 583 mandatos indígenas aqui mapeados não representa a totalidade daqueles conquistados pelos índios durante o período analisado. Essa subnotificação pode ser ilustrada a partir de duas informações colhidas em momentos distintos da composição desse artigo. No primeiro caso, tratou-se de uma informação obtida em periódico digital na internet sobre a não-reeleição de um candidato indígena em um município do Espírito Santo: "Primeiro vereador indígena não se reelege em Aracruz" (04.10.2016)². O segundo caso chegou às minhas mãos por intermédio de um colega. Ele chamou minha atenção para uma lacuna no Gráfico 17 (página 30), uma vez que, segundo ele, em São Gabriel da Cachoeira, município do Amazonas, foram eleitos mais quatro vice-prefeitos indígenas em pleitos ocorridos durante

² Periódico virtual "Século Diário" sediado no Espírito Santo. <http://seculodiario.com.br/30868/10/primeiro-vereador-indigena-nao-se-reelege-em-aracruz> (acesso em 04.01.2017)

o período aqui analisado e sob os quais tinha completo desconhecimento. Optei por não incorporar esses dados nessa versão final porque esses dois exemplos de indicação da subnotificação em minha base de dados certamente se ampliarão quando o artigo vier a ser disseminado entre agentes envolvidos no campo indigenista, em particular, a partir de novas informações e, muito provavelmente, questionamentos e correções a serem apresentadas por lideranças indígenas envolvidas mais diretamente nos processos eleitorais mapeados.

Duas últimas reflexões de ordem metodológica. Primeiro, optei por somar o conjunto de *mandatos indígenas* alcançados pelos índios no período analisado e não o conjunto de *indígenas eleitos*. O motivo para isso é que há casos de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos indígenas eleitos e reeleitos, não só para os mesmos cargos, como alguns que começaram como vereadores, foram reeleitos nessa condição e depois foram eleitos como prefeitos ou vice-prefeitos. Deixo claro que não haveria empecilhos de ordem metodológica para identificar esta sobreposição de mandatos e pessoas eleitas. Entretanto, resolvi deixar a empreitada para outra ocasião, devido, novamente, às mudanças que esse movimento acarretaria na elaboração dos gráficos e análises apresentadas. Segundo, que a sistematização dos dados sobre mandatos indígenas conformaram duas etapas metodológicas de análises interdependentes, mas passíveis de serem apresentadas e discutidas separadamente como fiz aqui: uma sincrônica, ou seja, que apresenta e analisa o conjunto de 583 mandatos indígenas e suas articulações com as variáveis aqui já mencionadas em cada um dos pleitos eleitorais (1976, 1982, 1985, 1988, 1992 e assim sucessivamente), e uma diacrônica, que realiza o mesmo exercício de cruzamento de variáveis, mas tendo como referência o conjunto total de mandatos indígenas obtidos ao longo

de toda a série histórica.

Antes de descrever e analisar os resultados quantitativos relativos à sistematização dos 583 mandatos indígenas aqui mapeados, apresento da maneira mais sintética possível um balanço teórico-metodológico da literatura antropológica produzida até aqui sobre a participação de segmentos sociais em processos eleitorais, com atenção redobrada à inserção dos povos indígenas nesse tipo de dinâmica social.

3. A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM PROCESSOS ELEITORAIS NA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA: POTENCIAIS CONEXÕES ENTRE ABORDAGENS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

Não pretendo elaborar uma revisão da ampla literatura já produzida nas ciências sociais sobre as diversas temáticas envolvidas na análise de processos eleitorais. Goldman & Sant'Anna (1996) comentam, por exemplo, duas das obras da ciência política nacional dedicadas à “análise das eleições” das quais os autores extraem proposições clássicas que servem como matriz para o diálogo crítico a que se propõem em seu ensaio, por seu turno, voltado para a construção de uma abordagem antropológica dos “processos eleitorais e do voto”. São elas: “*Coronelismo, Enxada e Voto. O município e o Regime Representativo no Brasil*” de Victor Nunes Leal (1949) e “*A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro*” de Antonio Lavareda (1991). Enquanto na primeira, bem como em outras obras publicadas no mesmo período, destacam-se aspectos tais como a morfologia partidária nacional “amorfa” e em processo de desestruturação; a identificação do

caráter negativo da dinâmica eleitoral sobre o comportamento dos eleitores (“voto de cabresto”, “mandonismo local”, “coronelismo”, “cooperação”) e a falta de “racionalidade” nas escolhas eleitorais da população (“alienação”, “irracionalidade”, “ausência de consciência de classe”), a segunda obra, realizada 30 anos depois, apresenta como tese principal a percepção de que o sistema político-partidário brasileiro, apesar de manter alguns dos aspectos negativos apresentados por Victor Nunes Leal, teria permitido a “consolidação” e o “enraizado dos partidos junto ao eleitorado brasileiro”. De acordo com Goldman & Sant’Anna, independentemente da perspectiva adotada sobre a relação entre os partidos políticos e o eleitorado nacional, os temas ali destacados ainda ressoam nos debates atuais acerca dessa dimensão fenomenológica da política-partidária nacional.

É justamente contra essa chave interpretativa excessivamente centrada na “análise das eleições”, a partir da supervalorização do sistema político-partidário, que se insurge a coletânea “Antropologia, voto e representação política”, organizada por Moacir Palmeira e Márcio Goldman (1996), tanto em termos conceituais, como metodológicos. As reflexões introdutórias apresentadas pelos dois organizadores e solidamente aprofundadas pela dupla Goldman & Sant’Anna no primeiro ensaio da obra ecoam não apenas nos demais artigos da coletânea, como também, como será visto, em estudos antropológicos posteriores sobre processos eleitorais que envolveram a participação indígena. Arrisco afirmar que uma das melhores justificativas para essa perspectiva

inovadora está presente na seguinte fórmula: “...*não [se trata] de explicar o voto e as eleições, mas de tentar uma certa inteligibilidade das tramas que envolvem esses fenômenos*” (GOLDMAN & SANT’ANNA, 1996: 22). Dada a nova chave interpretativa pela qual os autores propõem construir uma original agenda de pesquisa sobre o “voto e os processos eleitorais” nas sociedades ditas complexas, os dez artigos que compõem a coletânea buscam decifrar, a partir da observação participante – daí a ‘insurgência’ fundamentalmente metodológica da abordagem antropológica –, as inter-relações entre disputas eleitorais e as lógicas faccionais, comunitárias, familiares, ritualísticas que se encontram enredadas em processos eleitorais delineados entre o final da década de 1980 e início da de 90 e, em sua grande maioria, em pequenos municípios brasileiros³.

Os autores propõem o que podemos chamar de uma agenda teórico-metodológica, numa perspectiva antropológica para análise do voto e dos processos eleitorais e, para tanto, elencam algumas condições para consecução dessa empreitada. Elas se encontram distribuídas mais precisamente ao longo do ensaio de Goldman & Sant’Anna. Sinteticamente: a) a observação da pluralidade das motivações para o voto, como, por exemplo, os critérios de seleção da biografia dos candidatos escolhidos, reconhecendo que “...*o voto está envolvido em uma rede de forças que transcende em muito o domínio do que se convencionou denominar ‘política’*”; b) reconhecer os diferentes modos de se pensar e viver o “político”, “...*afastando-nos dos fantasmas da ‘irracionalidade’, sempre invocados*

³ Os atores e temas de análise são múltiplos e os cenários de estudo se espalham pelo país afora: comunidades camponesas no RS e no NE; articulação de grupos políticos em um antigo bar famoso da Vila Madalena (SP); eleições estaduais em Pernambuco e sua representação na mídia; o “voto étnico” em uma disputa eleitoral Blumenau (SC) com o foco numa colônia alemã; o uso da “noção de pessoa”, cara à etnologia indígena, para decifrar a lógica eleitoral das eleições em Buritis, município do interior de Minas Gerais; a importância e o peso da biografia de candidatos a vereador e prefeito na cidade do Rio de Janeiro tendo como cenário etnográfico a campanha nas ruas e, por fim, uma análise pós-eleitoral sobre a “cultura do decoro” parlamentar, tendo os parlamentares como “nativos”.

ou exorcizados quando não compreendemos bem aquilo de que pretendemos falar”; c) implementar uma análise que leve em conta a dimensão da subjetividade dos eleitores, movimento que problematizaria conclusões mecânicas sobre a suposta ‘manipulação’ da consciência popular; (GOLDMAN & SANT’ANNA, 1996: 30-32).

Esse conjunto de proposições orientou de maneira geral a literatura antropológica dos processos eleitorais analisada neste artigo. Nela é possível identificar dois grupos de trabalhos sobre processos eleitorais em pequenas localidades espalhadas pelo país, que se distinguem mais pelo objeto de análise investigado (cenários, dramas e atores) do que pelas orientações teórico-metodológicas, uma vez que todas possuem escopo etnográfico. O primeiro conjunto focaliza os processos eleitorais nos quais está envolvida uma ampla gama de segmentos sociais. Além da coletânea comentada acima, integram esse grupo duas obras mais recentes: *Como se fazem eleições no Brasil*. (2002), HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C. & BARREIRA, I. (orgs.). e PALMEIRA, M. & BARREIRA, C. (orgs.). (2006), *Política no Brasil: visões de antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ NuAP/UFRJ. Um segundo conjunto tem como objeto de investigação e de análise etnográfica o segmento indígena propriamente dito. Nesse segundo conjunto há uma distinção importante: por um lado, os trabalhos (artigos, teses e dissertações) produzidos no âmbito acadêmico

stricto sensu e, por outro, aqueles disseminados em publicações de organizações indigenistas, como por exemplo, as indicadas na parte metodológica do artigo.

Dentro do conjunto de artigos não acadêmicos que tratam especificamente da participação indígena em processos eleitorais, destaco um diminuto, mas de caráter seminal: trata-se de “Índios, Eleições e Partidos” elaborado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira ainda no ano de 1983. O autor, ao nos informar brevemente sobre as candidaturas indígenas lançadas nas eleições municipais de 1982, chama a atenção para aspectos tais como: a participação indígena em processos locais associados a clivagens étnicas e faccionais; a necessidade de construção de alianças táticas com não-índios; os “desacertos na tradução”, já que índios e brancos fariam códigos distintos também quando o tema é processo eleitoral; a exacerbação de disputas faccionais a partir da inserção indígena nas máquinas partidárias e a incapacidade das mesmas em lidar com as lógicas locais (OLIVEIRA, 1983). Além da crítica à incompreensão da questão indígena por parte dos partidos políticos de maneira geral e vice-versa, o autor comenta ainda a atuação de Mário Juruna⁴, o primeiro e único índio eleito ao cargo de deputado federal em toda a história do país, nas eleições casadas de 1982.⁵ Outro artigo na mesma linha de divulgação, que comenta a participação indígena em processos

⁴ Para uma análise singular – na perspectiva da “política linguística” – da relação da grande mídia nacional e a trajetória de Mário Juruna entre 1973 e 1983, ver Graham (2011).

⁵ Mario Juruna foi eleito pelo PDT no RJ com 31.904 votos em 1982, ocupando o mandato de deputado federal entre 1983 e 1986. Nas mesmas eleições de 1986, não só Juruna, mas outros 8 candidatos indígenas concorreram ao mandato a deputado federal visando, principalmente, participar do processo constituinte que teria como resultado final a Constituição Federal de 1988. Apoiados pela União Nacional dos Índios (UNI), já extinta, nenhum deles acabou se elegendo. Destaque-se que 5 candidaturas saíram pelo PT (David Yanomami – RR, Gilberto Macuxi –RR, Alvaro Tukano – AM, Biraci Iaianaua – AC e Karáí Mirin Guarani – SP); 3 pelo PDT (Nicolau Tsererowe Xavante – MT, Marcos Terena – DF, e próprio Mario Juruna – RJ) e, por fim, Idjahuri Karaja – GO pelo PMDB.

⁶ Ver: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/Indios-e-a-eleicao/instituicoes-dos->

⁷ Enquanto a participação indígena em processos eleitorais municipais é um caso de flagrante sucesso (pelo menos em termos quantitativos), no caso do legislativo federal e estadual é uma raridade, apesar dos constantes e insistentes lançamentos de candidaturas indígenas principalmente na segunda esfera.

eleitorais municipais de 2000, é de autoria do antropólogo Marcos Pereira Rufino⁶. O autor aponta outro conjunto de aspectos presente em processos eleitorais envolvendo a participação indígena: a crescente participação indígena demonstrada pelos dados das eleições de 2000⁷; o modo “anedotário” pelo qual a imprensa brasileira normalmente trata do assunto (“*É como se a candidatura indígena selasse, solenemente, a inexorável aculturação*”); a questão de gênero, indicando a participação de uma mulher indígena naquelas eleições e uma tendência dos não-índios em classificar as opções indígenas por mandatos partidários na chave dicotômica esquerda versus direita.

O terceiro e último eixo que organiza esse balanço bibliográfico preliminar na perspectiva antropológica associa-se ao segundo por ter como tema central a participação indígena em processos eleitorais e ao primeiro pelo fato de ecoar tanto preocupações teórico-metodológicas presentes na *análise do voto indígena*, como por serem prioritariamente fruto de pesquisas etnográficas desenvolvidas durante e depois de processos eleitorais com participação indígena.

Pelo levantamento bibliográfico elaborado até o momento, é na minha própria etnografia sobre os Xerente (De Paula, 2000) que aparece de maneira mais densa a participação indígena em processos eleitorais municipais e as inter-relações desse fenômeno com a estrutura social do grupo, em particular, a associação de ambas à lógica de parentesco, clânica e faccional, no caso, Xerente. Em artigo publicado em 2006, o antropólogo Ricardo Cid Fernandes

nos apresenta uma etnografia da participação kaingang no município de Manoel Ribas (RS) nas eleições municipais de 2004, demonstrando também as repercussões dessa participação entre os Kaingang da Terra Indígena Ivaí⁸. Ao que tudo indica, “Política e políticos indígenas: a experiência Xakriabá” (2008), de Alessandro Roberto de Oliveira, é o primeiro estudo etnográfico em nível de mestrado integralmente dedicado a etnografar e analisar a participação indígena em processos eleitorais municipais. O autor afirma a tese da “indigenização da política”, na chave conhecida de Marshall Sahlins, para explicar o eficaz desempenho Xakriabá no município de São João das Missões (MG) desde 2004. A dissertação de mestrado de Florbela Almeida Ribeiro (2009) apresenta uma excelente etnografia da participação de segmentos da etnia Tenetehara (MA) nas eleições municipais de Jenipapo dos Vieiras (MA) em 2008. De maneira original, a autora optou por acompanhar a campanha de uma candidata a vereadora não-indígena tanto na cidade, como nas aldeias indígenas, buscando captar as negociações, reações, estratégias e comportamentos eleitorais de agrupamentos tenetehara durante o “tempo da política”. Marina Vanzolini, em “Eleições na aldeia ou o Alto Xingu contra o Estado” (2011), utiliza como atalho etnográfico a participação indígena nas eleições municipais de 2008 para discutir o papel da chefia ameríndia entre os Aweti e confirmar a famosa tese do antropólogo Pierre Clastres sobre as sociedades (ou socialidades) contra o Estado. Zoppi (2011) e Lubel (2015)⁹ descrevem e analisam as conexões existentes entre a estrutura social das etnias protagonistas de suas investigações, os movi-

⁶ Não tive acesso a um trabalho sobre o tema de Marcelo Piedrafita Iglesias sobre a “A participação indígena nas eleições municipais de 2004 no Acre”.

⁹ Lubel afirma que se tratou da “primeira prefeitura indígena no município (e no Brasil)” (2015: 22). A autora apenas sugere seu critério para essa forte proposição: o fato do prefeito e o vice serem indígenas. Entretanto, tivemos em 2004 a eleição de prefeito e vice da etnia Potiguar em Marcação (PB) e, no mesmo ano de 2008, em São João das Missões (MG), prefeito e vice Xakriabá.

mentos indígenas locais e a participação indígena em processos eleitorais municipais. Enquanto Zoppi aborda a antiga inserção dos Kaxinawá em pleitos eleitorais municipais (desde 1992) e a reprodução nativa e criativa de “prefeituras indígenas” em terras indígenas kaxinawá, Iubel, por um lado, reconstrói o processo de constituição de uma aliança política regional entre as etnias da região e, por outro, descreve e analisa um conjunto de conflitos intraétnicos que emergiriam a partir da conquista dos mandatos indígenas a prefeito e vice no município de São Gabriel da Cachoeira/AM. Estes dois últimos trabalhos têm como diferencial inovador e original não o tema da participação indígena em processos eleitorais propriamente ditos, mas sim, a descrição etnográfica mais densa dos impactos, desafios, inovações e contradições intraétnicas e intracomunitárias decorrentes da *gestão indígena dos mandatos conquistados*. Ambos os trabalhos buscam também dialogar com temáticas centrais da produção etnológica nacional e internacional e, não por acaso, Pierre Clastres e Eduardo Viveiros de Castro aparecem como referências para as duas autoras. Enquanto Zoppi propõe a ideia de “índio dual” – “o índio político da cidade não é o índio político da aldeia” –, dialogando diretamente com a proposição de Viveiros de Castro sobre “homônimos equívocos” (Zoppi, 2012:145), Iubel apresenta um salto reflexivo nos debates sobre a fórmula ontológica e, diria, desgastada, da “sociedade contra o Estado” clastreana, propondo que os índios de São Gabriel fazem política “ora contra o Estado, ora através do Estado, ora com o Estado”. (Iubel, 2015:23). Apenas em um artigo recente (CODATO & LOBATO & CASTRO, 2016), é possível encontrar elementos de análise de ordem quantitativa numa investigação sobre o perfil sociopolítico de candidatos indígenas a

deputado estadual nas eleições gerais de 2014 a partir dos dados disponibilizados pelo TSE¹⁰.

Como se verá a seguir, foram mapeados 583 mandatos indígenas para o legislativo e executivo municipais e distribuídos por distintos partidos políticos, sendo que 136 deles estão atualmente em curso; esses mandatos foram conquistados por mais de 90 etnias, portadoras de estruturas sociais e históricos de contato interétnico dos mais diversos e em 145 diferentes municípios brasileiros. Esse conjunto de dados, somados por um lado à complexidade burocrática do sistema político-partidário e sua difícil apropriação nativa nos e, por outro, à histórica dificuldade dos partidos políticos em internalizar os cuidados necessários para lidar com a diversidade sociocultural trazida pelos mandatos indígenas, são demonstrações empíricas do quanto se faz necessária a intensificação e a consolidação de uma agenda de pesquisas, ainda tímida, sobre a participação indígena em processos eleitorais no Brasil.

4. A DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS INDÍGENAS ENTRE 1976-2016: UMA SISTEMATIZAÇÃO PRELIMINAR.

Ao se defrontar com os gráficos e descrições apresentadas nessa seção sobre a distribuição dos mandatos indígenas em território nacional ao longo da série histórica delimitada, espero que leitor não perca de vista as diversas proposições qualitativas extraídas do balanço teórico realizado na seção precedente. Em outras palavras, espero que o leitor perceba as potenciais conexões existentes entre os dados

¹⁰ Um balanço produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), e publicado em 2016, também avaliou o perfil dos candidatos autodeclarados indígenas nas eleições de 2014 (estaduais e federais). Ver bibliografia.

empíricos presentes nessa espécie de ‘mapa étnico dos índios eleitos no Brasil’ e as diversas proposições de escopo qualitativo associadas a perspectiva da antropologia do voto apresentadas na seção anterior. Na seção final, retomarei esse diálogo e, na medida do possível, apresentarei algumas das potenciais conexões teórico-metodológicas que dele, a meu modo de ver, é possível extrair.

4.1. DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS NA SÉRIE HISTÓRICA MAPEADA

O total de mandatos indígenas (legislativo e executivo) em eleições municipais alcançados entre 1976 e 2016 foi de 583. Deste conjunto, 518 são mandatos de vereador, 28 de prefeito e 37 de vice. Há alguns raros casos nos quais os mandatos indígenas de prefeito e vice ocorreram no mesmo pleito eleitoral, como será comentado mais à frente.

Ao longo da série histórica analisada, ou seja, 11 pleitos eleitorais entre 1976 e 2016, o crescimento da obtenção de mandatos indígenas é evidente, demonstrando o quanto o fenômeno da participação indígena na esfera municipal da política-partidária nacional é uma realidade em forte consolidação no país.

Ao longo da série, nota-se que apenas as eleições de 1992 e de 2004 não acompanharam a evolução positiva dessa participação.

A evolução histórica dos mandatos indígenas especificamente para os cargos do executivo também mantém uma curva ascendente, apesar da queda do número de vices indígenas eleitos no último pleito, em 2016. Em 2008 tivemos a maior quantidade de mandatos para os dois cargos do executivo (14), enquanto que em 2016 foram eleitos o maior número de prefeitos indígenas em toda a série histórica. Note-se que foi no pleito de 1985 que tivemos o primeiro prefeito e vice identificados como indígenas eleitos no país (ainda que em municípios diferentes e ambos em chapas com a presença de aliados não-índios).

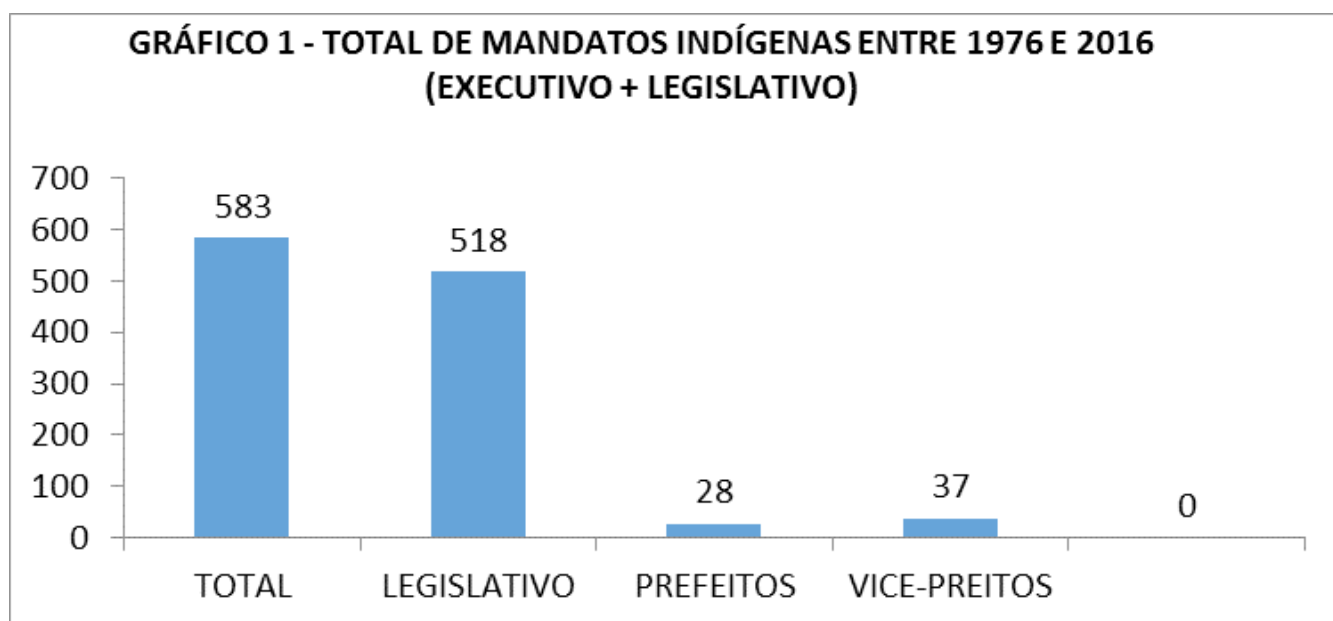


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR PLEITO MUNICIPAL ENTRE 1976 E 2016 : EXECUTIVO + LEGISLATIVO

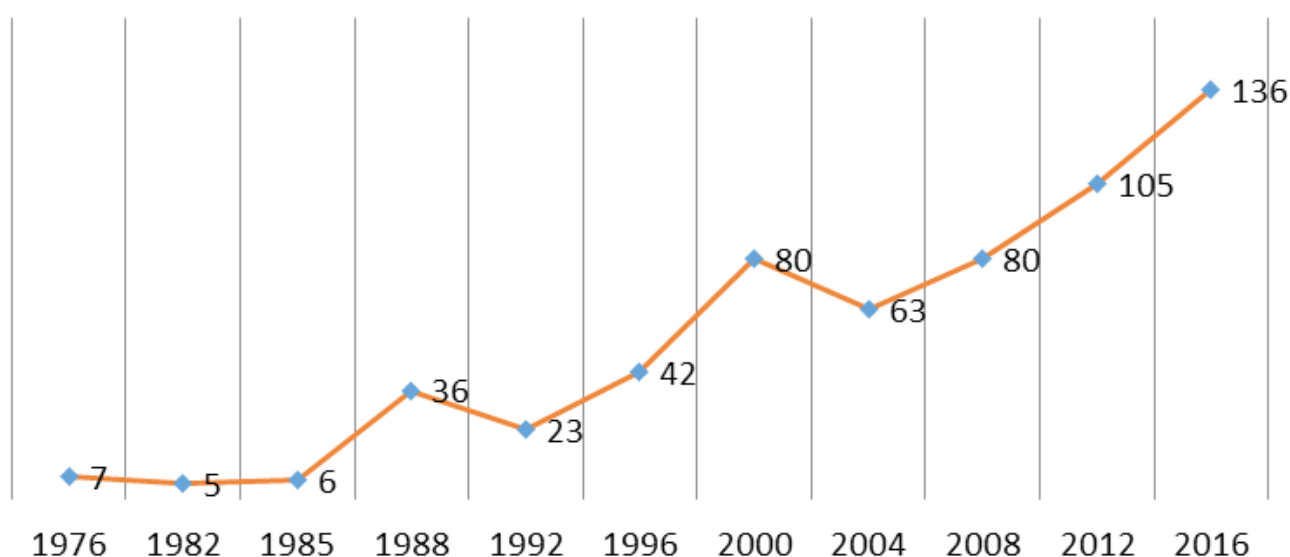
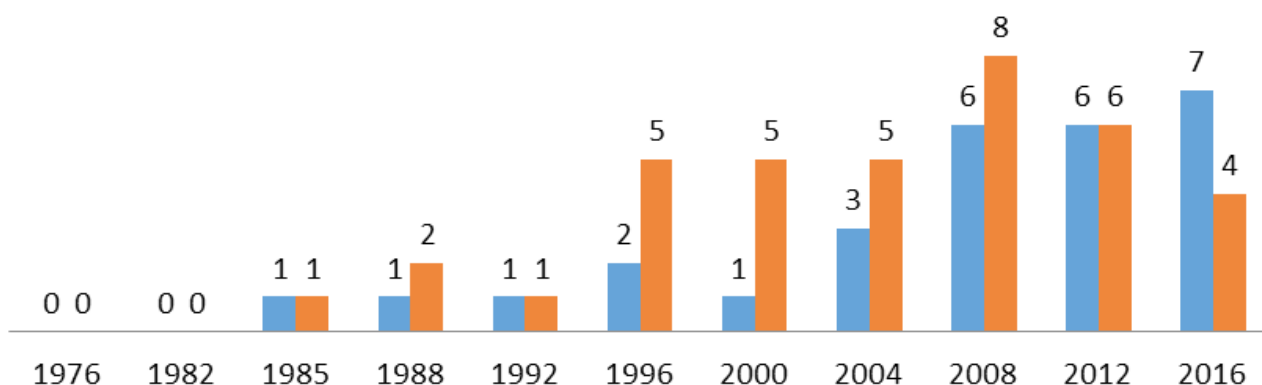


Gráfico 4 - MANDATOS INDÍGENAS POR PLEITOS MUNICIPAIS DE 1976 A 2016 : EXECUTIVO

■ PREFEITO ■ VICE-PREFEITO



4.2. MANDATOS INDÍGENAS E DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA

Como é possível antever, a fragmentação que é marca característica do sistema político-partidário nacional¹¹, é reproduzida em grande medida quando observamos a distribuição dos mandatos indígenas conquistados, não só ao longo da série histórica (1976-2016),

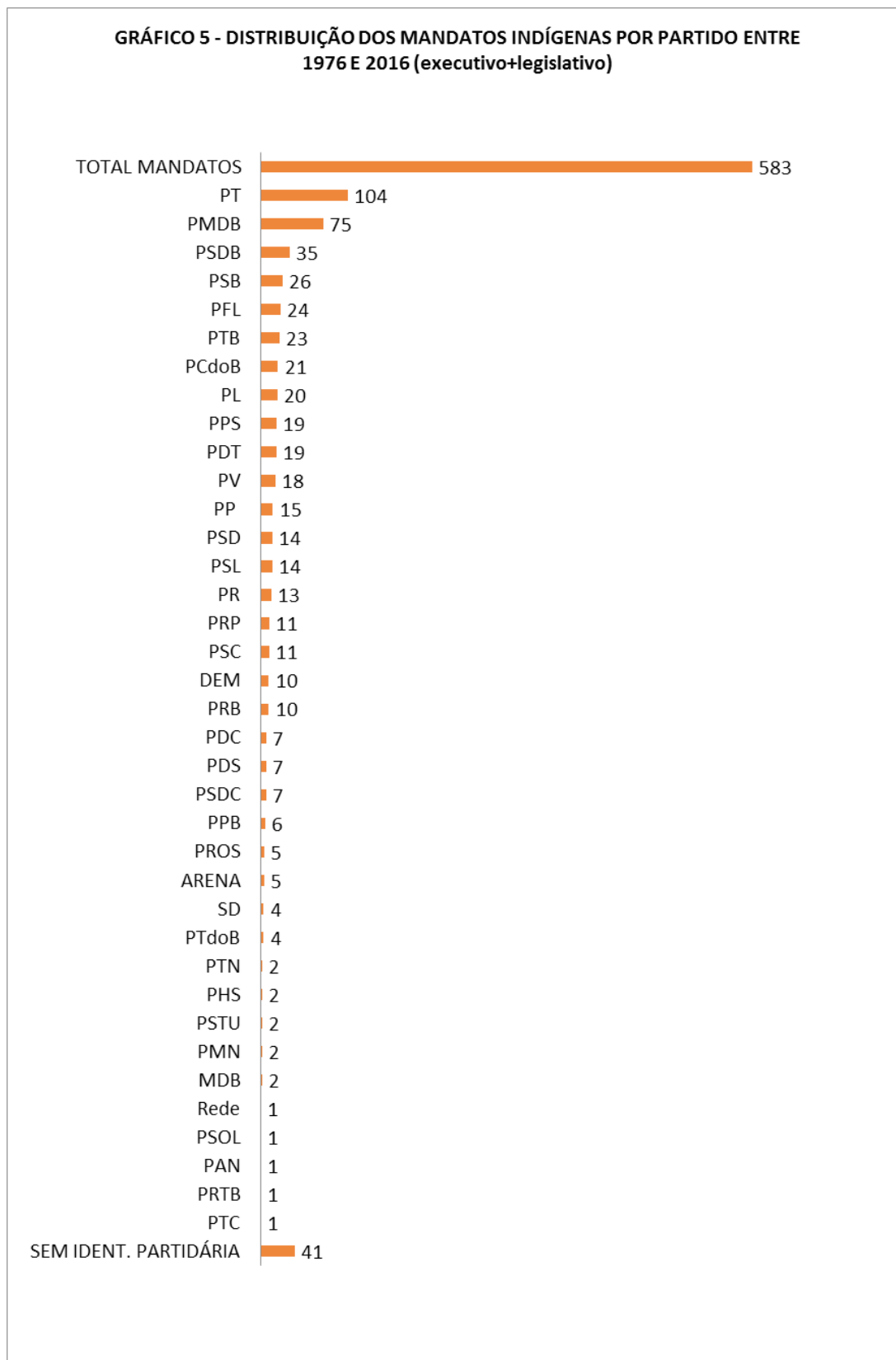
como também quando olhamos mais detidamente para cada um dos pleitos eleitorais sincronicamente.

É de certa forma surpreendente nos defrontarmos com o fato de que o partido que possui a maior quantidade de mandatos indígenas conquistados ao longo da série histórica e, como veremos, também nos últimos pleitos eleitorais, é o PT com um total de 104. Seguem-

¹¹ Ver, por exemplo, Limongi & Vassellai (2016).

se, pela ordem, o PMDB com 75, e bem mais distantes, o PSDB com 35, o PSB com 26, o extinto PFL com 24 e assim sucessivamente, como pode ser observado no Gráfico 5. Partidos novos mais “sintonizados” com a “causa indígena”, como a REDE e PSOL, tiveram eleitos pela primeira vez

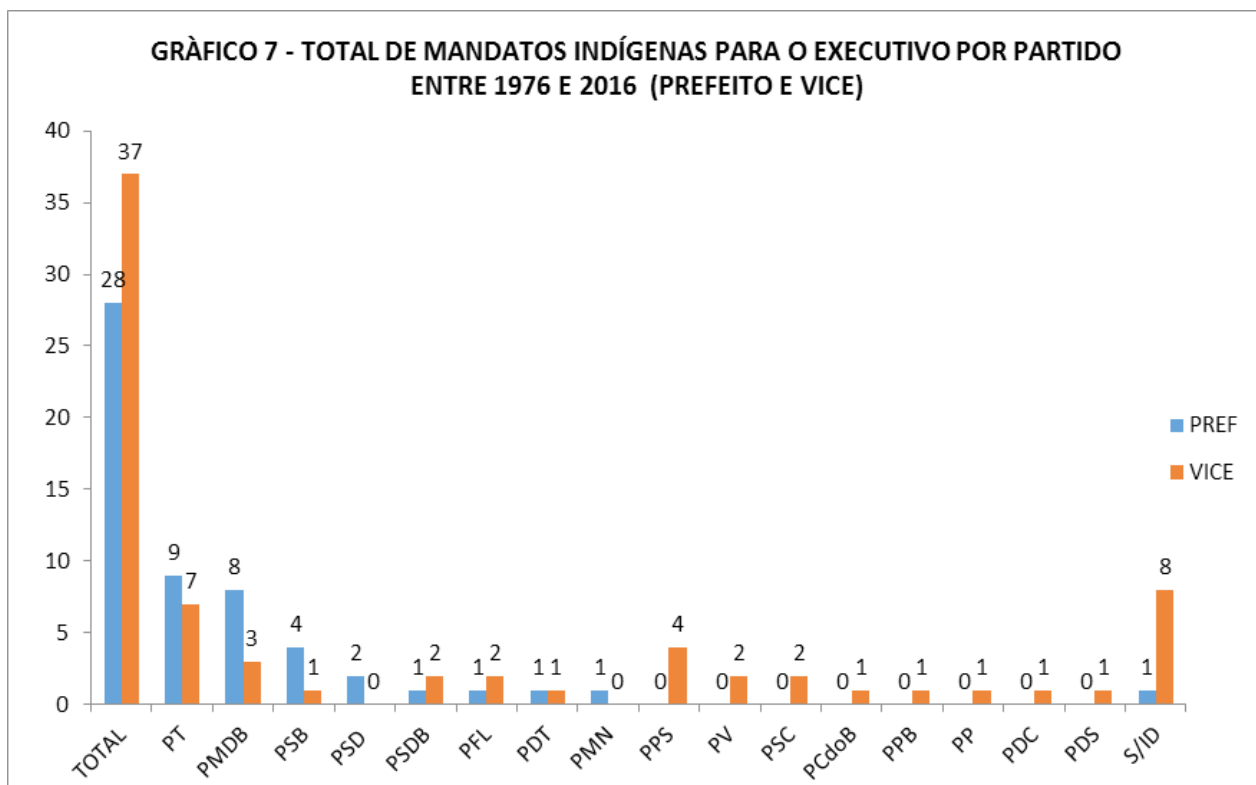
em 2016 candidatos indígenas ao mandato de vereador, respectivamente, por municípios do Amapá e Amazonas. Destaca-se também o fato de dois mandatos indígenas ao legislativo terem tido o PSTU como partido no pleito de 2004 em um município do estado de Pernambuco.¹²



¹² <http://www.pstu.org.br/esclarecimento-sobre-vereadores-eleitos-em-pernambuco/>

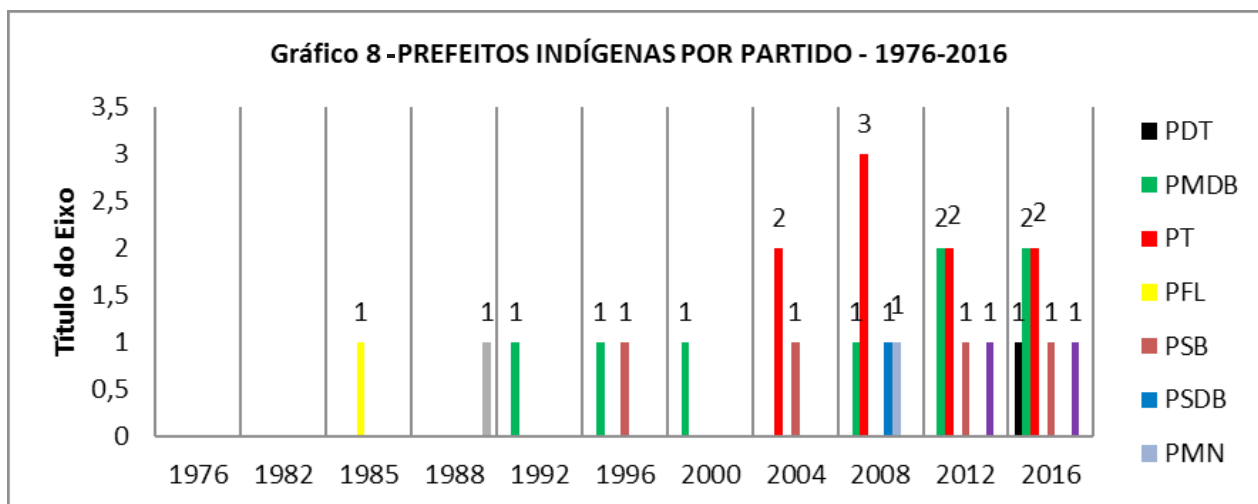
Na distribuição total de mandatos indígenas por partido, especificamente para os dois cargos do executivo, o PT continua a frente com 16 mandatos, seguido do PMDB com 11, PSB com 5 e PPS com 4, afora outros, como apresentado no Gráfico 7 a seguir. Lembrando que não se deve emparelhar simetricamente “quantidade de mandatos” com “quantidade de prefeitos/ vices/vereadores”, já que há diversos casos de

reeleição a todos os cargos. É o caso, por exemplo, dos 9 mandatos indígenas pelo PT ao cargo de prefeito: 3 deles tiveram como portador a mesma liderança Xacriabá, que fora eleita em 2004, reeleita em 2008, e reconduzido novamente ao cargo na última eleição para o mandato atual (2017-2020). Note-se também no Gráfico 7 a quantidade alta de mandatos indígenas a vice-prefeito ainda sem identificação partidária.



Uma outra maneira de observar os dados sobre os mandatos indígenas ao cargo de prefeito em sua relação com os partidos, é acompanhar a sua evolução histórica a partir dos pleitos eleitorais, conforme apresentado no Gráfico 8. Nota-se

aqui uma provável relação entre a manutenção da média de mandatos indígenas de prefeito pelo PT entre 2004 e 2016 e o fato desse partido ter mantido sob seu controle o governo federal na quase totalidade desse mesmo período.



Se as relações entre o domínio político de máquinas governamentais federais, estaduais e municipais e a obtenção de hegemonias partidárias em processos eleitorais locais pelo país afora já foram devidamente demonstradas por estudiosos no assunto, a replicação dessa lógica para o caso dos mandatos indígenas ainda precisa ser melhor esquadrinhada, apesar da existência de indícios nessa direção. É o caso tanto do gráfico anterior, como do próximo, o Gráfico 9, no qual está apresentado um exercício preliminar para orientar esse possível enquadramento.

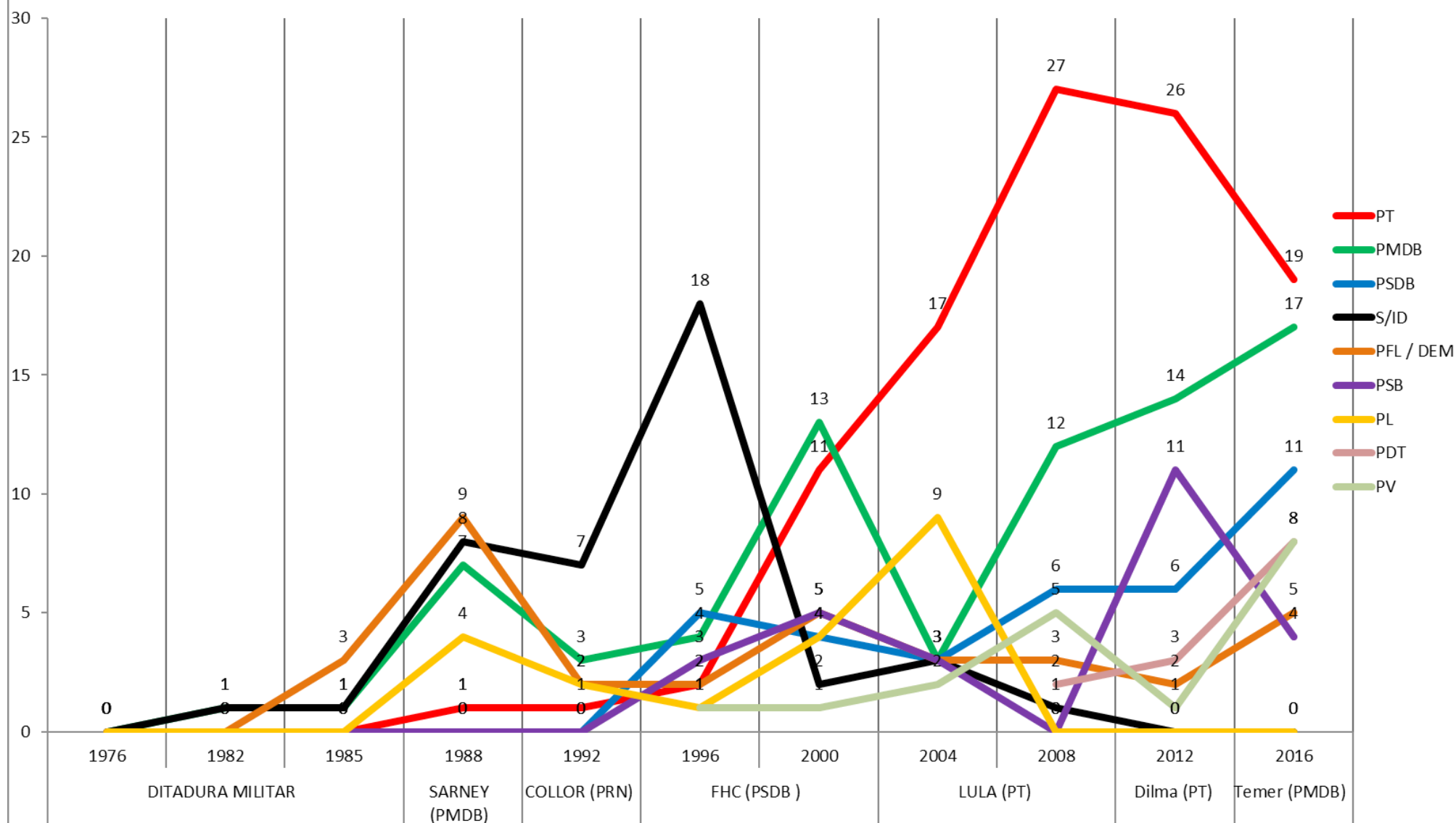
A opção indígena pelo Partido dos Trabalhadores é evidente a partir das eleições municipais de 2000, que ocorreu ainda sob o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Essa evolução se manteve consistente durante os dois mandatos presidenciais de Lula (PT) até chegar as eleições municipais de 2012, sob a primeira gestão de Dilma Rousseff (PT). O ponto culminante de mandatos indígenas pelo PT se deu em 2008, não por acaso, no auge da popularidade de então presidente Lula. Note-se que mesmo nas eleições municipais de 2016, na qual ocorre uma queda acentuada de mandatos indígenas pela legenda (26 em 2012 para 19 em 2016), o PT ainda se manteve em primeiro lugar na preferência indígena por agremiações partidárias.

Por outro lado, ainda mantendo a lógica das disputas partidárias entre não-índios, partidos como o PMDB e o PSDB apresentaram notável crescimento de mandatos indígenas em 2016, sendo o do PSDB de maneira bem expressiva (de 6 para 11). Nesse mesmo processo

eleitoral municipal, o PV aparece com grande destaque nas escolhas indígenas para filiação partidária, já que saiu de 1 mandato em 2012 para 8 em 2016. Uma análise mais detida do gráfico pode revelar muito mais sobre as preferências partidárias das lideranças indígenas ao se envolverem com a política-partidária nacional. O PMDB, por exemplo, que na eleição municipal de 2000, sob a gestão federal de FHC, obteve seu melhor desempenho em toda a série histórica (obtendo 13 mandatos indígenas), desabou para 3 no pleito municipal seguinte (2004) e, a partir dos demais pleitos (2008, 2012 e 2016), entrou em um processo recuperação de mandatos indígenas.

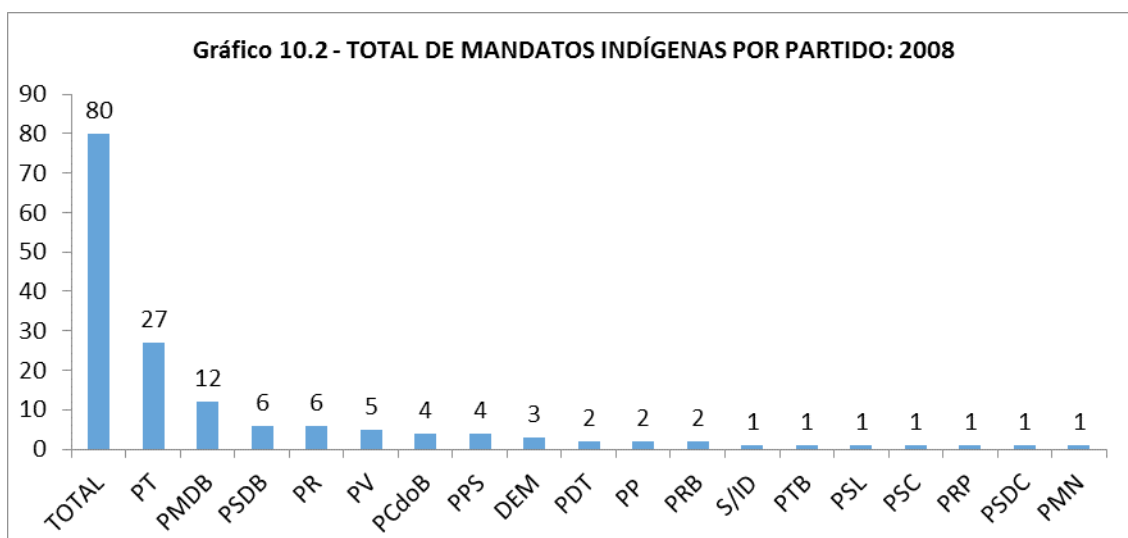
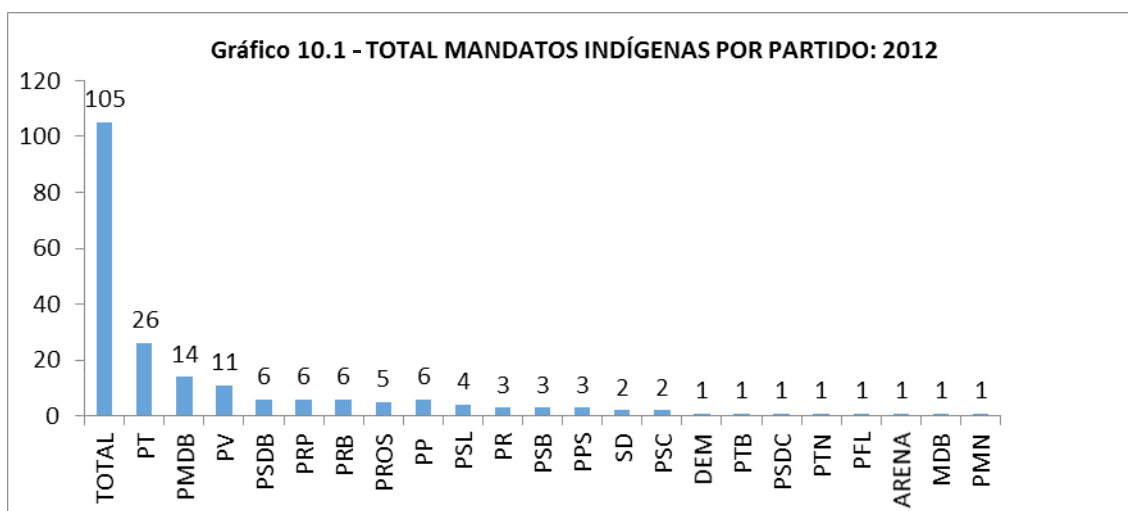
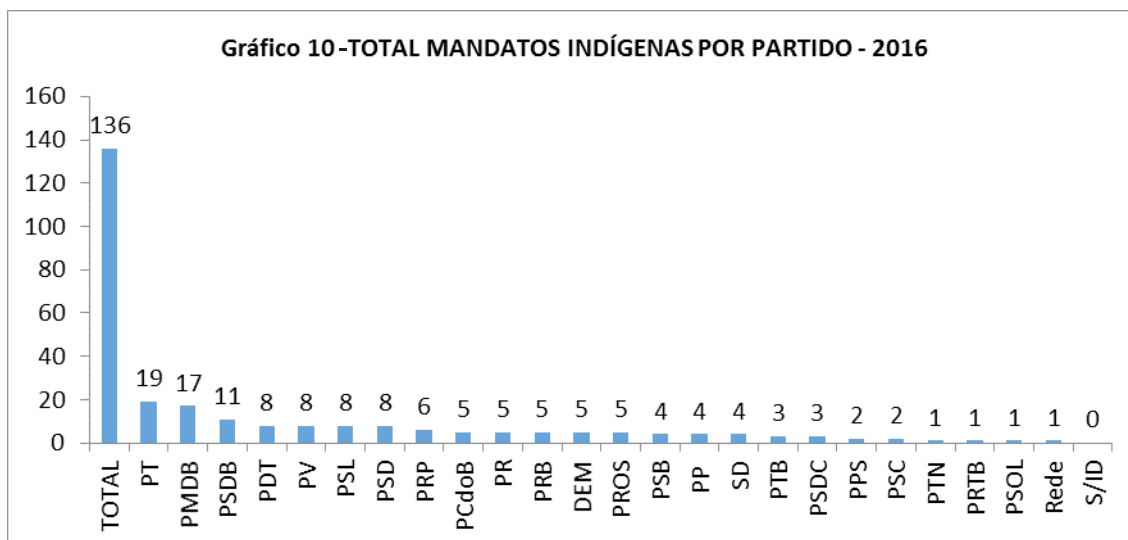
Importante ainda ressaltar mais dois pontos: o primeiro que o PL, que nas eleições municipais de 2004 chegou a ter 9 mandatos indígenas (provavelmente, fruto bem-sucedido naquele momento de aliança com o PT na conquista da máquina federal), desapareceu como opção de filiação partidária para os índios nos pleitos seguintes, já que em 2006 foi extinto. Segundo, que o número de mandatos indígenas sem identificação partidária nos pleitos municipais de 1988 (8 mandatos), 1992 (7) e 1996 (18) são bastante problemáticos no que diz respeito a um diagnóstico mais seguro sobre a distribuição de mandatos indígenas no geral e o vínculo com a máquina federal naquele momento. Em especial, a quantidade de mandatos indígenas sem filiação partidária mapeados no pleito eleitoral de 1996 é muita alta, apesar dos esforços feitos para identificá-los. Vale lembrar que ali o país estava sob o primeiro mandato de FHC, no auge do sucesso do Plano Real.

GRÁFICO 9 -- COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS PELOS MAIORES PARTIDOS CRUZANDO COM MANDATOS PRESIDENCIAIS AO LONGO DA SÉRIE HISTÓRICA
OBSERVAÇÃO: S/ID = MANDATO INDÍGENA SEM IDENTIFICAÇÃO DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA



Encerrando essa seção, os gráficos de 10 a 10.3 apresentam a distribuição de mandatos indígenas por partidos de maneira específica nas três últimas eleições

municipais (2016, 2012, 2008). Os gráficos da distribuição das demais eleições (de 2004 para trás) podem ser conferidos no Anexo 1.



4.3. MANDATOS INDÍGENAS, ESTADOS E REGIÕES

Devido à grande quantidade de cruzamentos possíveis entre as variáveis escolhidas nessa investigação (mandatos, partidos, etnias, estados, municípios), não serão apresentados

nesse artigo a integralidade dos gráficos que ilustram esse conjunto de cruzamentos.

Um dos exercícios selecionados aqui relaciona-se à distribuição de mandatos indígenas por região no Brasil. Note-se que a proporcionalidade entre mandatos indígenas e a distribuição populacional indígena é razoavelmente semelhante.

Gráfico 11 - TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR REGIÃO ENTRE 1976 E 2016

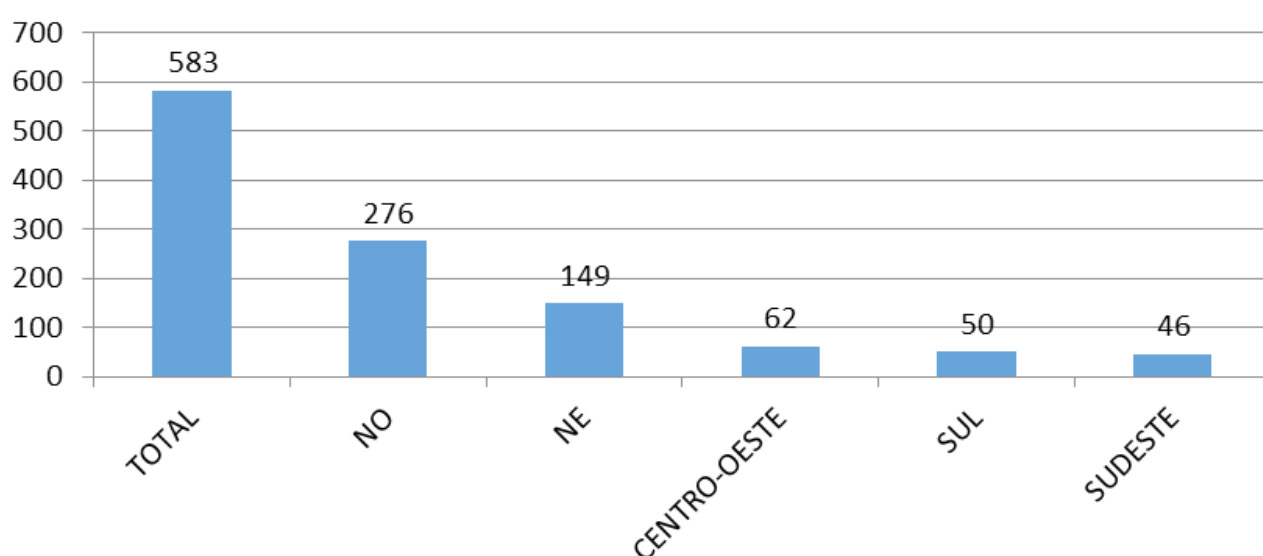


Gráfico 11.1 - PORCENTAGEM DO TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR REGIÃO (1976-2016)

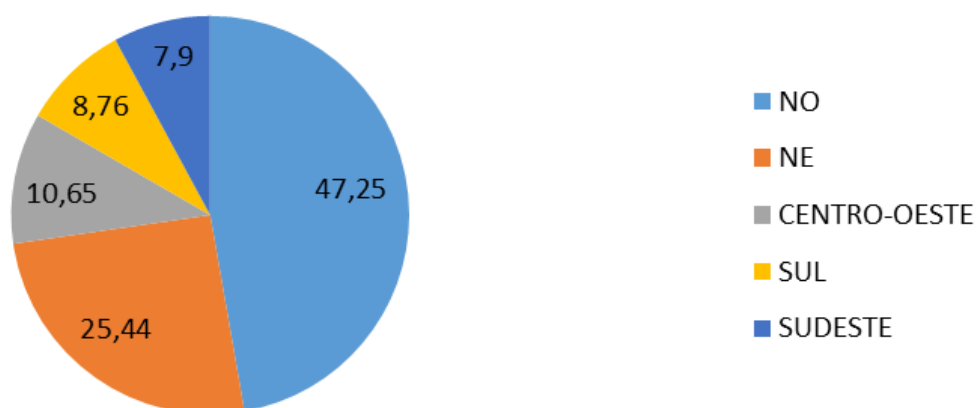
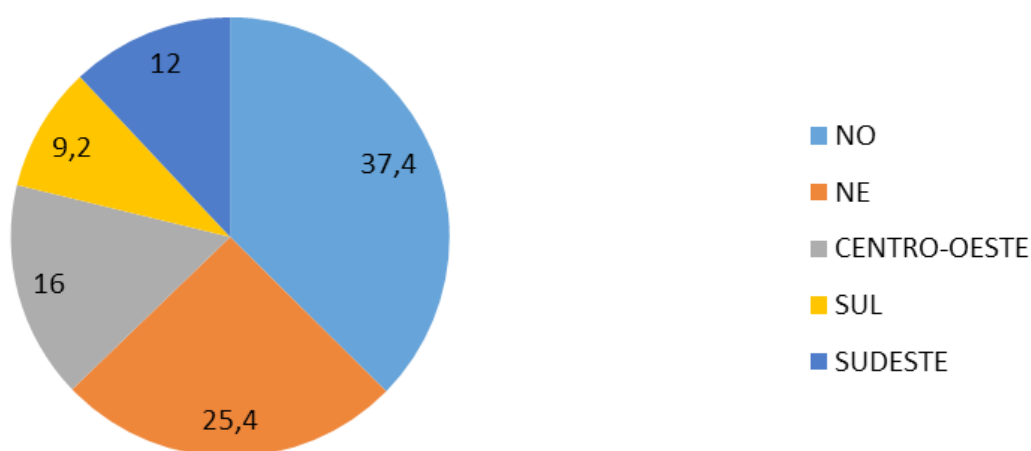


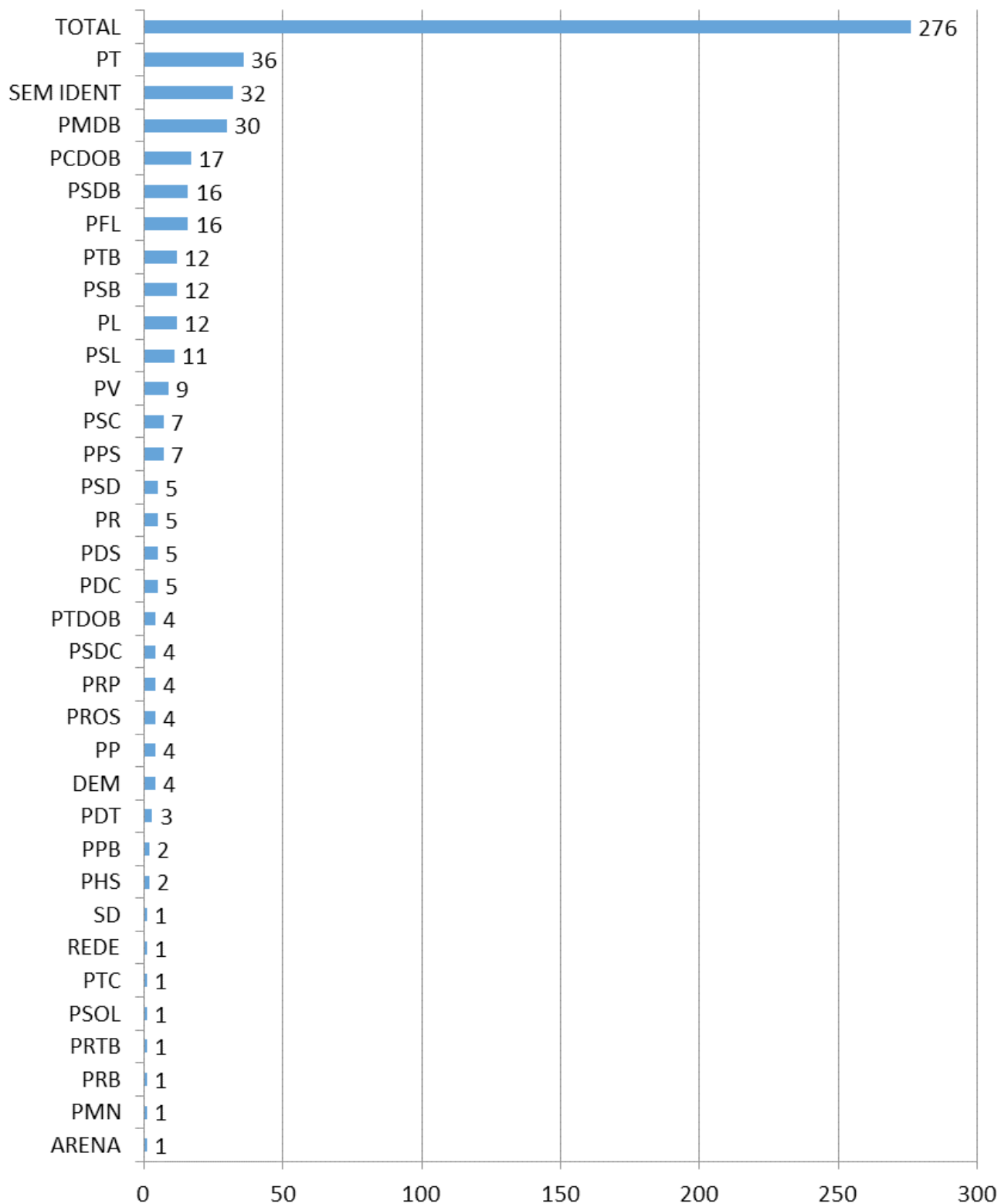
Gráfico 11.2 - Porcentagem da POPULAÇÃO INDÍGENA POR REGIÃO - CENSO IBGE 2010



Apenas como mais um exercício exploratório, a região norte apresenta a seguinte distribuição de mandatos indígenas por partidos (Gráfico 11.3). Observa-se praticamente a mesma configuração hierárquica, com o PT e o PMDB sempre em primeiro e segundos lugares, respectivamente.

Destaca-se o PCdoB que, detendo 20 mandatos indígenas no total, possui 17 deles nessa região. Outro fato importante é que do total de 41 mandatos sem identificação partidária mapeados nessa investigação, a sua grande maioria (32) se concentra em estados da região norte do país.

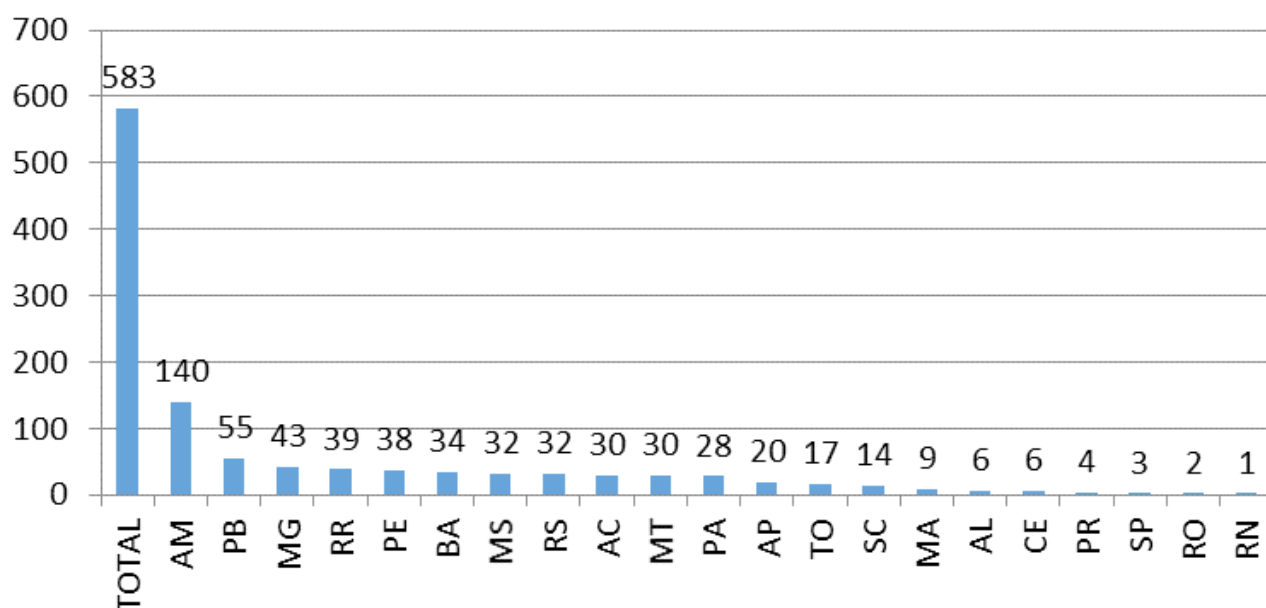
Gráfico 11.3 - Mandatos Indígenas - Região Norte - 1976-2016



Em seis dos 27 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, não foram identificados municípios com mandatos indígenas: na região centro-oeste, o próprio DF e Goiás; na região nordeste, Piauí e Sergipe; na região sudeste, Rio de Janeiro e

Espírito Santo. O Estado do Amazonas vem em primeiro lugar com 140 mandatos indígenas, seguido bem de longe pela Paraíba (55), Minas Gerais (43), Roraima (39), Pernambuco (38) e assim sucessivamente como apresentado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR ESTADO ENTRE 1976 E 2016



Nos Gráficos 12.1. a 12.20 (Anexo 2), apresento a distribuição do total de mandatos indígenas por partido e estados. Para efeito de ilustração, apresento mais abaixo apenas os gráficos do Acre, Amazonas e Amapá.

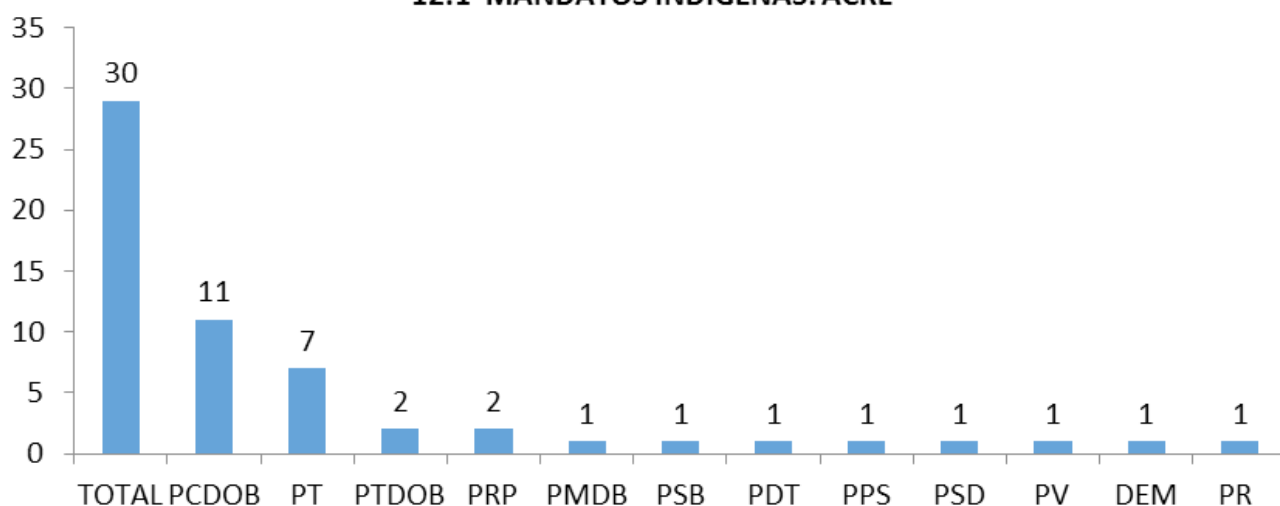
No Acre, onde foram conquistados 30 mandatos indígenas para o executivo e legislativo municipais, o destaque fica para o PCdoB com 11 mandatos, seguido do PT com 7. Tal desempenho muito provavelmente foi auxiliado pela hegemonia de governos estaduais petistas durante sucessivas eleições, esfera de poder que costuma também ter grande influência em processos eleitorais municipais. O PSB alcança seu resultado mais expressivo no estado do Amapá (8 mandatos indígenas), isso porque não só pela força eleitoral deste partido no estado –

esteve por três vezes à frente da administração estadual –, como também possui vínculos orgânicos com o movimento indígena do estado. Como será visto mais à frente, é no município do Oiapoque que a presença indígena em processos eleitorais esteve amplamente concentrada, pois foi apenas nas eleições de 2016 que um indígena foi eleito em outro município do estado: Pedra Branca do Amapari. Outro dado interessante sobre o Amapá, e sobre o município do Oiapoque em especial, é que ali foi eleito um dos primeiros vereadores indígenas que se tem notícia no país, ainda nas eleições municipais de 1976. Enquanto que na Bahia, a grande maioria dos mandatos indígenas é vinculada a partidos considerados de esquerda no espectro ideológico nacional (com destaque ao PT com 12 mandatos), o contrário acontece no Mato

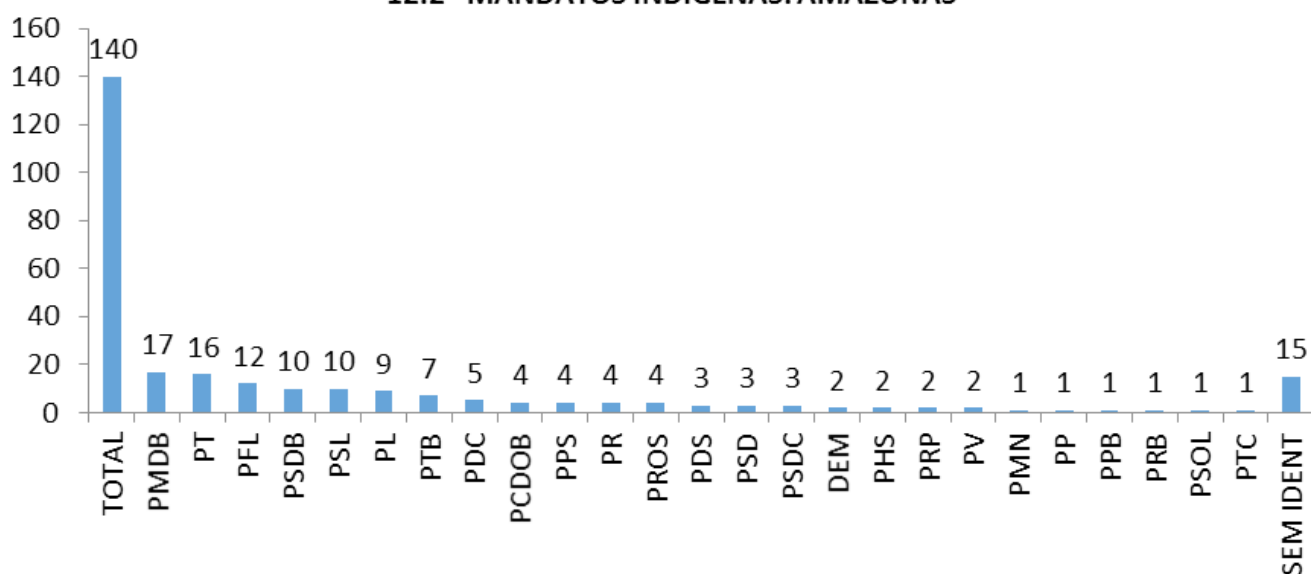
Grosso, com partidos como PR, PSDB, PL e DEM hegemonizando as escolhas partidárias indígenas. No estado vizinho, o Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo que PMDB e o PT dividem a primeira colocação em mandatos indígenas de acordo com a série histórica, é lá também que identificamos quatro dos cinco mandatos indígenas obtidos pela antiga e já extinta ARENA. Em Minas Gerais, o PT é disparado o partido com mais mandatos indígenas conquistados (22 de 43), fato explicado pela parceria de sucesso do partido com os Xakriabá de São João

das Missões. A Paraíba é o único estado onde o PMDB possui certa hegemonia de mandatos indígenas (16 de um total de 55). Isso se deve fundamentalmente pela filiação partidária e desempenho dos Potiguara de Baía da Traição e de Marcação. Os três únicos casos de mandatos indígenas ao legislativo mapeados no estado de São Paulo se filiam ao PSDB (2) e ao PSB (1), e foram conquistados em dois pequenos municípios do interior paulista (Arco-Íris e Avaí), onde existe uma diminuta, porém concentrada e organizada população indígena.

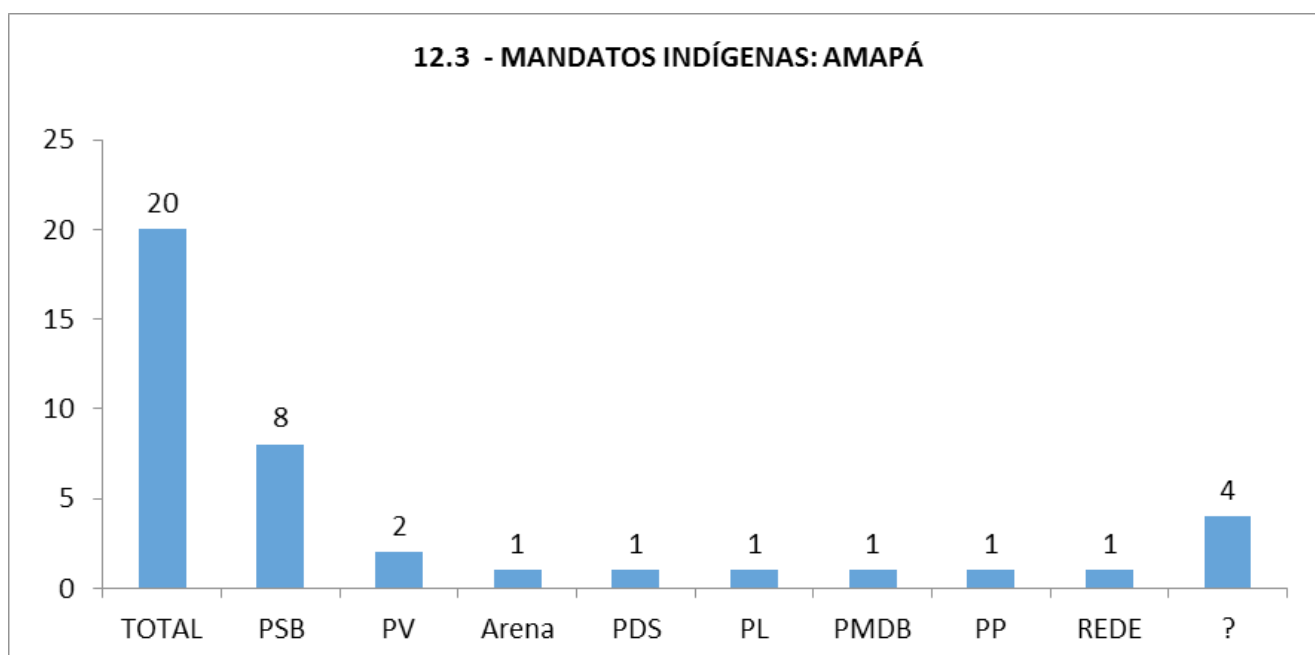
12.1 - MANDATOS INDÍGENAS: ACRE



12.2 - MANDATOS INDÍGENAS: AMAZONAS



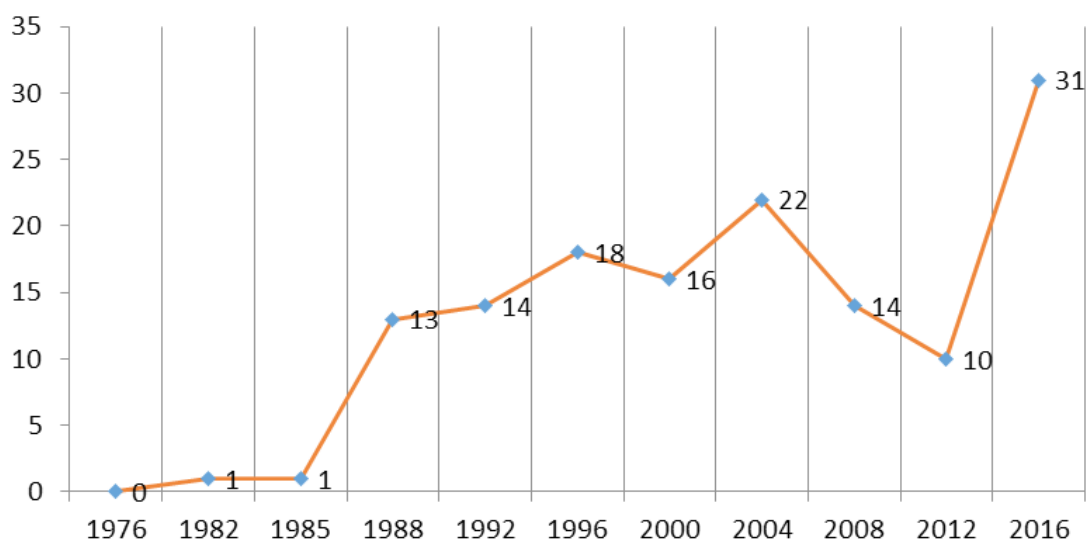
12.3 - MANDATOS INDÍGENAS: AMAPÁ



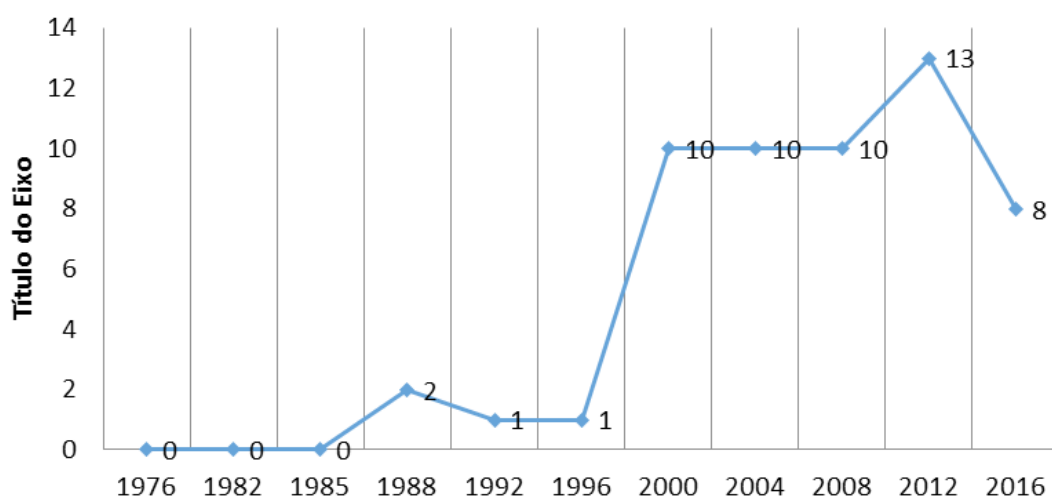
Em outro exercício apresentado nos gráficos 13 a 13.3, agora com foco na distribuição do total de mandatos indígenas conquistados em municípios de quatro diferentes estados, é possível verificar a evolução da quantidade de mandatos por pleito eleitoral e dela extrair algumas considerações. O que é comum é a tendência já identificada da consistente manutenção geral do interesse indígena por processos eleitorais, particularmente, a partir do pleito eleitoral de 2000. O único movimento que não acompanha essa tendência geral ocorre no estado do Amazonas que tem uma queda sucessiva e acentuada de mandatos indígenas nos pleitos de 2004 (22), 2008 (14) e 2012 (10) e um aumento vertiginoso em 2016 (31). Isso pode estar relacionado, novamente, à subnotificação já mencionada ou à ineficiência de estratégias

eleitorais indígenas locais nos pleitos citados. O pleito de 2004 do Rio Grande do Sul também aparece como ponto “fora da curva”, devido à ausência de informação sobre mandatos indígenas em seus municípios. Em 2008 são identificados apenas dois e, em 2012, o número salta para 11. Na Paraíba, a evolução de mandatos dá um grande salto em 2000 e se mantém equilibrada até 2012. Por fim, o caso do Mato Grosso do Sul constitui um caso interessante porque, além de manter a tendência geral de crescimento de mandatos na série histórica, registra quatros mandatos indígenas a vereador ainda no pleito eleitoral de 1976 e outros seis em 1988, números que destoam dos demais estados analisados, uma vez que em tais pleitos a participação de candidatos indígenas foi muito baixa.

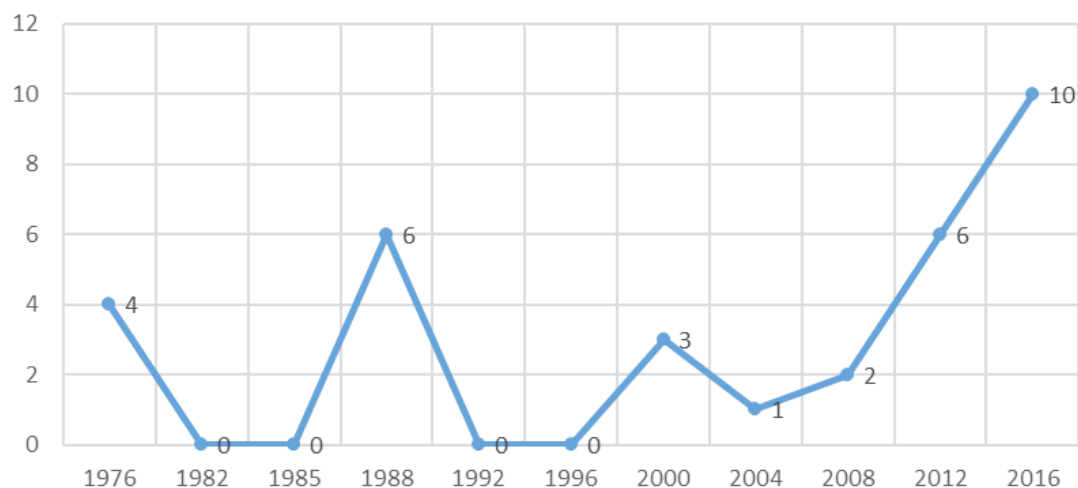
13 - Evolução dos Mandatos Indígenas no Amazonas (1976-2016)



13.2 - Evolução dos Mandatos Indígenas na Paraíba (1976-2016)

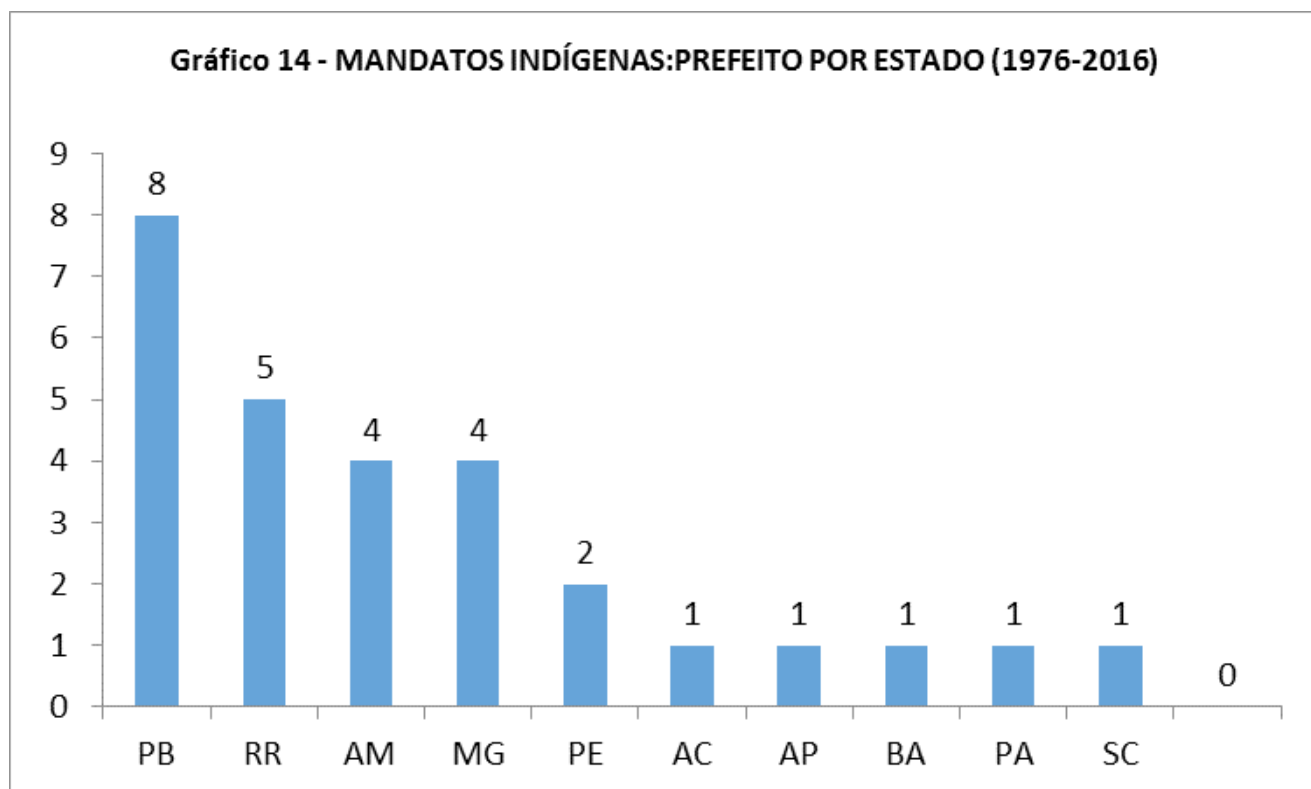


13.4 - Evolução dos Mandatos Indígenas no Mato Grosso do Sul (1976-2016)



Encerrando esta seção, o Gráfico 14 apresenta a distribuição de mandatos indígenas por estados dentro da série histórica apenas para o cargo de prefeito. A Paraíba possui a maior quantidade de mandatos indígenas desta natureza, em particular, porque prefeitos da

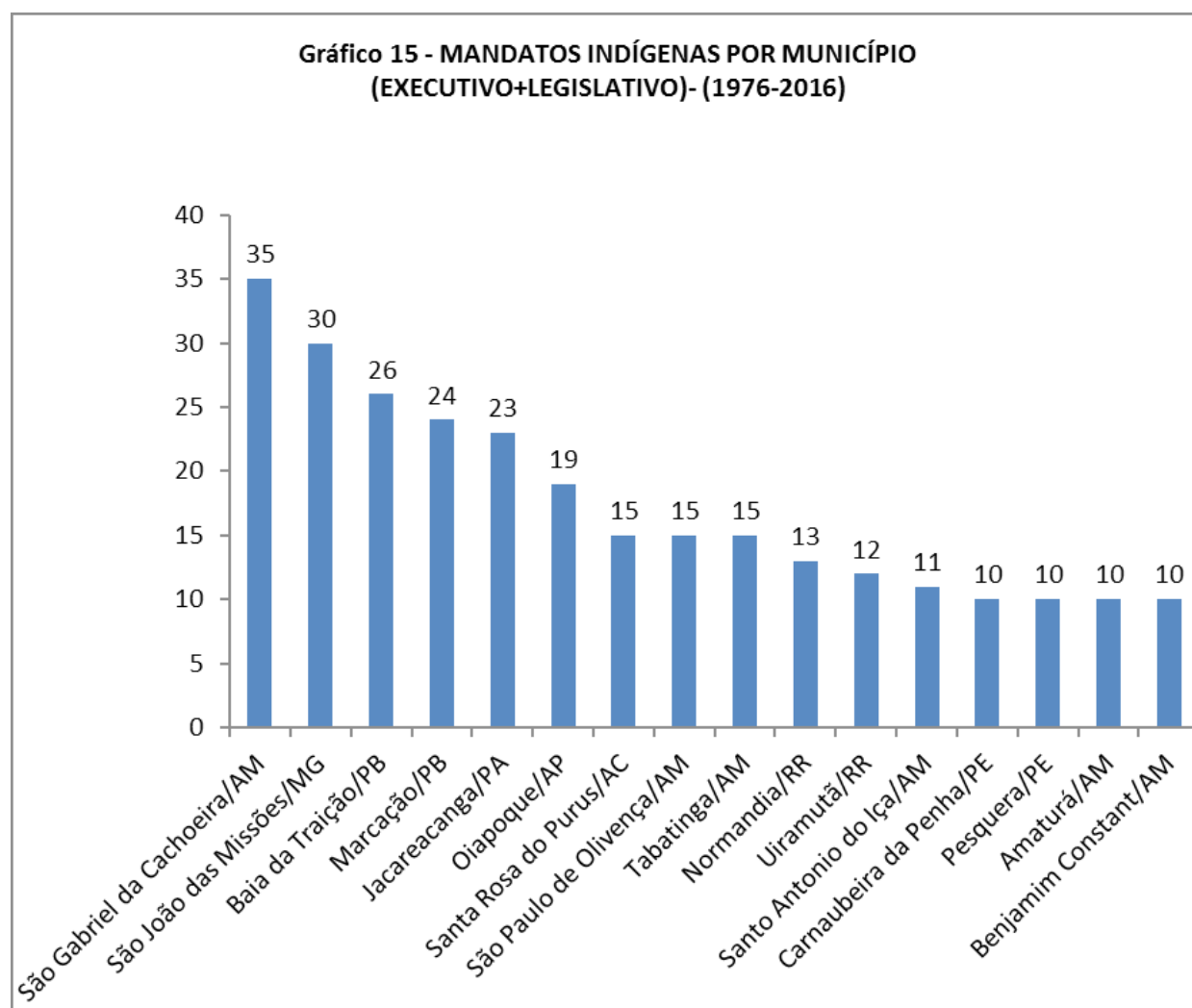
etnia Potiguara foram eleitos e reeleitos nos municípios de Baía da Traição e Marcação. Minas Gerais possui quatro mandatos indígenas sucessivos ao cargo de prefeito no município de São João das Missões, conforme já mencionado anteriormente.



4.4 - MANDATOS INDÍGENAS E MUNICÍPIOS.

Em correspondência direta com o fato do Amazonas, Paraíba e Minas Gerais serem os três primeiros estados em quantidades de mandatos, os quatro primeiros municípios em

mandatos a eles estão assim jurisdicionados: São Gabriel da Cachoeira (AM), Baía da Traição e Marcação (PB) e São João das Missões (MG), conforme pode ser visualizado no Gráfico 15. No Anexo 3 - Tabela 1 segue uma lista com todos os municípios que já tiveram pelo menos um mandato indígena em algum pleito eleitoral desde 1976.



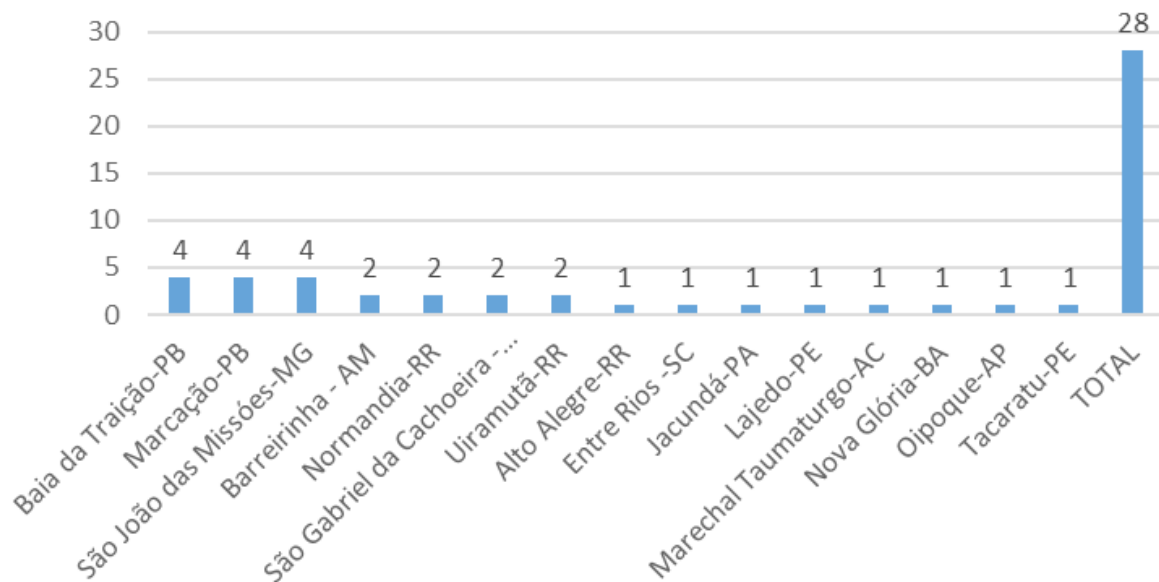
Dentre os municípios que tiveram mandatos indígenas especificamente ao executivo (prefeito e vice), destacam-se os dois do Estado da Paraíba (Baía da Traição e Marcação), nos quais há uma antiga participação indígena em processos eleitorais da etnia Potiguara, pelo menos, desde a década de 1990. A segunda prefeita indígena eleita no país que se tem notícias é, justamente, uma potiguara eleita

em 1992 em Baía da Traição pelo extinto PFL: Iraci Cassiano do Nascimento. Depois disso, no mesmo município, os Potiguara elegeram (1996) e reelegeram (2000) o mesmo prefeito pelo PMDB. Entretanto, a etnia deixaria de conquistar cargos ao executivo nas eleições de 2004, 2008 e 2012, retomando-os apenas nas últimas eleições (2016). Interessante notar que no período no qual não elegeram candidatos

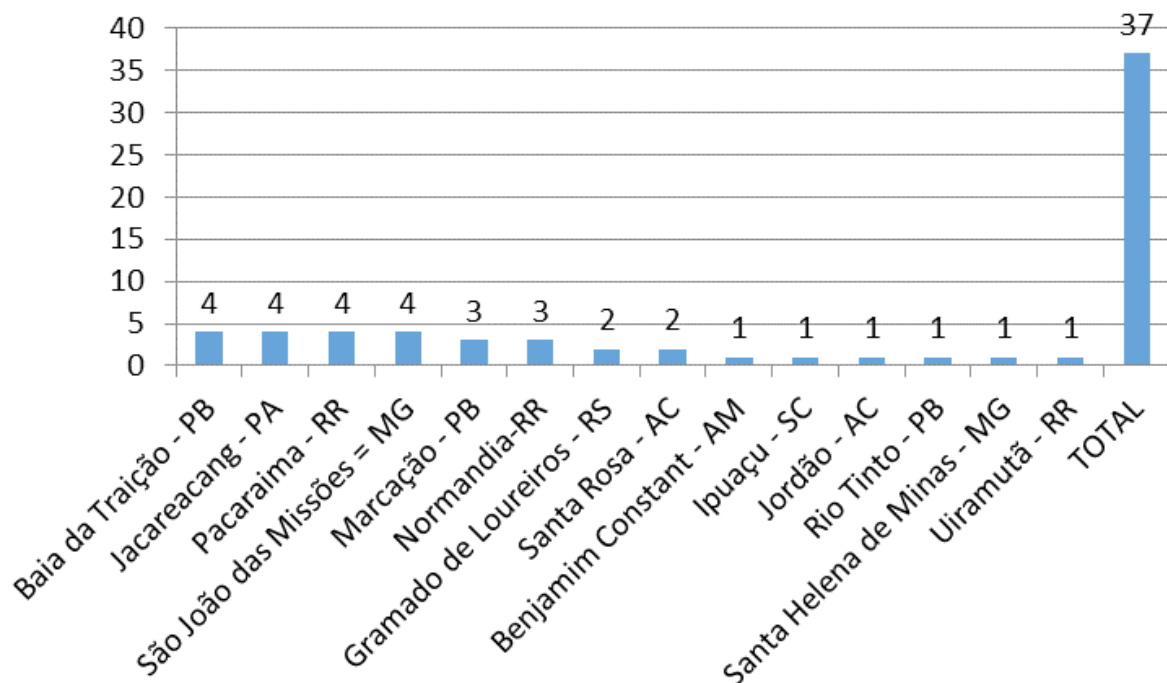
ao executivo em Baía da Traição, os Potiguara passaram a conquistar o executivo de outros dois municípios: Marcação (2004, 2008, 2012 e 2016) e Rio Tinto (2016). Em todo esse período de experiência eleitoral (1992 a 2016), os Potiguara nunca deixaram de conquistar mandatos ao cargo de vereador em Baía da Traição e Marcação (este último, a partir de 2004). O município de Nova Glória (BA) teve a primeira prefeita indígena eleita no país ainda em 1988 (Josepha Pereira da Silva Xavier, da etnia Pankararé, sem identificação do partido). Foi em Roraima, nos municípios de Alto Alegre e Normandia, que foram conquistados os dois primeiros mandatos indígenas aos cargos de prefeito e vice, respectivamente, Fernando (sem identificação étnica) e Odilon Macuxi, pelo extinto PFL. Como já mencionado, os Xacriabá desde 2004 têm ganhado sucessivamente as eleições para prefeito em São João das Missões pelo PT (2004, 2008, 2012 e 2016), sendo que, antes disso, já haviam ocupado por dois mandatos sucessivos com o mesmo candidato o cargo de vice-prefeito (1996/PSDB e 2000/PDT). No município do Oiapoque/AP, a participação indígena em processos eleitorais é talvez uma das mais antigas, tendo o primeiro vereador indígena eleito ainda em 1976. Em 1996, o município teve seu primeiro prefeito indígena eleito pelo PSB, um Galibi-Marworno, que viria a ser destituído pela câmara local. Em Jacareacanga – PA, os Munduruku também possuem uma antiga e intensa participação em processos eleitorais, com mandatos sucessivos a vereador e, mais significativo ainda, emplacando membros do seu grupo ao cargo de vice-presidente em quatro pleitos eleitorais. Outro caso que merece destaque acon-

teceu no município de Barreirinha/AM. Uma liderança Sateré-Maué, Mecias Nascimento, que na década de 1990 foi membro da COIAB (Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e coordenador geral da Organização do Povo Sateré-Maué, passou a participar da política partidária local em 1992, sendo eleito vereador no município pelo PT. Em 1996, foi reeleito vereador, por outro partido, o PPB. Em 2000 foi eleito vice-prefeito, novamente pelo PT, numa chapa encabeçada por um candidato não-indígena de outro partido. Em 2004 saiu candidato a prefeito pelo PT, disputando com o então prefeito e seu ex-aliado, que tentava a reeleição. O então prefeito ganhou por pequena margem de votos mas teve sua candidatura impugnada pela justiça eleitoral, e Mecias Sateré-Maué assumiu a prefeitura por menos de três meses, quando numa nova reviravolta, a justiça eleitoral reempossou o prefeito que tinha tido sua candidatura à reeleição impugnada. Em 2008, Mecias Sateré saíria candidato a prefeito novamente, agora pelo PSD, sendo finalmente eleito prefeito de Barreirinha/AM. Em 2012 foi eleito prefeito novamente e em 2016 fez seu sucessor. Como tantas outras histórias de participação indígena em processos eleitorais, o caso de Mecias Sateré ainda aguarda uma reconstrução mais precisa e detalhada do que a que foi aqui apresentada. A questão da filiação étnica de alguns candidatos indígenas já eleitos para cargos do executivo é motivo de controvérsias. São os casos, por exemplo, das recentes eleições de prefeitos nos municípios de Lajedo-PE e Jacundá-PA e de antigos, como o caso da primeira prefeita autodeclarada indígena eleita em Nova Glória-BA ainda em 1988.

**Mandatos Indígenas AO CARGO DE PREFEITO POR MUNICÍPIOS
(1976-2016)**



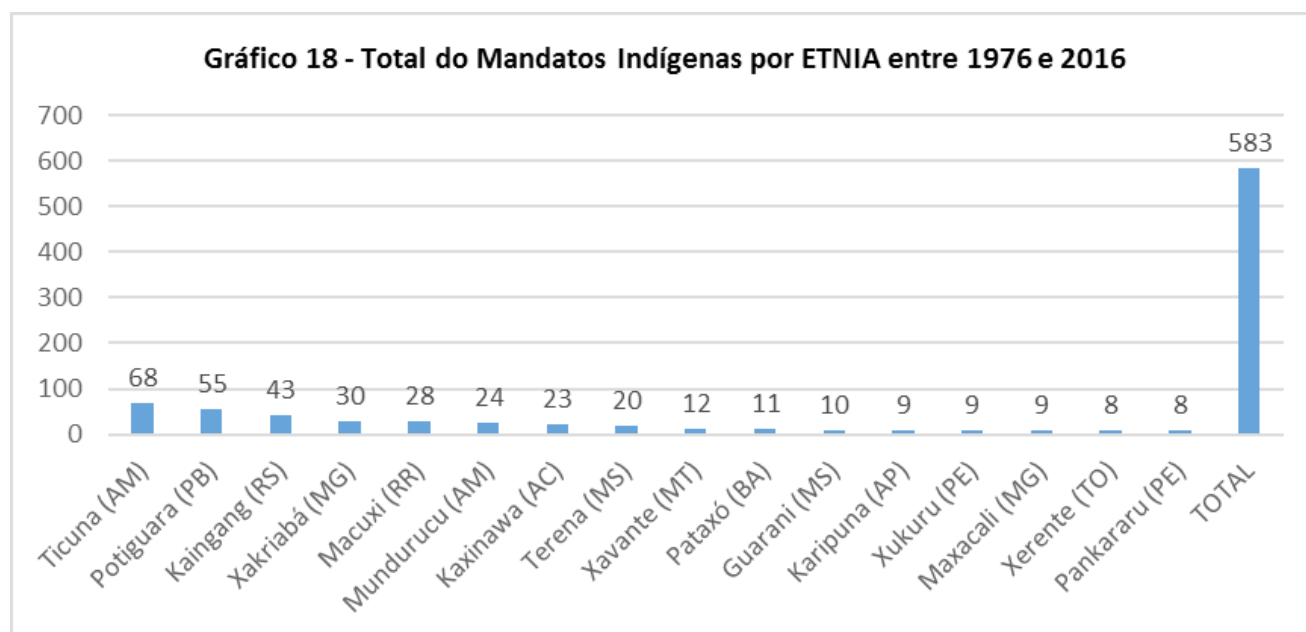
**Gráfico 17 - Mandatos Indígenas para Vice-prefeito por Municípios
(1976-2016)**



4.5. MANDATOS INDÍGENAS, ETNIAS E PARTIDOS

Dos 583 mandatos indígenas, os Ticuna do Amazonas aparecem em primeiro lugar com 68, seguidos pelo Potiguara da Paraíba com 55, pelos Kaingang (RS) com 43, pelos Xacria-

bá (MG) com 30 e assim sucessivamente, como apresentado no Gráfico 18. O mesmo gráfico apresenta as 16 primeiras etnias com maior quantidade de mandatos indígenas conquistados. No Gráfico 18.1, Anexo 4, segue a lista completa de todos os mandatos indígenas por etnia identificados nesse levantamento dentro da série histórica.



Do total de mandatos mapeados nessa investigação, 32 não tiveram suas filiações étnicas identificadas, sendo dois prefeitos, um vice e os demais vereadores. A grande maioria (27) é de mandatos conquistados nas últimas eleições municipais de 2016, fenômeno que pode ser explicado, numa hipótese preliminar, pelo fato de que pelo menos parte desses candidatos declararam-se “indígena” junto aos seus respectivos tribunais eleitorais, mas sem iden-

tificar especificamente suas etnias. Na tabela abaixo estão indicadas todas as variáveis que compõem o perfil desse conjunto de candidatos, o que ajudará certamente outros pesquisadores interessados no tema a completarem os perfis. Para ilustrar as dificuldades presentes nesse tipo de mapeamento, note-se que três mandatos indígenas de vereador no município do Oiapoque/AP não possuem nomes, partidos e etnias identificados¹³.

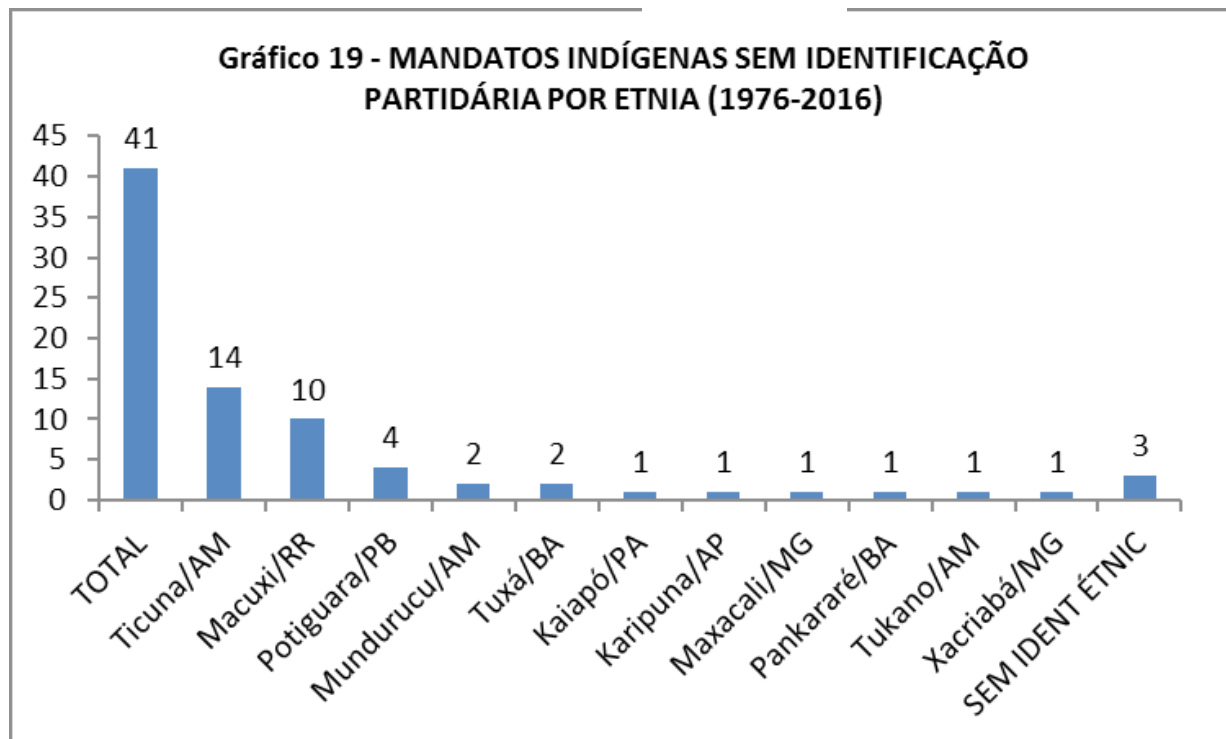
¹³ “PIB – 1991/1996 - Aconteceu Norte do Pará - pág. 298.

TABELA 2 - MANDATOS INDÍGENAS SEM IDENTIFICAÇÃO ÉTNICA (1976-2016)

ELEIÇÕES	CARGO	NOME	ETNIA	CIDADE	EST	PARTIDO
1985	Vereador	Caetano	?	Normandia	RR	PFL
1985	Prefeito	Fernando	?	Alto Alegre	RR	PFL
1992	Vereador	?	?	Oiapoque	AP	?
1992	Vereador	?	?	Oiapoque	AP	?
1992	Vereador	?	?	Oiapoque	AP	?
2008	Vereador	Osmarina Maria Pena	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT
2016	Prefeito	Clovis Curubão	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT
2016	Vice-prefeito	Pascoal Alcântara	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT
2016	Vereador	Alex	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT
2016	Vereador	Rafinha	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSL
2016	Vereador	Professora Otacila	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	DEM
2016	Vereador	Dieck Diogenes	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PR
2016	Vereador	Alberto Xavier	?	Santo Antonio do Iça	AM	PSD
2016	Vereador	Lucas Silva	?	Santo Antonio do Iça	AM	PROS
2016	Vereador	Teodorino	?	Santo Anttonio do Iça	AM	PMDB
2016	Vereador	Siromar	?	Santa Isabel do Rio Negro	AM	PMDB
2016	Vereador	Maria Melgueiro	?	Santa Isabel do Rio Negro	AM	PMDB
2016	Vereador	Chico da Mélia	?	Pauini	AM	PT
2016	Vereador	Juraci Brasil	?	Pauini	AM	PCdoB
2016	Vereador	Mauca	?	Alvarães	AM	PROS
2016	Vereador	Jair do Marajai	?	Alvarães	AM	PROS
2016	Vereador	Sildomar Felix	?	Benjamim Constant	AM	PSOL
2016	Vereador	Adelson Saldanha (Kora)	?	Atalaia do Norte	AM	PT
2016	Vereador	Elias Barros	?	Lajedo do Tabocal	BA	PMDB
2016	Vereador	Zerivaldo	?	Olindina	BA	PSD
2016	Vereador	Erivaldo	?	Barroquinha	CE	PSDB
2016	Vereador	Eliana de Branco	?	Lagoa dos Velhos	RN	PTN
2016	Vereador	Profa. Lourdes	?	Uiramutã	RR	PDT
2016	Vereador	Jaime Piesan	?	Normandia	RR	PV
2016	Vereador	Sipriano Soares	?	Pedro Afonso	TO	PSL
2016	Vereador	Zelio Mota	?	Boa Vista	RR	PSD
2016	Prefeito	Zé Martins	?	Jacundá	PA	PMDB

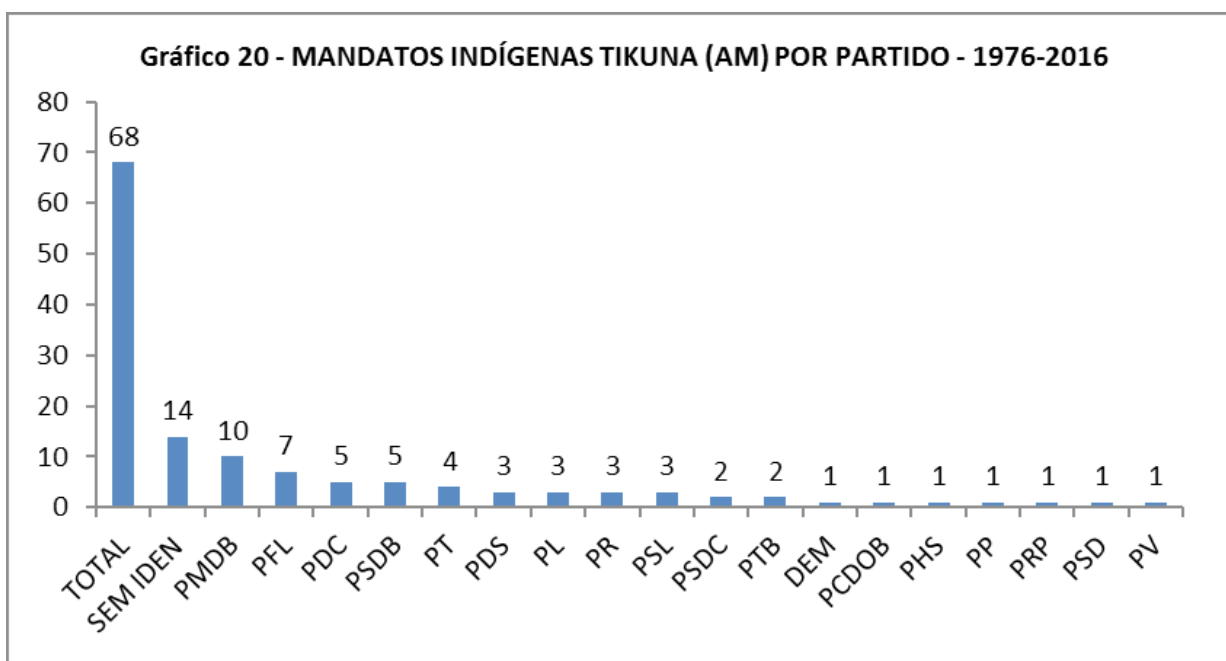
No Gráfico 19 é possível visualizar a totalidade dos mandatos indígenas que tiveram a filiação étnica identificada, mas sem que houvesse a identificação de suas respectivas filiações partidárias. Nesse subconjunto, os Ti-

cuna possuem a maior quantidade de filiações partidárias não identificadas (14), fruto principalmente da informação incompleta de que teriam sido eleitos 13 vereadores dessa etnia nas eleições municipais de 1996¹⁴.



O Gráfico 20 indica que dos 68 mandatos indígenas conquistados pelos Ticuna na série histórica, o PMDB foi o partido pelo qual

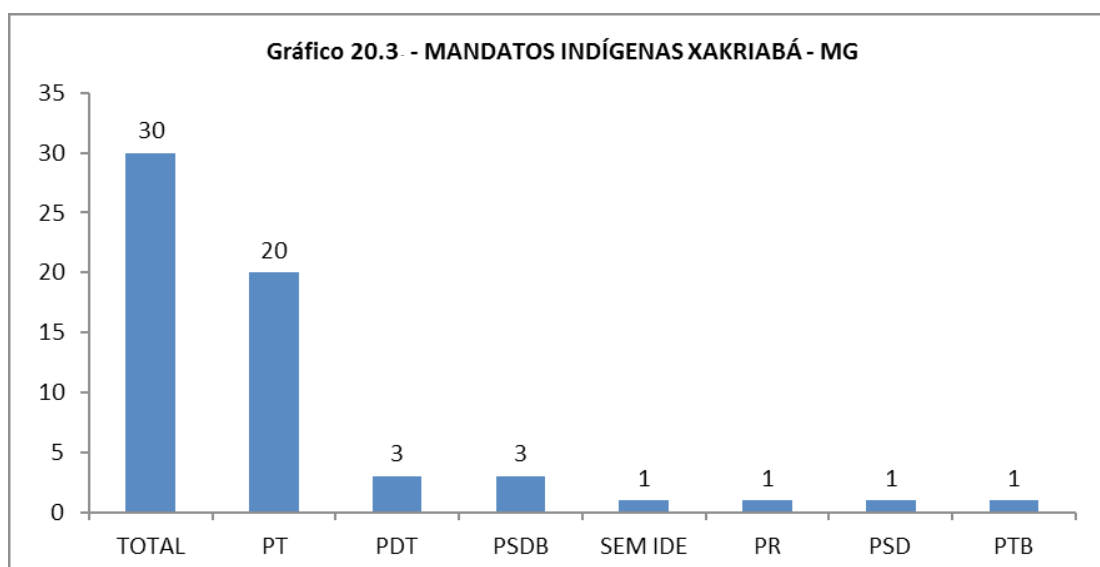
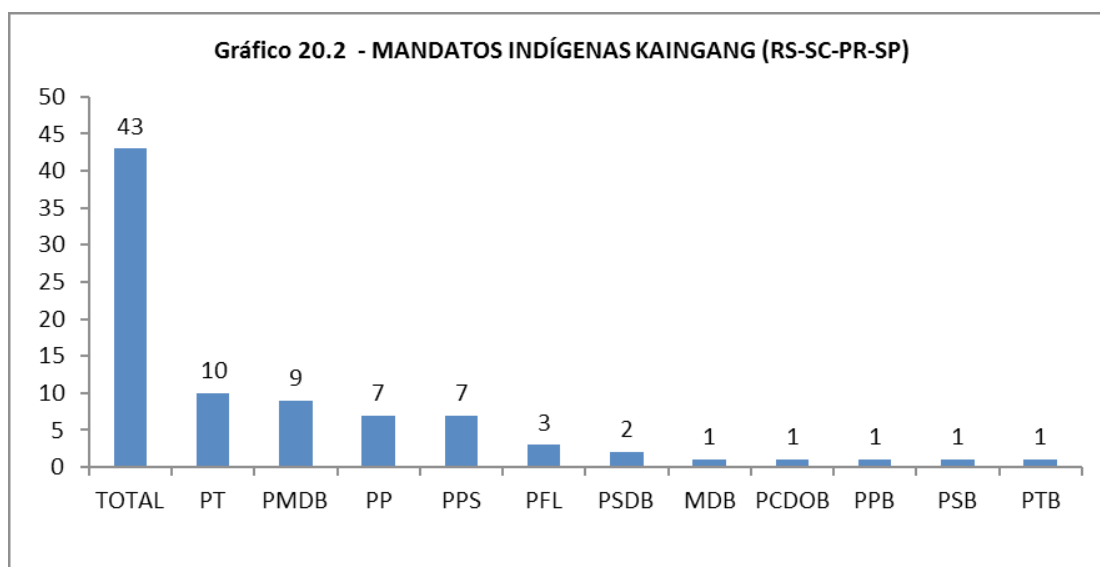
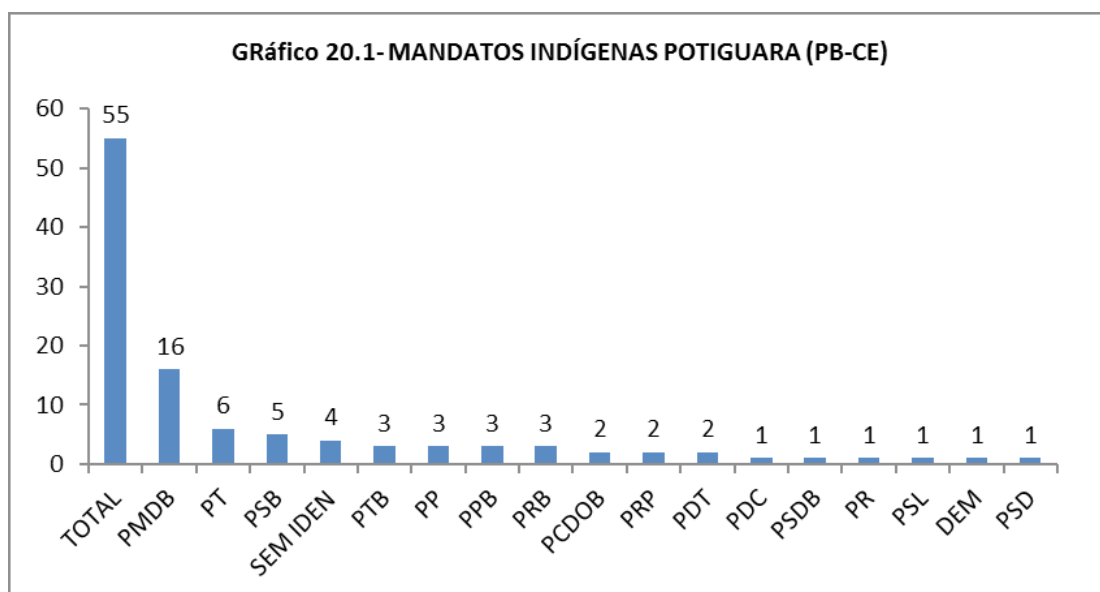
essa etnia obteve a maioria de seus mandatos (10), seguido pelo extinto PFL com 7, dentre outros.

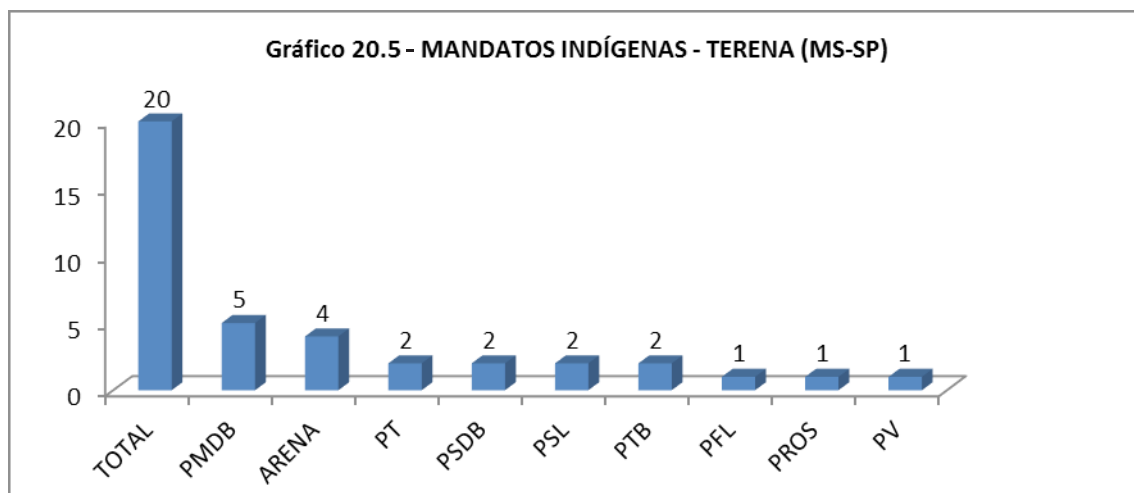


¹⁴ Porantim, nro. 207 - Agosto de 1998. Pág. 8/9

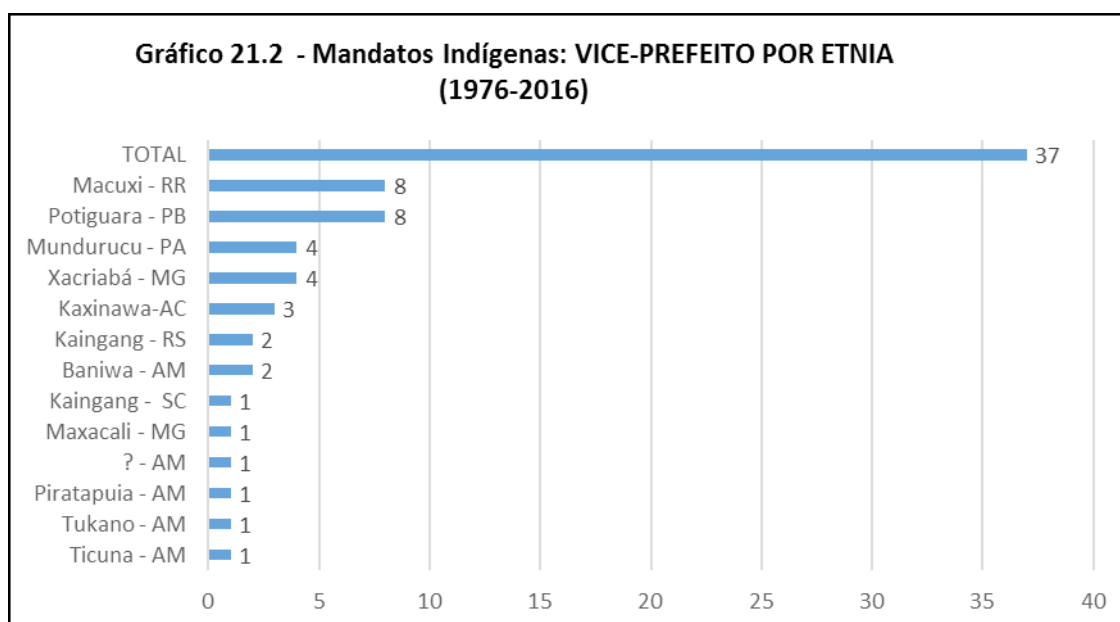
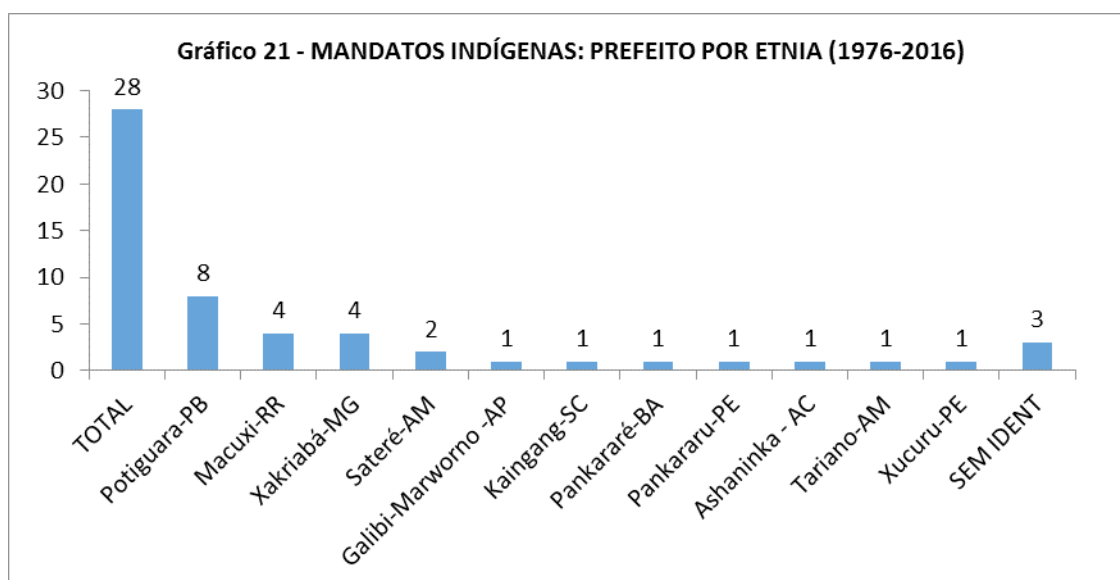
Esse mesmo exercício está replicado em algumas etnias aqui selecionadas para efeitos de ilustração (Gráficos 20.1 a 20.4). Note-se que nos casos dos Terena, Kaingang e Potigua-

ra os mandatos indígenas foram conquistados em municípios pertencentes a estados diferentes, pois são etnias que se distribuem geograficamente para além das fronteiras estaduais.



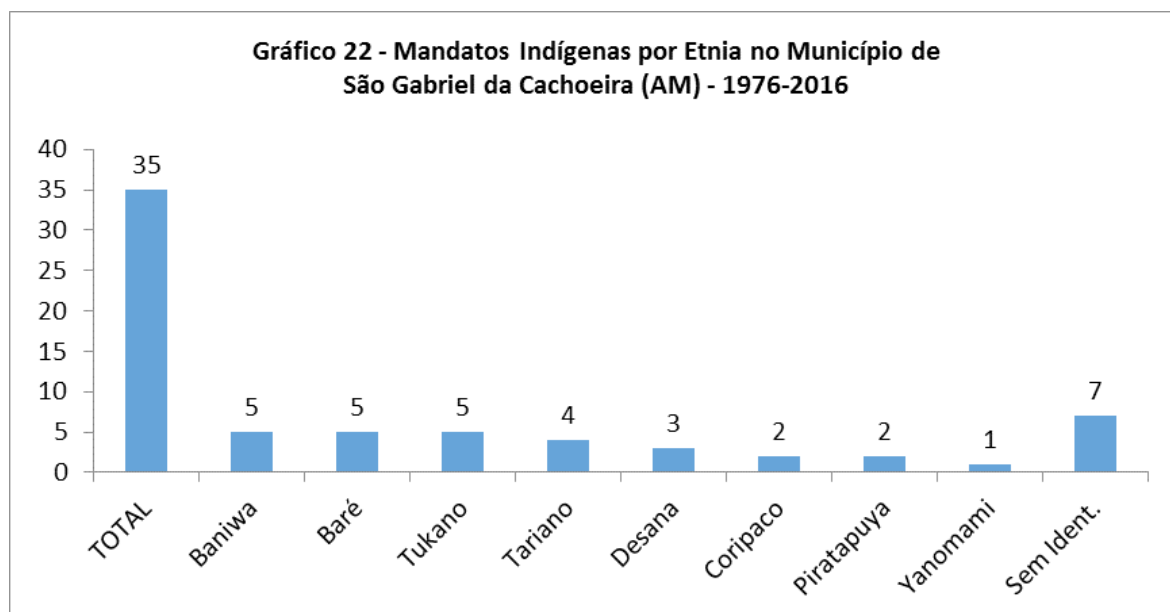


Quando observamos somente os experiência político-partidária acumulada mandatos indígenas ao executivo (prefeito e vice) cruzando-os com a variável etnia, obtemos os Xacriabá de Minas Gerais e os Macuxi de Roraima.



Finalizando essa seção sobre a série histórica de mandatos indígenas, uma outra perspectiva de sistematização é dada pelo cru-

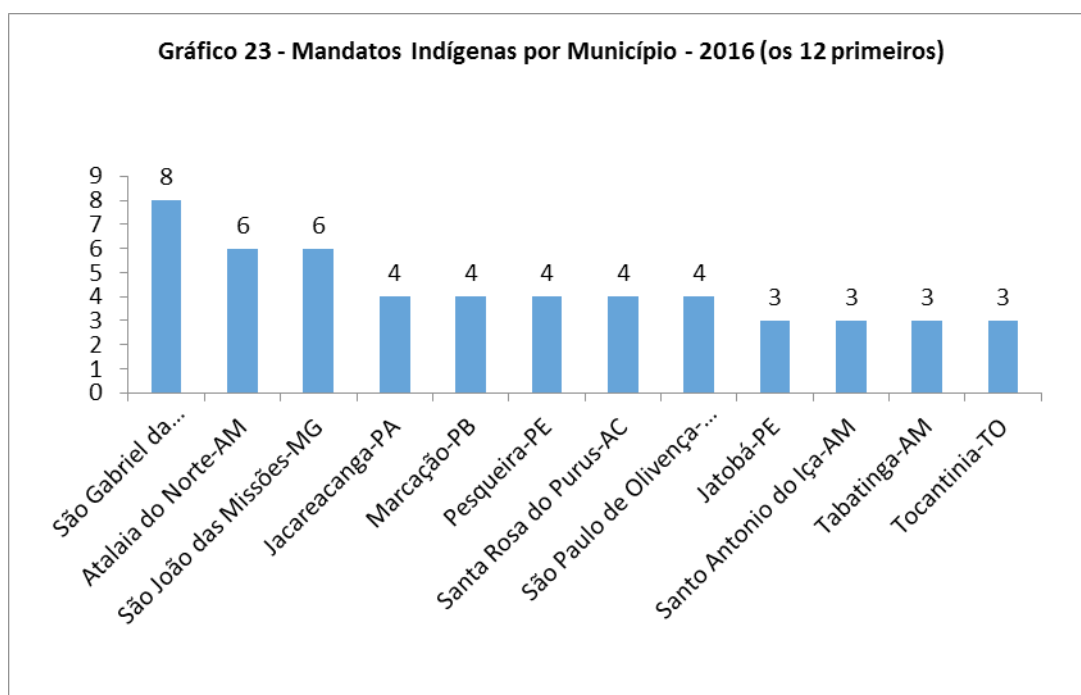
zamento de variáveis tais como a distribuição étnica e a relação dela com as eleições por municípios, tal qual apresentada no Gráfico 22.



4.6. - MANDATOS INDÍGENAS EM CURSO: UM CAMPO EM ABERTO PARA ESTUDOS ETNOGRÁFICOS

No gráfico 23 são apresentados os 12 primeiros municípios com maior representação indígena nos legislativos e executivos municipais para o período de 2017-2020. Constituem, assim, campos etnográficos significativos para a observação e o acompanhamento dos mandatos em curso pelos pesquisadores e pelas

próprias comunidades indígenas, suas organizações e seus parceiros. São Gabriel da Cachoeira (AM), São João das Missões (MG), Marcação (PB), Pesqueira e Jatobá (PE), além de vereadores indígenas, possuem prefeitos indígenas eleitos para o atual mandato. Conforme visto na seção 3, excelentes etnografias abordaram, sobre diversas facetas, o envolvimento étnico em processos eleitorais nos dois primeiros municípios assinalados. No Gráfico 23.1, ANEXO 5, segue a lista de todos os municípios com a respectiva quantidade de mandatos indígenas em curso.



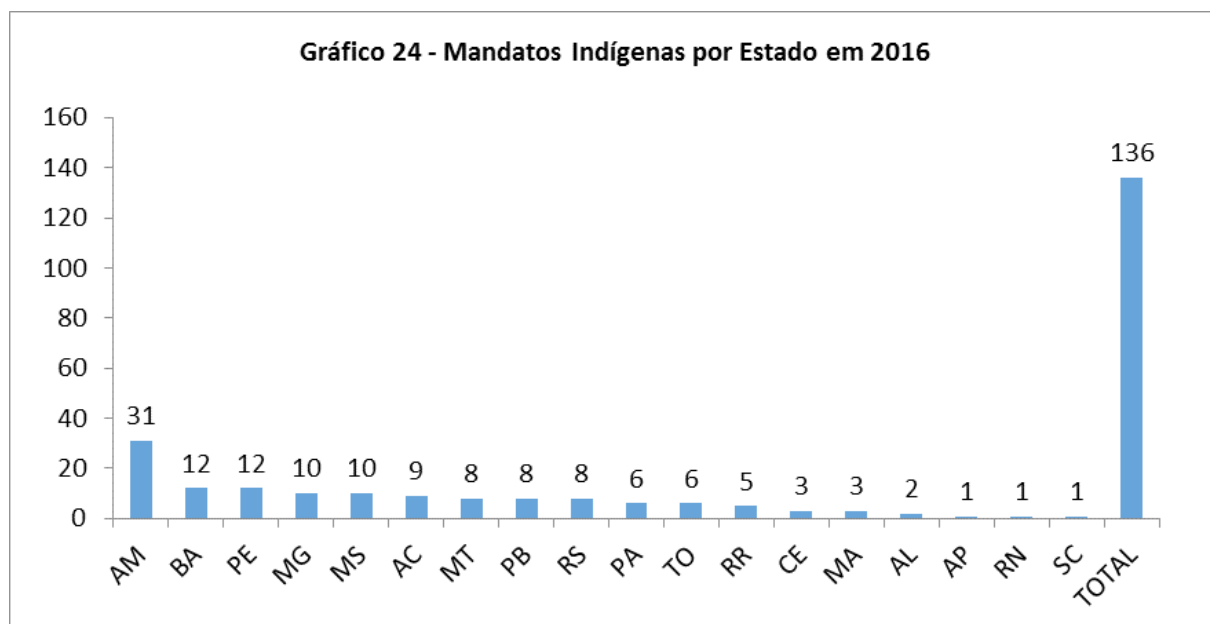
A Tabela 3 apresenta a lista dos sete prefeitos e quatro vices indígenas eleitos para o mandato atual (2017-2020). Há casos de “chapas puro sangue indígena”, como São Gabriel da Cachoeira e São João das Missões, como outros no qual apenas o prefeito ou o vice é indígena.

PREFEITOS E VICE-PREFEITOS INDÍGENAS ELEITOS EM 2016 – MANDATO: 2017-2020

PRE	Isaac Pyanko	Ashaninka	Marechal Thaumaturgo	AC	PMDB
PRE	Clovis Curubão	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT
PRE	José Nunes	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT
PRE	Zé Martins	???	Jacundá	PA	PMDB
PRE	Eliselma	Potiguara	Marcação	PB	PDT
PRE	Gerson	Pankararu	Tacaratu	PE	PSB
PRE	Rossine	Xukuru	Lajedo	PE	PSD
VICE	Pascoal Alcântara	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT
VICE	Dona Zita	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT
VICE	Diva Maxacali	Maxacali	Santa Helena de Minas	MG	PMDB
VICE	Hans	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSC

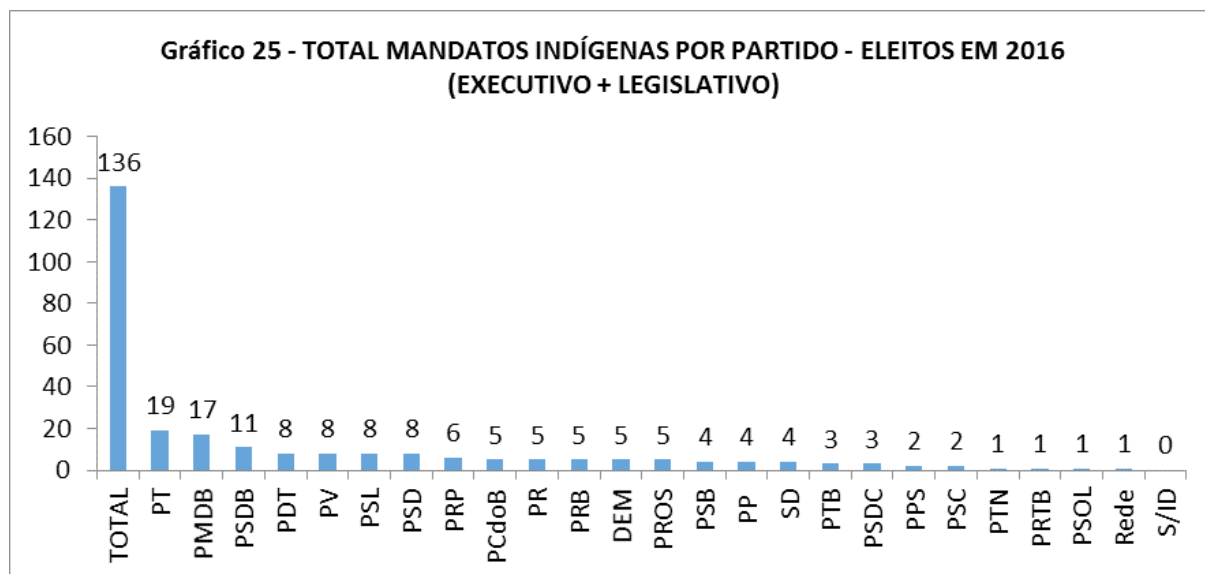
Observando os estados, o do Amazonas se destaca com 31 mandatos indígenas em curso, conforme indicado no Gráfico 24. Um tema importante a ser investigado nessa quadra

certamente é o da relação entre os prefeitos eleitos, seus vices, a câmara municipal e, num contexto estadual, os respectivos governos estaduais ao longo desse período.



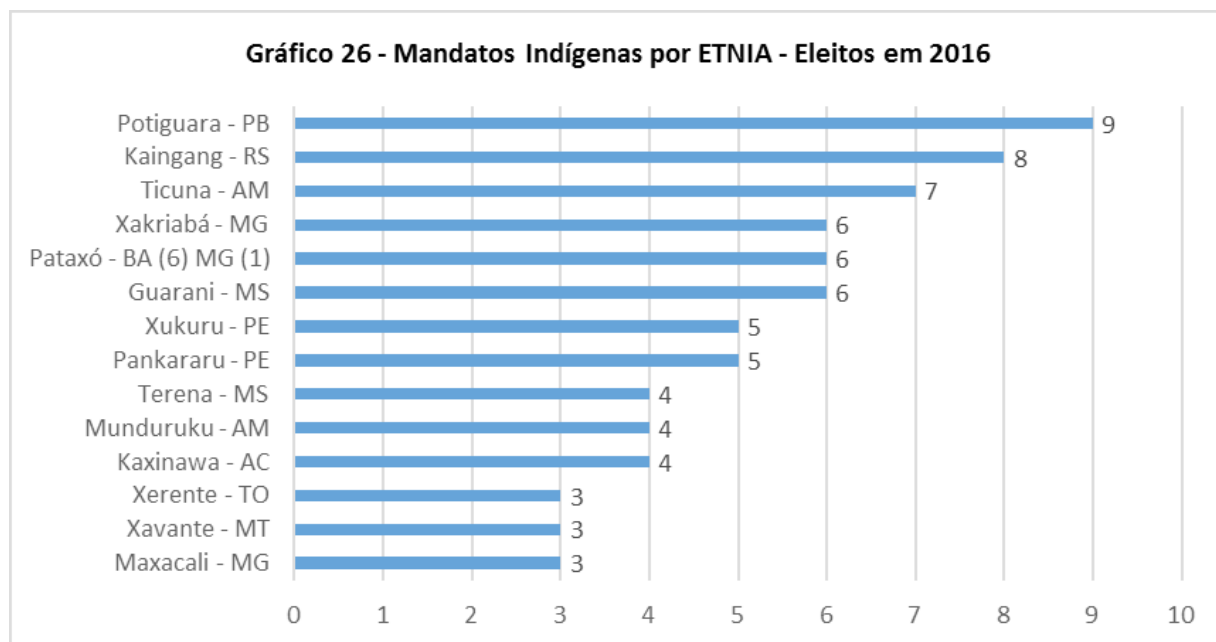
Desconheço que tipo de “cuidados” os partidos possuem diante dos quadros indígenas que a eles se filiam e são eleitos, uma questão já identificada há décadas por Oliveira Filho (1983). Note-se, por exemplo, a “responsabilidade política” em termos de formação, suporte e integração político-partidária que partidos

com o PT (19 mandatos indígenas), PMDB (17), PSDB (11), PV (8), e tantos outros, deveriam ter com relação aos mandatos indígenas sob suas gestões e que já se encontram em pleno mandato. O Gráfico 25 a seguir apresenta a distribuição partidária de mandatos indígenas por partido para o período de 2017-2020.



Em termos de distribuição étnica dos mandatos indígenas em curso destacam-se os Potiguara (PB) com 9, os Kaingang (RS) com 8, os Ticuna com 7 (AM), os Xacriabá com 6 (MG), e assim sucessivamente, conforme apresentado no Gráfico 26 (somente as 14 primeiras etnias com

mais mandatos). O Gráfico 26.1 (Anexo 6) apresenta a lista completa da distribuição étnica dos mandatos indígenas conquistados para o quadriênio de 2017-2020. Os Potiguara e os Xacriabá, como já afirmado, além de vereadores, possuem também prefeitos e vice-prefeitos eleitos.



5. A PONTA DO ICEBERG

Esse artigo tem como objetivo principal proporcionar subsídios teóricos e metodológicos para a construção de uma agenda de pesquisa que articule metodologias quantitativas e qualitativas sobre o fenômeno crescente da participação indígena em processos eleitorais. Para tanto, apresentei, por um lado, uma inédita sistematização de dados empíricos sobre a distribuição de 583 mandatos indígenas conquistados junto a inúmeros poderes executivos e legislativos municipais ao longo de uma série histórica composta por pleitos eleitorais ocorridos entre 1976 e 2016. Por outro, sistematizei, mesmo que de maneira ainda preliminar, um conjunto de trabalhos que se propuseram a analisar o voto e os processos eleitorais numa perspectiva antropológica, com destaque especial para os estudos etnográficos voltados à participação indígena em tais processos.

Enquanto a literatura antropológica até aqui produzida sobre a “análise do voto” conforma-se como uma espécie de “atalho etnográfico” para que os pesquisadores a ela vinculados mergulhem em outras dimensões sociológicas envolvidas nas tramas eleitorais presentes em “tempos a política” (PALMEIRA, 1996), os dados quantitativos que apresentei sobre a distribuição dos mandatos indígenas podem ser interpretados como a ponta de um ‘iceberg etnográfico’ e cumprem, para além das proposições extraídas da sistematização propriamente dita, dois outros objetivos: primeiro, apresentar potenciais cenários de pesquisa que tenham como matriz orientadora a perspectiva antropológica do voto propriamente dita; segundo e não menos importante: que os dados quantitativos possam vir a ser aprimorados, acompanhados e comparados ao longo do tempo, permitindo assim que a participação indígena em processos eleitorais torne-se um objeto de análise

também de escopo quantitativo, que permita interpretar de modo original as variáveis macro-sociológicas que orientam as escolhas e as tendências político-partidárias que segmentos sociais específicos têm manifestado pelo país.

Ressalto que há muitas outras dimensões em aberto quando tomadas as possibilidades presentes somente na sistematização quantitativa. Por exemplo, há um abismo entre a quantidade de candidaturas indígenas aos pleitos eleitorais e a dos efetivamente eleitos. O trabalho de Codato & Lobato & Castro (2016) citado no balanço bibliográfico, cujo o foco do estudo não são os mandatos conquistados, mas sim, as candidaturas indígenas a pleitos legislativos estaduais, é um exercício significativo nessa direção.

Outra dimensão importante extraída da sistematização da distribuição dos mandatos indígenas revela uma potencial ligação entre o crescimento de mandatos indígenas vinculados a um determinado partido e o período histórico no qual a mesma força político-eleitoral exerceu hegemonia na estrutura político-administrativa federal. Por se tratar de um fenômeno nem de longe inédito entre os não-índios, valeria a pena concentrar maiores esforços na investigação se essa estratégia de articulação entre a esfera local e a federal seria, de fato, também acionada pelas lideranças indígenas, com mandatos conquistados (ou não). O mesmo tipo de observação sistemática poderia ser direcionada à potencial associação entre as forças políticas que disputam os governos estaduais e as escolhas partidárias de lideranças indígenas que conquistam mandatos. Nesse sentido, uma frente de pesquisa multidisciplinar poderia redundar em etnografias densas de sessões de câmara legislativas municipais que tenham a presença

de vereadores indígenas e, ainda, que também descrevessem a atuação de indígenas como prefeitos e/ou vices. Além de por si só tratar-se de um trabalho de campo original, seus resultados poderiam ajudar a demonstrar ou a refutar hipóteses já anunciadas sobre a participação indígena em processos eleitorais, tais como a “manipulação” ou “cooptação” tanto dos índios eleitos, como de sua base eleitoral indígena (ou não), pela complexa e perversa maquinaria político-partidária local (na chave clássica do “coronelismo” e “mandonismo local”) e, por outro, de maneira radicalmente oposta, a apropriação da mesma maquinaria por estratégias indígenas locais, na chave da “indigenização da modernidade”, no caso, da ‘indigenização da maquinaria política-partidária’. Compreendendo um pouco da relação dos povos indígenas com o “mundo dos brancos”, sugiro que o ‘caminho do meio’ pareça ser uma boa régua para guiar a análise dessa intensa experiência indígena em participação em processos eleitorais¹⁵.

Por se fazer presente em muitos casos de sucesso de lideranças indígenas que conquistaram mandatos eletivos, outra variável que merece maior sistematização são as biografias daquelas lideranças marcadas pelo acúmulo de experiência política não apenas no exercício de papéis tradicionais (“caciques”), como em espaços ditos ‘modernos’, como os de professores e diretores de associações indígenas. O caso do prefeito indígena de Barreirinha (AM) é exemplar nesse sentido, assim como, arrisco a generalizar, da ampla maioria dos vereadores, prefeitos e vices indígenas que conquistaram mandatos no período histórico analisado.

Outra questão significativa a ser investigada são os motivos que estão enredados nas opções de lideranças indígenas e suas bases de

¹⁵ Em virtude dessa intensa e acumulada experiência dos povos indígenas no Brasil em processos eleitorais, aqui apresentada de maneira sistemática, seria interessante revisitar o debate apresentado na Nota Técnica nro. 94/2004 do INESC sob o título “É possível criar um partido indígena no Brasil?”.

apoio por partidos mais à direita ou à esquerda do espectro político-partidário nacional. Se numa leitura preliminar da distribuição dos mandatos indígenas pelo território nacional é possível entrever que há uma certa tendência ao pragmatismo político por parte significativa de lideranças indígenas, algo como ‘pouco importa o que o partido defende, mas sim, qual a chance se vir a ser eleito’, a mesma distribuição – particularmente, quando a acompanhamos ao longo da série histórica – permite sugerir que haveria uma maior simpatia por partidos senão exclusivamente de esquerda, pelo menos, daqueles que se apresentam com pautas progressistas e, ultimamente, socioambientais. Relacionado a essas potenciais simpatias, um outro foco de pesquisa poderia investigar de que modo os partidos políticos acompanham (se é que acompanham) os mandatos indígenas a eles vinculados.

Uma leitura do “mapa dos índios eleitos” tal qual apresentei nesse artigo conectada ao conjunto de proposições teórico-metodológicas já devidamente consolidadas por estudos vinculados à antropologia do voto, podem fazer emergir tantas outras pautas relacionadas à agenda de pesquisas aqui defendida. Aqui brevemente esboçadas, deixo aos leitores do artigo e aos trabalhos futuros a ampliação das dimensões passíveis de se transformarem em pautas consistentes de pesquisa.

Gostaria de reiterar alguns aspectos metodológicos dessa investigação. Apesar da porcentagem de mandatos indígenas com filiações partidárias e étnicas ausentes corresponder a menos de 10% da totalidade mapeada, espera-se que pesquisadores indígenas e não-indígenas possam contribuir para que essas incongruências sejam eliminadas paulatinamente em trabalhos que atualizem e corrijam os dados aqui apresentados. O mesmo se

espera em relação à ampliação da identificação de tantos outros mandatos indígenas não mapeados, subnotificados ou mesmo informados de maneira equivocada nessa investigação. De maneira mais controversa, considero também a importância de apuração mais detalhada da legitimidade identitária junto a coletividades indígenas, de alguns candidatos, inclusive eleitos, que têm se autodeclarado indígenas junto a tribunais regionais eleitorais sem indicar precisamente suas filiações étnicas.

Por fim, suponho que especialistas vinculados ao campo da ciência política, ou mesmo a outras disciplinas, que tenham como objeto de estudo a análise do voto e de processos eleitorais em termos mais quantitativos, percebam nesse artigo outros cruzamentos e interpretações mais embasadas em termos teórico-metodológicos do que as por mim apresentadas. Chamo a atenção para esse fato, por dois motivos. Apesar de meu interesse sobre o tema da participação indígena em processos eleitorais vir de muito tempo, em particular, desde quando iniciei minhas pesquisas etnográficas com povos indígenas, não tenho uma leitura suficientemente aprofundada sobre esse tipo de fenômeno sociológico no campo da ciência política. Essa apropriação teria permitido uma interpretação mais adequada e rigorosa dos dados quantitativos sistematizados.

Apesar da delimitação analítica que empreguei no balanço teórico apresentado na seção 3 – quando enfatizei quase que exclusivamente os estudos vinculados à agenda da “antropologia do voto” –, os estudos de processos eleitorais, com ou sem participação indígena, parecem exigir cada vez mais um olhar multidisciplinar que integre de maneira mais consistente e dialógica as contribuições teórico-metodológicas da antropologia social e das demais ciências sociais, em especial, da ciência política.

Em outras palavras, mesmo que em plena concordância com proposição de caráter metodológico esboçada por Goldman & Sant'Anna (1996:22), de que a visada da 'antropologia do voto' requer "*não a explicação do voto e das eleições, mas de tentar uma certa inteligibilidade das tramas que envolvem esses fenômenos*", o mapeamento quantitativo inédito aqui realiza-

do da distribuição de mandatos indígenas pelo país, – e seu entrecruzamento com diversas variáveis (filiação étnica, partidária, mandatos ao executivo e legislativo, localidades das experiências etc) –, se conecta plenamente a agenda de pesquisas de cunho qualitativo e etnográfico que vem sendo desenvolvida há décadas no país.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CODATO, Adriano; LOBATO, Tieme & CASTRO, Andreia M. (2016). "Vamos lutar parentes!" As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 32, nº 93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n93/0102-6909-rbcsoc-3293022017.pdf>, consultado em 23 de dezembro de 2016.
- CLASTRES, Pierre. (1990). **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Francisco Alves,
- DE PAULA, Luís Roberto de. (2000) **A Dinâmica Faccional Xerente : Esfera Local e Processos Sociopolíticos Nacionais e Internacionais** [doi:10.11606/D.8.2000.tde-23012012-113854]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.
- FERNANDES, Ricardo Cid. (2006). "O '15' e o '23': políticos e políticas kaingang". **Campos – Revista de Antropologia Social** - 7(2): 27-47. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/7437>, consultado em 18 de outubro de 2016.
- GOLDMAN, Marcio & SANT'ANNA, Ronaldo. (1996). "Elementos para uma Antropologia do Voto". In: PALMEIRA, Moacir. & GOLDMAN, Márcio (orgs.) - **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.
- GRAHAN, Laura. (2011). "Citando Mario Juru-na: imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira". **Mana** vol.17, Nº2 Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200002, consultado em 20 de dezembro de 2016.
- INESC (2004). **É possível criar um partido indígena no Brasil?**. Disponível: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/nts-anteriores/nts-2004/NT.%2094%20-%20Partido%20indigenista%20no%20Brasil.pdf/view>, consultado 12.10.2017.
- INESC. (2016). **Perfil de candidatos indígenas a deputado estadual nas eleições de 2014**. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/inesc-lanca-o-perfil-dos-candidatos-as-eleicoes-2014-em-seminario-na-proxima-sexta-19-9>, acessado em 15 de outubro de 2016.
- IUBEL, Aline F. (2015). **Transformações políticas e indígenas: movimento e prefeitura no Alto Rio Negro**. Tese de Doutorado. Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, SP.
- LIMONGI, Fernando & VASSELAI, Fabricio (2016), **Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - Belo Horizonte, Área Temática: Eleições e Representação Política. Disponível em: http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1468806288_ARQUIVO_coordenandocandidaturasLimongiVasselai.pdf, acesso em 10 de janeiro de 2017.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. (1983). "Índios, Eleições e Partidos". Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil. **CEDI**, especial 12, abril. pp. 96-98.
- OLIVEIRA, Alessandro R. (2008). **Política e políticos indígenas: a experiência Xakriabá**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília, DF.

- PALMEIRA, Moacir. & GOLDMAN, Márcio (orgs.). (1996). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.
- RIBEIRO, Florbela A. (2009). **Políticas Tenetehara e Tenetehara na Política – um estudo das estratégias de uma campanha eleitoral direcionada a uma população indígena**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, SP.
- RUFINO, Marcos. (2000). **Instituições dos Brancos**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/Indios-e-a-eleicao/instituicoes-dos->, acesso em 10 de outubro de 2016.
- SAHLINS, Marshall. (1997). "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte I)". **Mana** [online]. vol.3, Nº1, pp. 41-73. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104=93131997000100002-&script=sci_abstract&tlng=pt, acesso em 20 de dezembro de 2016.
- VANZOLINI, Marina. (2011), "Eleições na aldeia ou o Alto Xingu contra o Estado?" **Anuário Antropológico 2010-I**. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202010%20I/Cap%20II.pdf, acessado em 19 de dezembro de 2016.

ANEXOS

ANEXO 1

DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS INDÍGENAS POR PARTIDO E POR PLEITO ELEITORAL
PARA O EXECUTIVO E LEGISLATIVO

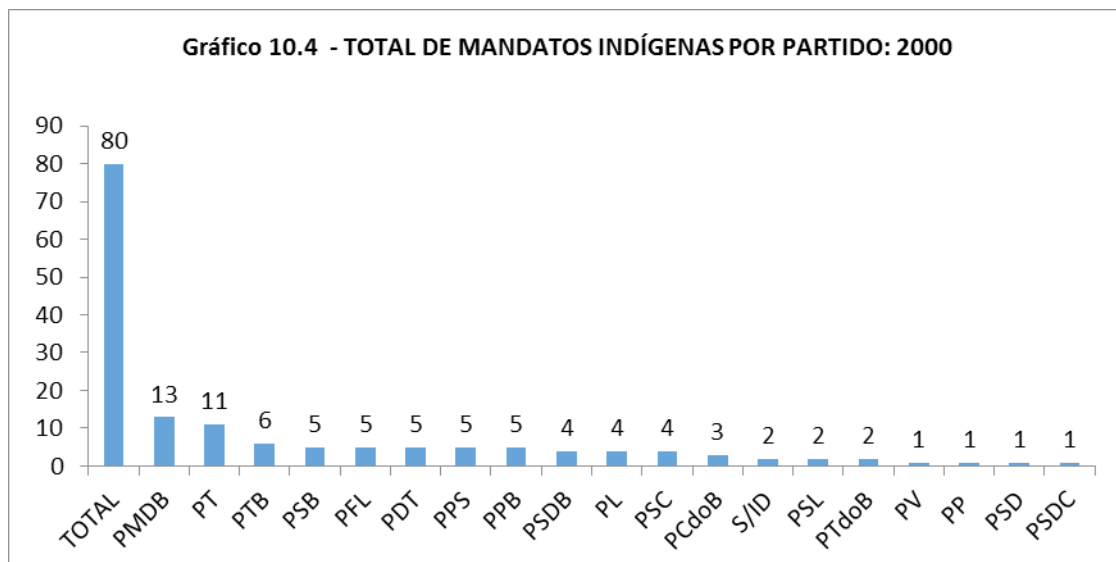
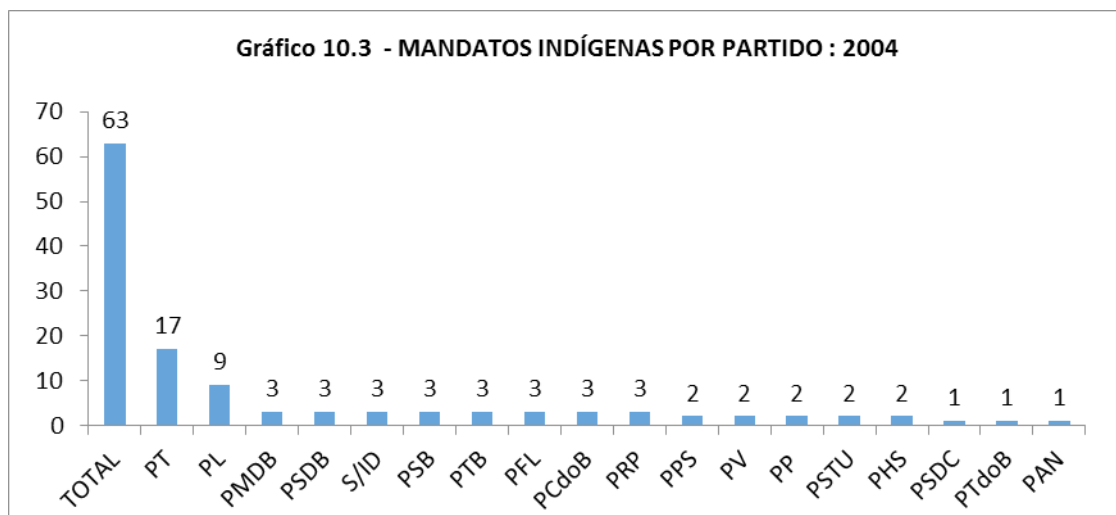


Gráfico 10.5 - TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR PARTIDO : 1996

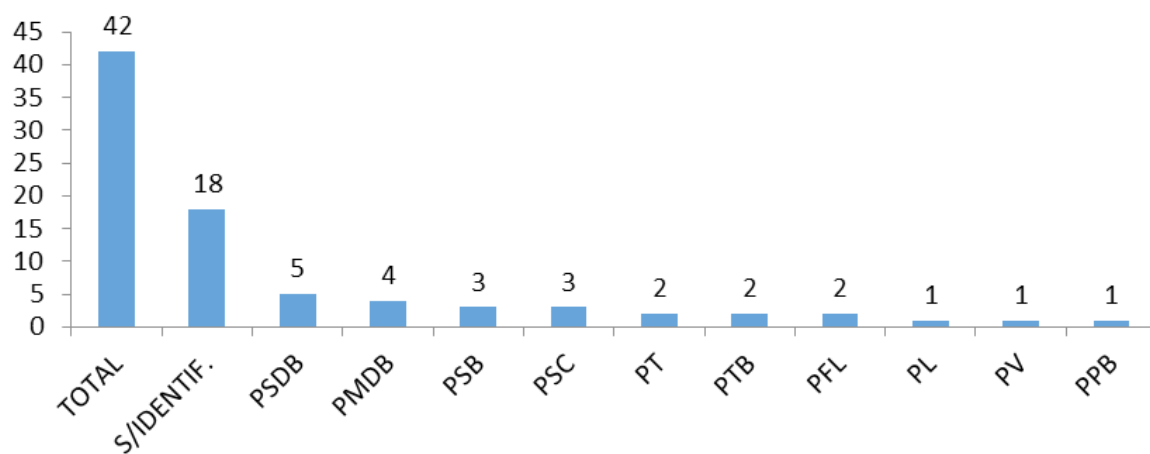


Gráfico 10.6 - TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR PARTIDO: 1992

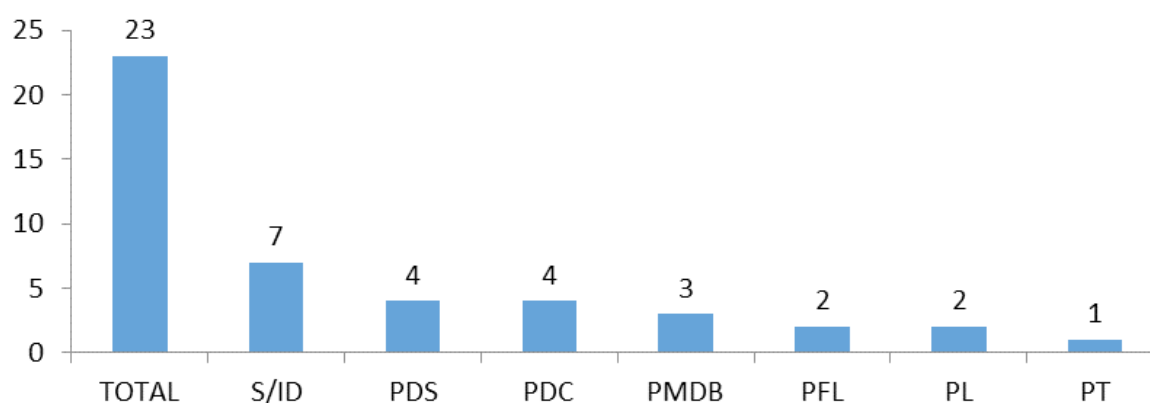
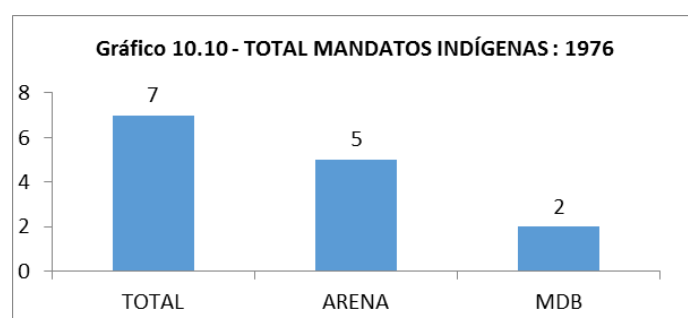
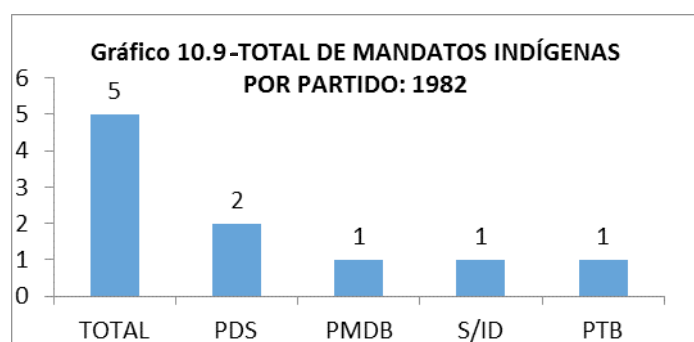
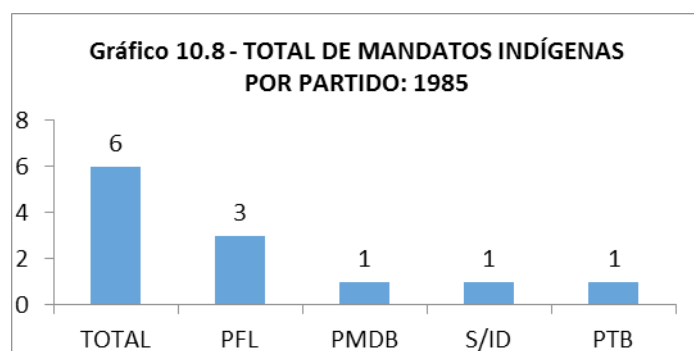


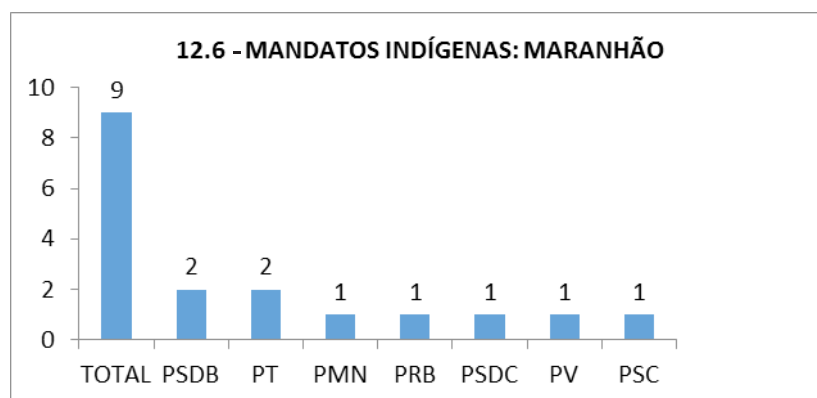
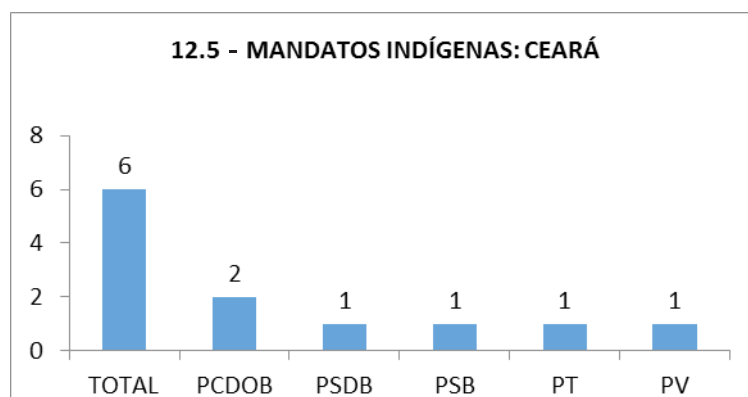
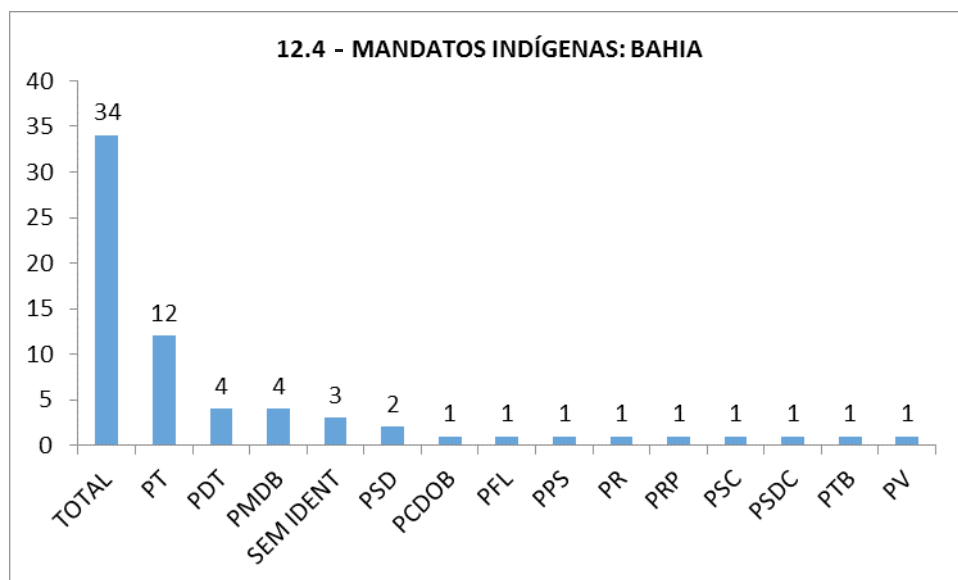
Gráfico 10.7 - TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR PARTIDO: 1988

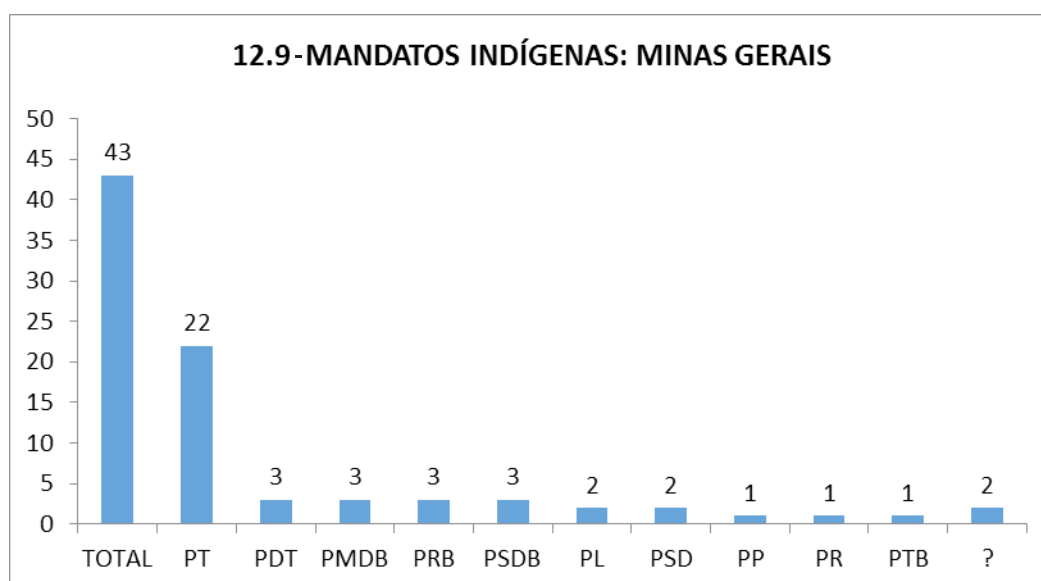
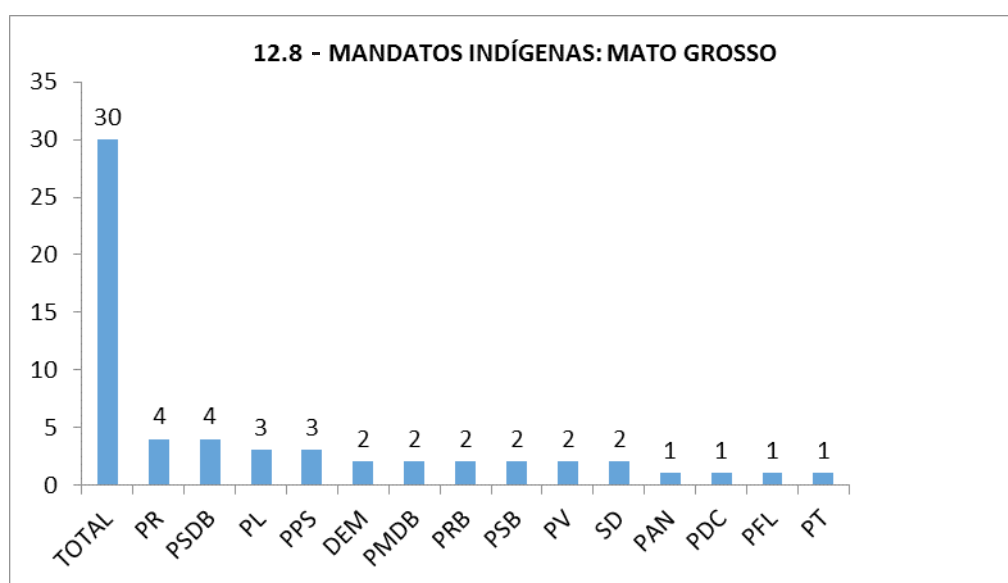
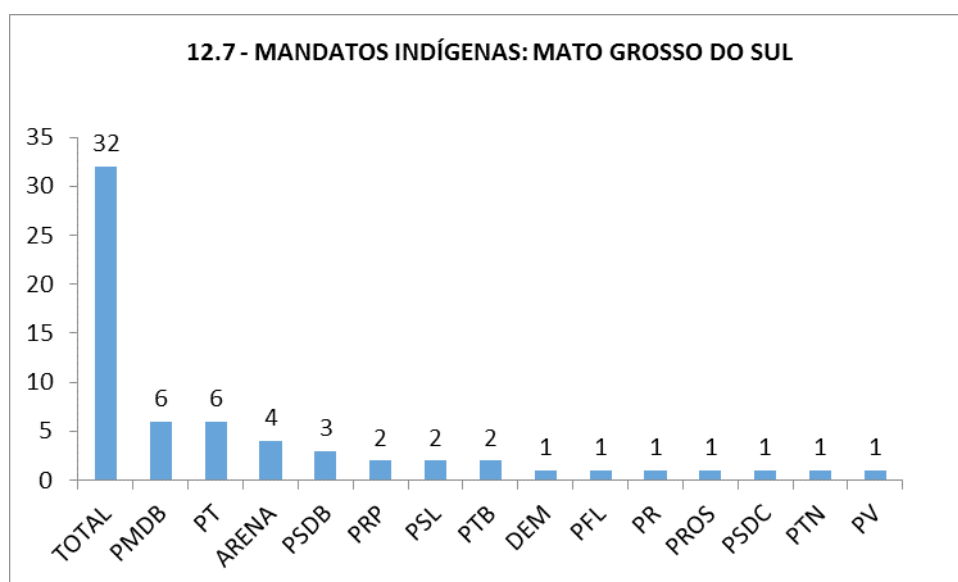


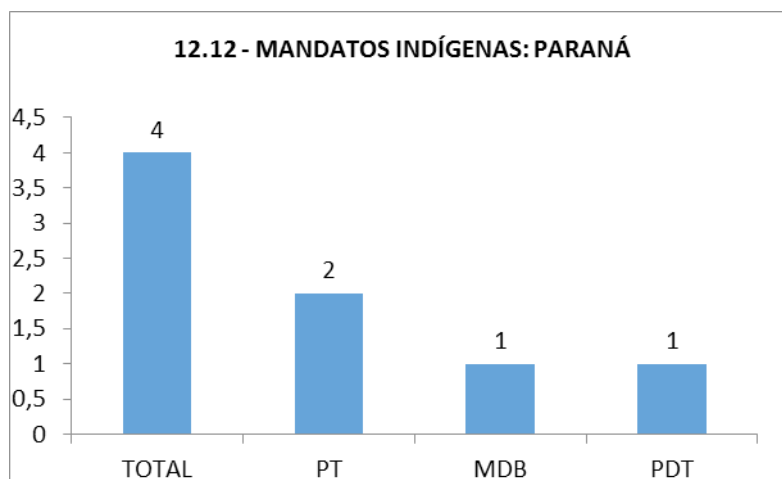
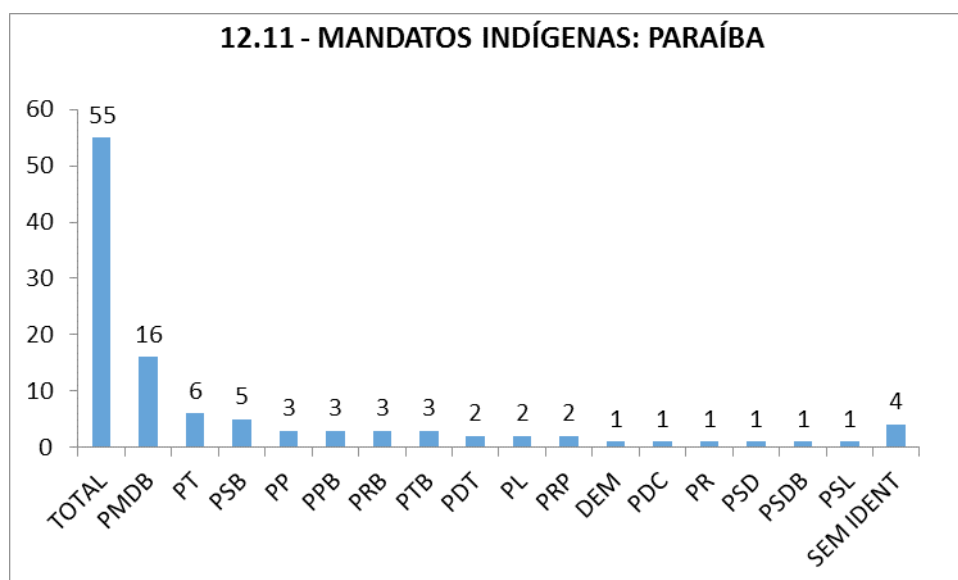
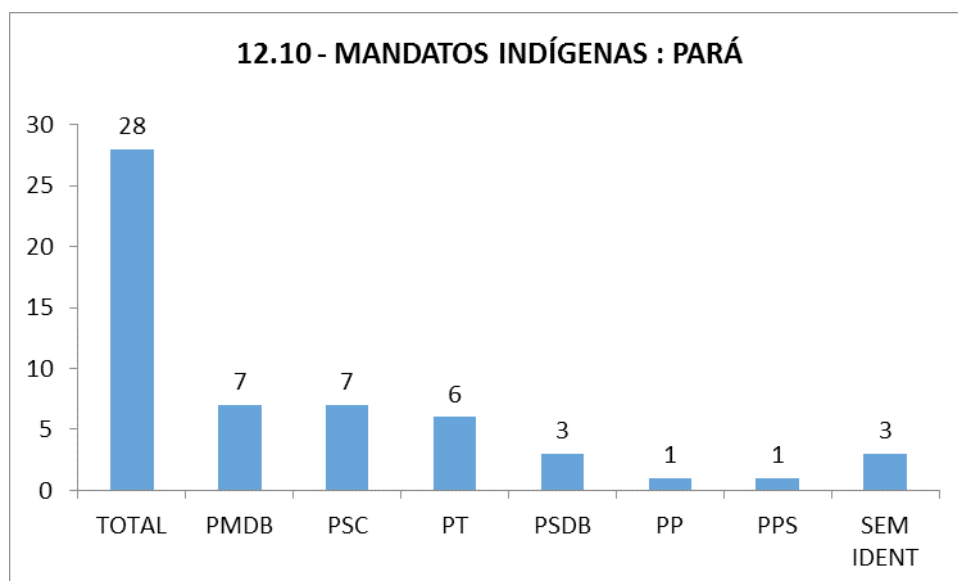


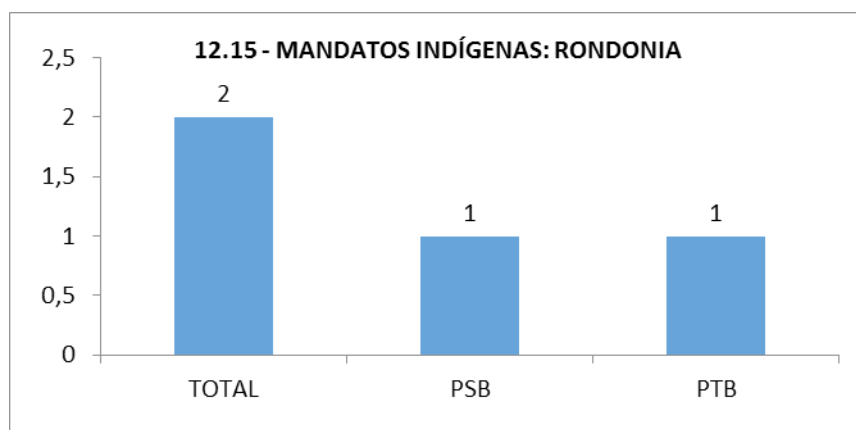
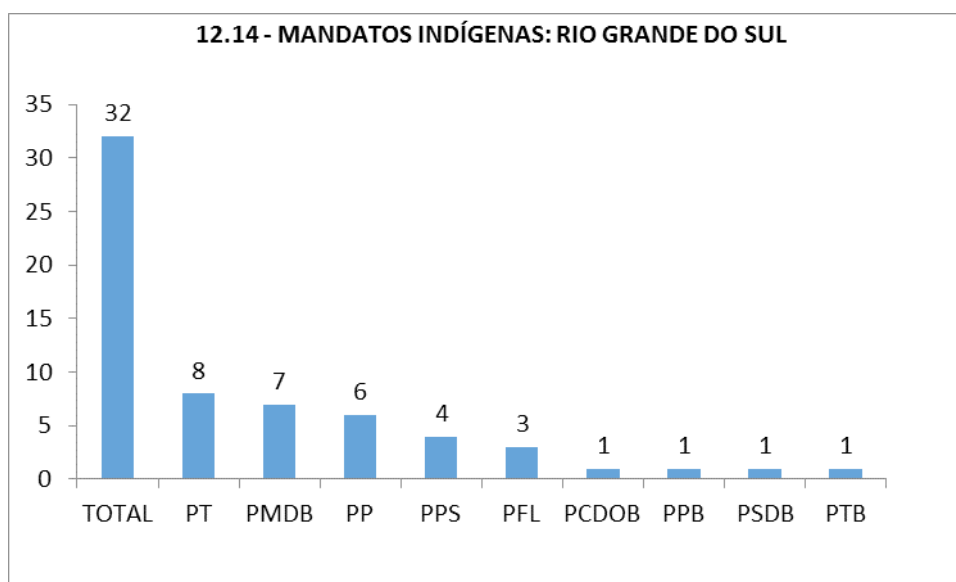
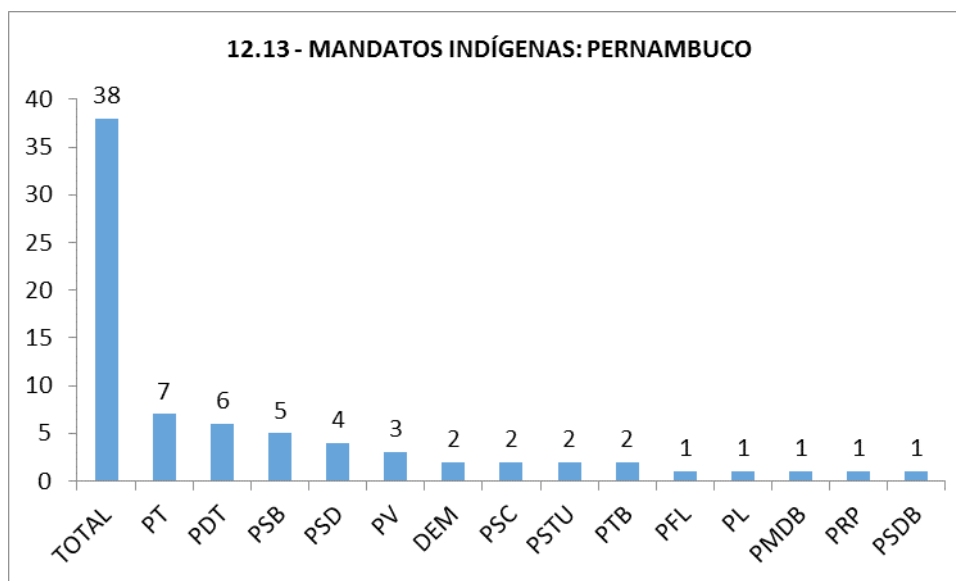
ANEXO 2

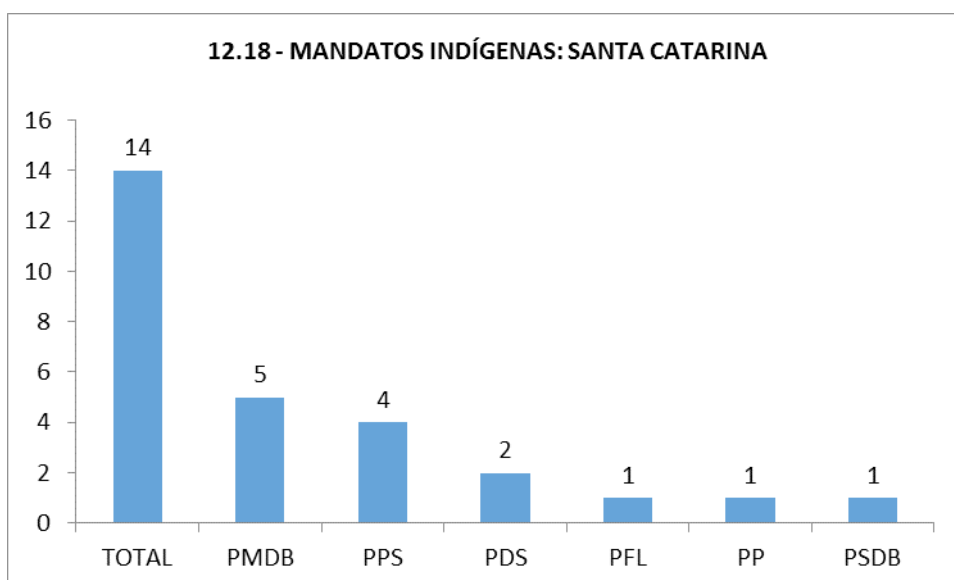
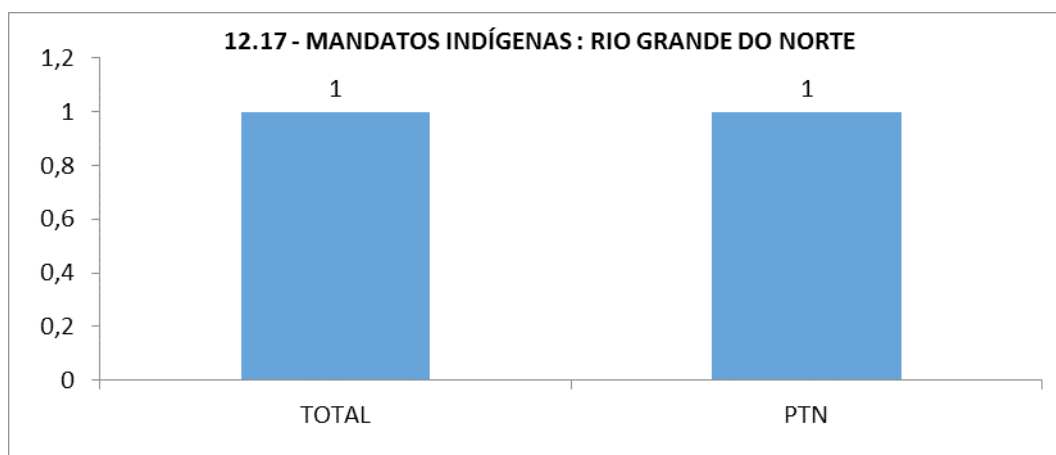
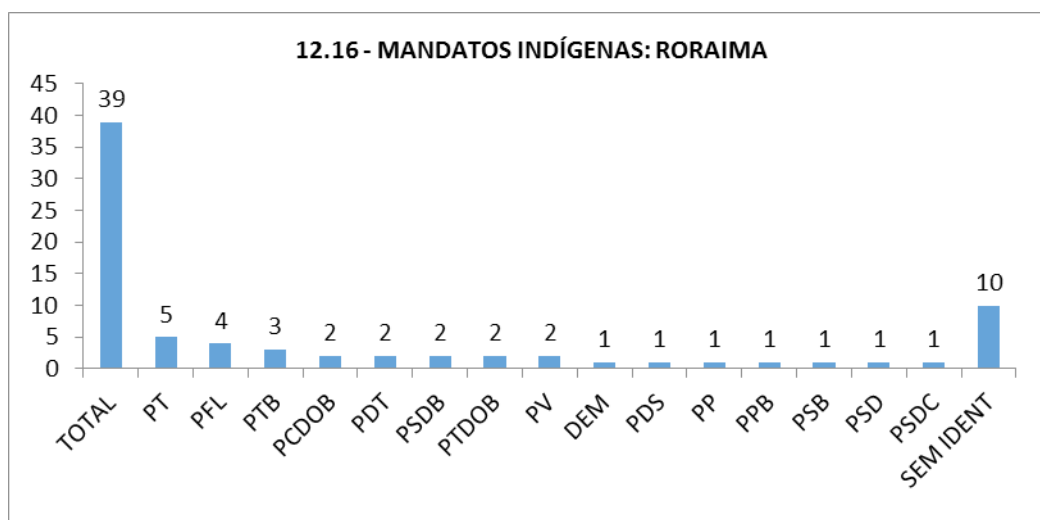
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS INDÍGENAS POR ESTADO AO LONGO DA SÉRIE HISTÓRICA (1976-2016)

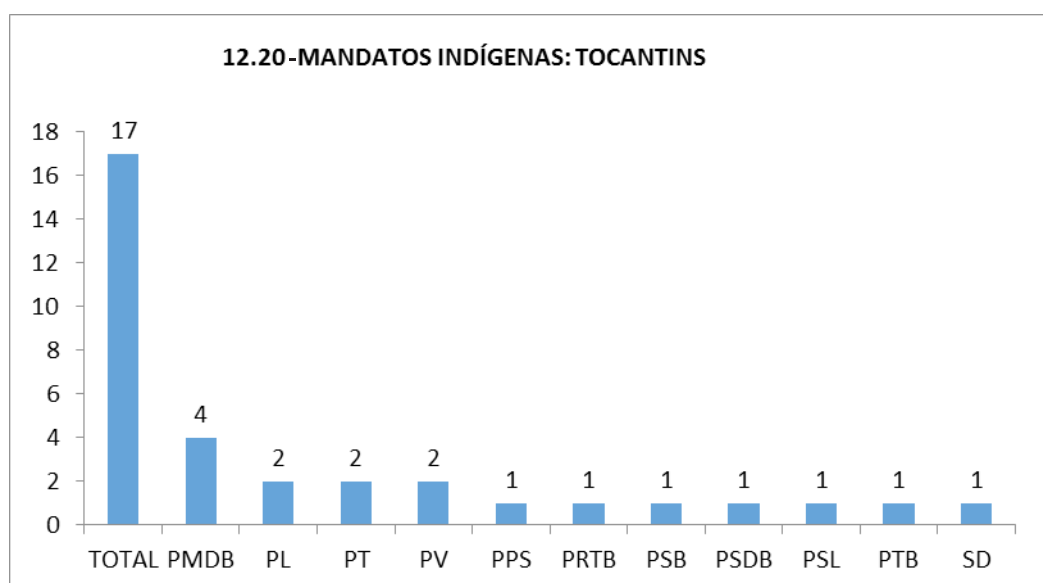
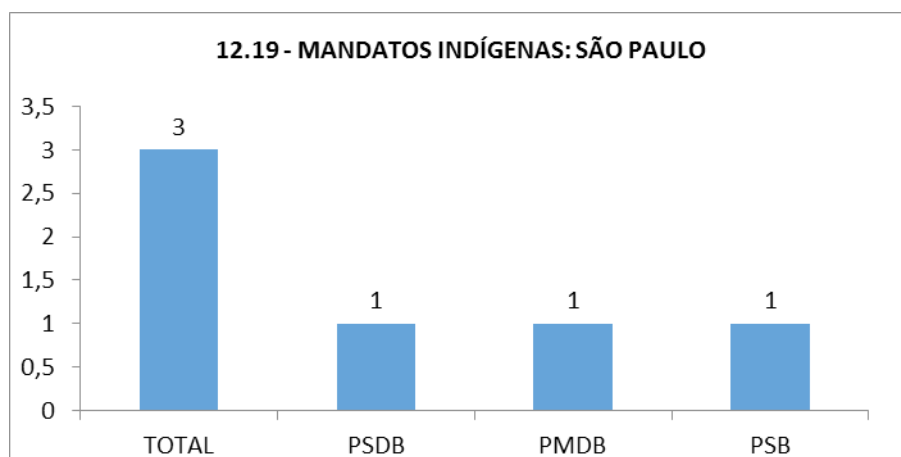












ANEXO 3

TABELA 1 - TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR MUNICÍPIO AO LONGO DA SÉRIE HISTÓRICA 1976-2016

São Gabriel da Cachoeira/AM	35
São João das Missões/MG	30
Baia da Traição/PB	26
Marcação/PB	24
Jacareacanga/PA	23
Oiapoque/AP	19
Santa Rosa do Purus/AC	15
São Paulo de Olivença/AM	15
Tabatinga/AM	15
Normandia/RR	13
?/AM	13
Uiramutã/RR	12
Santo Antonio do Içá/AM	11
Carnaubeira da Penha/PE	10
Pesquera/PE	10
Amaturá/AM	10
Benjamim Constant/AM	10
Atalaia do Norte/AM	8
Tocantinia/TO	8
Pau Brasil/BA	7
Benjamim Constant do Sul/RS	7
Jordão/AC	7
Paracarima/RR	7
Aguas Belas/PE	6
Gramado dos Loureiros	6
Ipuaçu/SC	6
Porto Real do Colegio/AL	5
Rodelas/BA	5
Santa Cruz da Cabralia/BA	5
Jatobá/PE	5
Rio Tinto/PB	5
São Valério do Sul/RS	5
Santa Helena de Minas/MG	5
Aquidauana/MS	5

Dois Irmãos de Buruti/MS	5
Gaúcha do Norte/MT	5
Luciara/MT	5
Barreirinha/AM	5
Charrua/RS	4
Carmésia/MG	4
Miranda/MS	4
Campinápolis/MT	4
Alvaraes/AM	4
Banzaê/BA	3
Fernando Falcão/MA	3
José Boiateux/SC	3
Caarapó/MS	3
Japorã/MS	3
Tacuru/MS	3
Bom Jesus do Araguaia/MT	3
General Carneiro/MT	3
Autazes/AM	3
Santa Isabel do Rio Negro/AM	3
Alto Alegre/RR	3
Formoso do Araguaia/TO	3
Lagoa da Confusão/TO	3
Morro do Chapéu/BA	2
Prado/BA	2
Ibimirim/PE	2
Tacaratu/PE	2
Monsenhor Tabosa/CE	2
Itaipava do Grajaú/MA	2
Nova Laranjeiras/PR	2
Cacique Doble/RS	2
Redentora/RS	2
Entre Rios/SC	2
Ibirama/SC	2
Avai/SP	2

Bertópolis/MG	2
Sindrolândia/MS	2
Nova Nazaré/MT	2
Rondolândia/MT	2
Feijó/AC	2
Mancio Lima/AC	2
Tarauaca/AC	2
Pauini/AM	2
Comaru do Norte/PA	2
São Sebastião/AL	1
Abaré/BA	1
Euclides d Cunha/BA	1
Glória/BA	1
Itajú do Colônia/BA	1
Lajedo do Tabocal/BA	1
Nova Glória/BA	1
Nova Rodela/BA	1
Olindinha/BA	1
Porto Seguro/BA	1
?/BA	1
Cabrobó/PE	1
Lagedo/PE	1
Pedrolândia/PE	1
Ataruba/CE	1
Barroquinha/CE	1
Caucaia/CE	1
Itarema/CE	1
Arame/MA	1
Grajaú/MA	1
Jenipapo dos Vieiras/MA	1
Montes Altos/MA	1
Lagoa dos Velhos/RN	1
Mangueirinha/PR	1
Santa Amélia/PR	1
Erebango/RS	1
Iraú/RS	1
Miraguaí/RS	1
Nanoai/RS	1
Ronda Alta/RS	1

Tenente Portela/RS	1
Vitor Meirelles/SC	1
Arco-Íris/SP	1
Ladainha/MG	1
?/MG	1
Amambai/MS	1
Anastacio/MS	1
Dourados/MS	1
Laguna Carapã/MS	1
Paranhos/MS	1
Pedro Murtinho/MS	1
Sem Identificação	1
Comodoro/MT	1
Feliz Natal/MT	1
São José do Xingu	1
Tangará da Serra/MT	1
Santo Antonio do Leste/MT	1
Santa Terezinha/MT	1
Assis Brasil/AC	1
Marechal Thaumaturgo/AC	1
Altazes/AM	1
Barcelos/AM	1
Borba/AM	1
Maués/AM	1
Parintins/AM	1
Uarini/AM	1
Pedra Branca do Amapari/AP	1
Jacundá/PA	1
Marabá/PA	1
Santa Luzia do Pará/PA	1
Guajará-Mirim/RO	1
Santa Amélia/RO	1
Boa Vista/RR	1
Bomfim/RR	1
Cantá/RR	1
?/RR	1
Pedro Afonso/TO	1
Santa Fé do Araguaia/TO	1
Sandolândia/TO	1

ANEXO 4

**Gráfico 18.1 - TOTAL DE MANDATOS INDÍGENAS POR ETNIA ENTRE 1976 E 2016
(EXECUTIVO+LEGISLATIVO)**

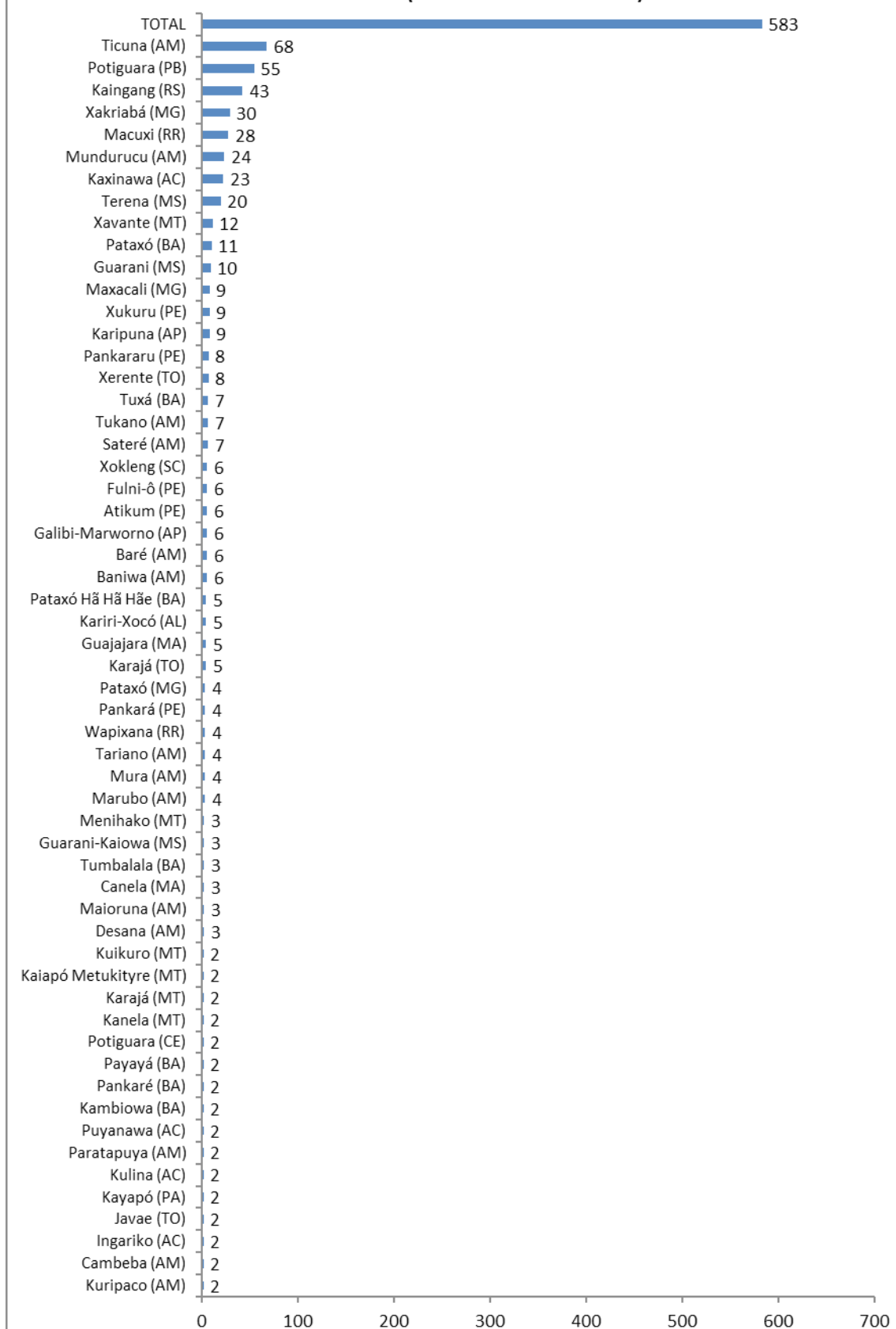
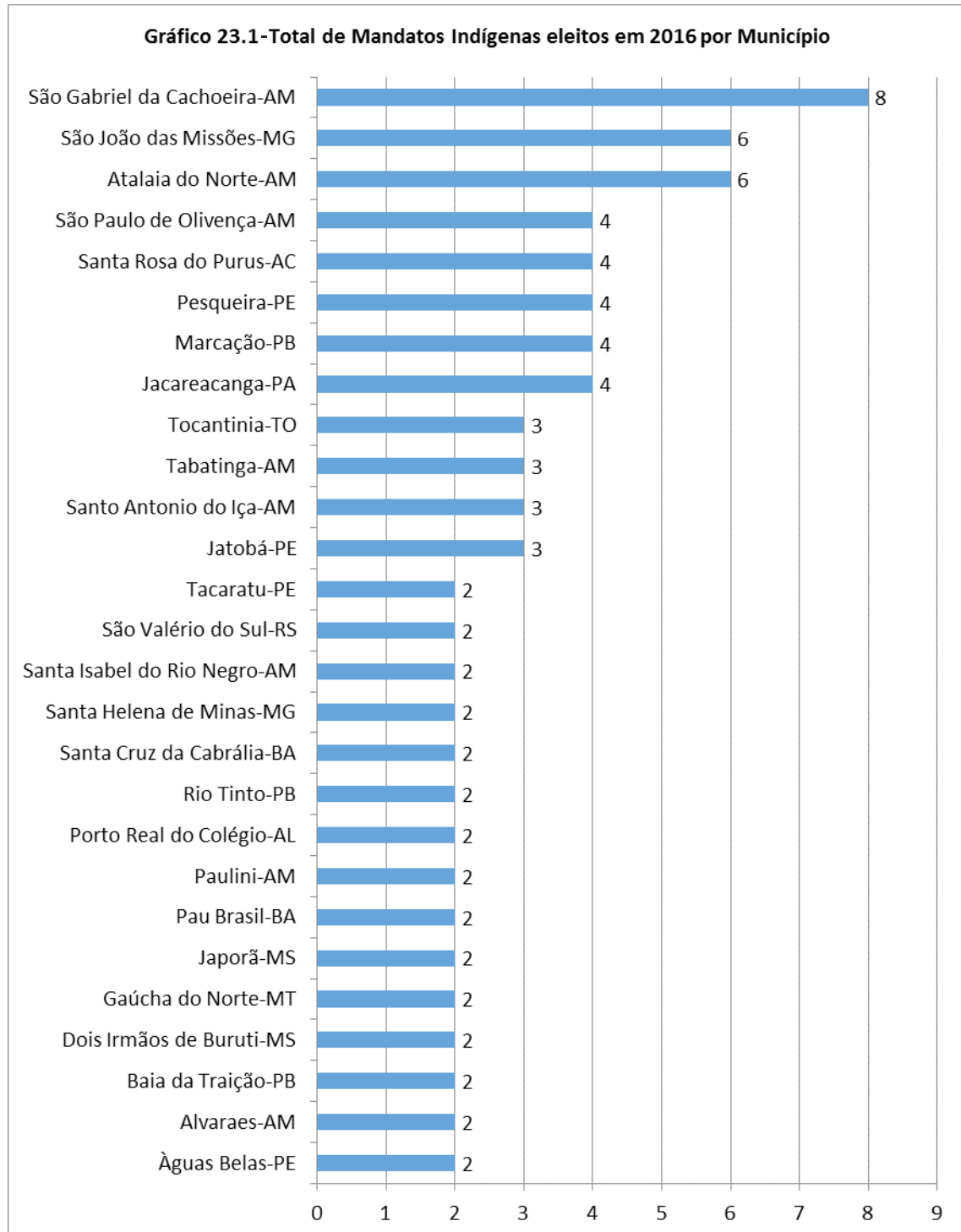


Gráfico 18.1 - MANDATOS INDÍGENAS POR ETNIA ENTRE 1976 E 2016
continuação



ANEXO 5

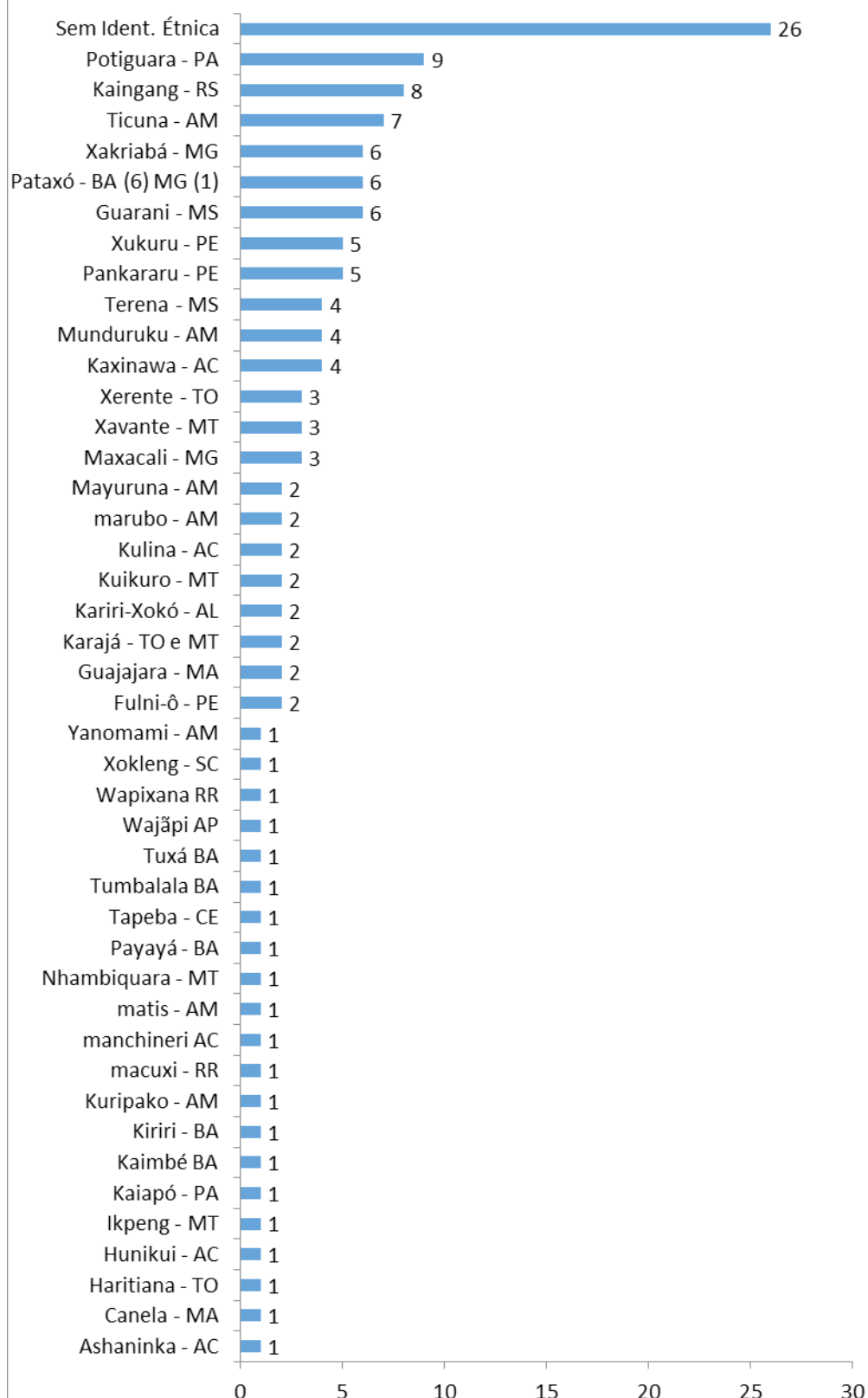


Total de Mandatos Indígenas eleitos em 2016 por Município (continuação)

	1
Uiramutã-RR	1
	1
Tarauaca-AC	1
	1
Sidrolândia-MS	1
	1
Sandolândia-TO	1
	1
Redentora-RS	1
	1
Pedro Afonso-TO	1
	1
paranhos-MS	1
	1
Normandia-RR	1
	1
Monsenhor Tabosa-CE	1
	1
Marechal Thaumaturgo-AC	1
	1
Lajedo do tabocal-BA	1
	1
Lagoa dos Velhos-RN	1
	1
Jordão-AC	1
	1
Itaipava do Grajaú-MA	1
	1
Gramado dos Loureiros-RS	1
	1
Fernando Falcao-MA	1
	1
Feijó-AC	1
	1
Cumaru do Norte-PA	1
	1
Charrua-RS	1
	1
Carmésia-MG	1
	1
Campinópolis-MT	1
	1
Bomfim-RR	1
	1
Boa Vista-RR	1
	1
Benjamim Constant-AM	1
	1
Banzaê-BA	1
	1
Arame-MA	1
	1
Abaré-BA	1
	1
	10

ANEXO 6

Gráfico 26.1 - Mandatos Indígenas por Etnia - 2016



ANEXO 7

CANDIDATOS INDÍGENAS ELEITOS A VEREADOR (V), PREFEITO (PR), VICE (VI) ENTRE 1976 E 2016

ELEIÇÕES		NOME	ETNIA	CIDADE	EST	PARTIDO	VOTAÇÃO	R	SEXO	Fonte
1976	V	Antonio Toré	Kariri-Xocó	Porto Real do Colegio	AL	MDB				fonte: aconteceu 1980
	V	Manuel Primo dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	ARENA				fonte: aconteceu especial - nro 3 0 Amapá...
	V	Jair de Oliveira	Terena	Aquidauana	MS	ARENA				fonte : aconteceu 1980
	V	Joel de Oliveira (irmão de Jair)	Terena	Aquidauana	MS	ARENA				fonte : aconteceu 1980
	V	Isaias Amorim Ferreira	Terena	Miranda	MS	ARENA				fonte: aconteceu 1981
	V	Pedro Vitorino da Silva	Terena	?	MS	ARENA				fonte: aconteceu 1981
	V	Angelo Kretã	Kaingang	Mangueirinha	PR	MDB				fonte: Porantin - 1985
1982	V	Antonio Toré	Kariri-Xocó	Porto Real do Colegio	AL	PTB ®		R		fonte: aconteceu 1984
	V	Modestino Domingos da Silva	Ticuna	Santo Antonio do Iça	AM	PMDB				
	V	Manuel Primo dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	PDS ®		R		fonte: aconteceu especial - nro 3 0 Amapá...
	V	?	Xacriabá	São João das Missões	MG	?				fonte: aconteceu 1984 - pag. 295
	V	Odilon	Macuxi	Alto Alegre	RR	PDS				fonte: aconteceu 1984
1985	V	Modestino Domingos da Silva	Ticuna	Santo Antonio do Iça	AM	PMDB ®		R		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Jacir Paulino Fontaneles	Macuxi	Normandia	RR	?				fonte: aconteceu 1985-1986 - pag. 117
	V	Caetano	?	Normandia	RR	PFL				fonte: aconteceu 1985-1986 - pag. 108
	V	Alcides Teixeira	Wapixana	Alto Alegre	RR	PTB				fonte: aconteceu 1985-1986 - pag. 121
	P	Fernando	?	Alto Alegre	RR	PFL				fonte: aconteceu 1985-1986 - pag. 108
	VICE	Odilon	Macuxi	Normandia	RR	PFL				fonte: aconteceu 1985-1986 - pag. 108
1988	V	Paulo Silva	Galibi-Marworno	Oiapoque	AP	PMDB				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Ramon dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	?				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Henrique velozo Vaz	Desana	São Gabriel da Cachoeira	AM	PL				
	V	Tadeu Américo	Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	AM	PL				
	VICE	Juscelino Otero Gonçalves	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PFL				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Altair Ignacio Cardoso	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PFL				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Odilon Cruz Pena	Tariano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PL				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Jermiano Lopes Basilio	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	AM	?				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	José Guedes Pena Azul	Tikuna	Tabatinga	AM	PMDB				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Pedro R. Severiano	Tikuna	Tabatinga	AM	PFL				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Quintino Emiliano marques	Tikuna	São Paulo de Olivença	AM	PFL				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Reinaldo Otaviano do Carmo	Tikuna	São Paulo de Olivença	AM	PDC				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Ismael Adecio Custodio	Tikuna	São Paulo de Olivença	AM	PFL				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Modestino da Silva	Tikuna	São Antonio do Iça	AM	PMDB ®		R		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Aldair	Tikuna	Amatura	AM	PT				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Manuel Eduardo	Tuxá	Nova Rodela	BA	?				fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Romildo Cruz Araujo	Tuxá	?	BA	?				fonte: Porantin 1989 - nro 115.

	PRE	Josepha Pereira da Silva Xavier	Pankararé	Nova Glória	BA	?	F	fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Carlos Waxamauri	Karajá	Luciara	MT	PDC		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Puiu	Mentuktire Txukarramae	Luciara	MT	PL		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Lisio Lili	Terena	Aquidauana	MS	PTB		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Modesto Pereira	Terena	Aquidauana	MS	PMDB		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Ariovaldo	Terena	Miranda	MS	PTB		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Aridio	Terena	Anastacio	MS	PFL		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Amancio	Terena	Sindrolandia	MS	PMDB		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Eliseu Fernandes	Kaiowá	Tacuru	MS	PMDB		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	?	Maxacali	?	MG	?		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	VICE	Iraci Cassiano do Nascimento	Potiguara	Baia da Traição	PB	PDC	F	fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	João Batista Faustino	Potiguara	Baia da Traição	PB	?		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Ailton Lucio dos Santos	Fulni-o	Aguas Belas	PE	PFL		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Aldemar Fernandes Barbosa	Pankararu	Petrolandia	PE	PDT		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Moacir Doble	Kaingang	Cacique Doble	RS	PFL		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Antonio Sales	Kaingang	Miraguai	RS	PFL		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Joacie Paulino Fontanele	Macuxi	?	RR	?		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Mario Camilo	Terena	Avai	SP	PMDB		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
	V	Eduardo Pripá	Xokleng	Ibirama	SC	PDS (OBS: Eleito em 1989 em eleições suplementares)		fonte: Porantin 1989 - nro 115.
1992	VICE	Admicio Suzano Bastos	Ticuna	Benjamim Constant	AM	PDS		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Silvio Almeida Bastos	Ticuna	Benjamim Constant	AM	PDS		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Miguel Eleutério	Ticuna	Santo Antonio do Iça	AM	PDC		https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//34592_20160317_094708.pdf
	V	Modestino da Silva	Ticuna	Santo Antonio do Iça	AM	PMDB		
	V	Firmino Tomas Albino	Ticuna	Tabatinga	AM	PDC		
	V	Darcy Miguel Moratu	Ticuna	Tabatinga	AM	?		
	V	Quintino E. Marques	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PDC	R	
	V	Oziel	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PDC		
	V	Silvio Carvalho	Ticuna	Amaturá	AM	PFL		
	V	Vitor Inácio	Ticuna	Amaturá	AM	PFL		
	V	Adair	Ticuna	Amaturá	AM	PDS	R	https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//34592_20160317_094708.pdf
	V	Mecias Batista	Satere-Mawe	Barreirinha	AM	PT		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Henrique velozo Vaz	Desana	São Gabriel da Cachoeira	AM	PL ®	R	fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Tadeu Américo	Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	AM	PL ®	R	fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	?	?	Oiapoque	AP	?		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	?	?	Oiapoque	AP	?		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	?	?	Oiapoque	AP	?		fonte: Porantim - 1992 - nro 145

	V	Roberto Krixí	Mundurucu	Jacareacanga	PA	?		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Hans Amancio Kaba	Mundurucu	Jacareacanga	PA	?		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Tapiet	Kaiapó	Comaru do Norte	PA	?		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	PRE	Iraci Cassiano do Nascimento	Potiguara	Baia da Traição	PB	PMDB		fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Eduardo Pripá	Xokleng	Ibirama	SC	PDS®	R	fonte: Porantim - 1992 - nro 145
	V	Angelo	Xerente	Tocantinia	TO	PMDB		De Paula,2000
1996	V	?	Ticuna	?	AM	?		Fonte: Porantim - 1998/nro. 207
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	V		Ticuna		AM			
	PRE	João Neves	Galibi-Marworno	Oiapoque	AP	PSB		Fonte: Porantim - 1996 - 188
	V	Ramos dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	PSB		Fonte: Aconteceu 1996-2000:216
	V	Cecilio Correia	Mura	Altazes	AM	PSDB		Fonte: Agosto - 1998 /nro. 207 + Aconteceu 1996/2000:215
	V	Mecias Batista	Satere-Mawe	Barreirinha	AM	PPB ®	R	
	V	Flavio Carvalho	Desana	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT		Fonte: Porantim - 1996 - 188
	V	Alberto Barbosa	Tariano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PFL		Fonte: Porantim - 1996 - 188
	VICE	Thiago Montalvo Cardoso	Pira-Tapuia	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSDB		Fonte: Porantim - 1996 - 188
	VICE	Manoel Oliveira	Xakriaba	São João das Missões	MG	PSDB		
	V	José Oliveira	Xakriaba	São João das Missões	MG	PSDB		
	V	Valdemar Xavier dos Santos	Xacriaba	São João das Missões	MG	PSDB		
	V	Manoel da Silva	Pataxó	Carmésia	MG	PL		
	V	Domingos	Bororo	General Carneiro	MT	PMDB		
	VICE	Isaia Krixí	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSC		
	V	Roberto Krixí	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSC ®	R	
	V	Hans Amancio Kaba	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSC ®	R	
	PRE	Marcos	Potiguara	Baia da Traição	PB	PMDB		
	V	Antonio Pereira	Xokuru de Ioruba	Pesqueira	PE	PSB		
	V	Maria Luciene	Kambiwa	Ibimirim	PE	PV		
	VICE	Orlando Justino	Macuxi	Normandia	RR	?		
	VICE	Maria Luiza	Macuxi	Pacaraima	RR	?		
	V	Nelino Galé	Macuxi	Normandia	RR	PT		

2000

V	José França Miguel	Macuxi	Normandia	RR	? Reeleito		
V	Lauro Borbosa	Macuxi	Uiramutã	RR	?		
V	Jonas Marculino	Macuxi	Pacaraima	RR	?		
V	Moises Trajano Ramos	Wapixana	Normandia	RR	PTB		
V	Batista de Oliveira	Kaingang	Benjamim Constant	RS	PMDB		
V	Florindo de Oliveira	Kaingang	Charrua	RS	PMDB		
V	Erponi Lopes	Kaingang	Gramado dos Loureiros	RS	PTB		
V	Eduardo Pripá	Xokleng	José Boiateux	SC	PFL ®	R	
	Virgulino Rodrigues Sales	Kaxinawa	Jordão	AC	PT	106	Aconteceu 1996-2000 - 215
	João Sales das Rosa	Kaxinawa	Jordão	AC	PT	65	
	Sivaldo Barbosa Sereno	Kaxinawa	Jordão	AC	PT	127	
	Gerson Barbosa da Silva	Kaxinawa	Feijó	AC	PT	380	
	Antonio Gilberto	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PCdoB	44	
	Manoel Sampaio Silva	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PTdoB	32	
	Roberto Feitosa do Nascimento	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PTdoB	32	
	Francisco Lopes	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PCdoB	?	
	Protásio	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSL	206	
	Domingos S . Camico	Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	AM	PTB	242	
	Alva Rosa (F)	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PTB	297	
	Ailton Galvao	Baré	São Gabriel da Cachoeira	AM	PMDB	304	
	Robenilson Otero	Baré	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSL	308	
	Cecilio Correia	Mura	Autazes	AM	PSDB	215	
	Ademicio Suzano Bastos	Tikuna	Benjamim Constant	AM	PSDB	248	
	Ofir Manoelino Aiambo	Tikuna	Benjamim Constant	AM	PFL	190	
	Davi Felix	Tikuna	Benjamim Constant	AM	PTB	356	
	Darcy Duarth Comapa	Marubo	Atalia do Norte	AM	PCdoB	68	
	Maria Raimunda da Cruz (F)	Kambeba	Alvarães	AM	PTB	91	
	Miguel Arcanjo Barbosa de Araujo	Tikuna	Santo Antonio do Iça	AM	PSDC	274	
	João Lourenzo Cruz	Tikuna	Tabatinga	AM	PMDB	323	
	Darcy Bibiano Muratu	Tikuna	Tabatinga	AM	PMDB	323	
	Manoel Nery	Tikuna	Tabatinga	AM	PL	173	
	Iranildo Nóbrega de M. Azevedo	Sateré-Mawé	Parintins	AM	PFL	956	
	Zildo	Palikur	Oiapoque	AP	PSB	183	
	Carlos Alberto Malaquias	Galibi-Marworno	Oiapoque	AP	PSB	140	
	Ramos dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	PSB (R)	143	
	Estácio dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	PSB	202	
	Aginaldo Francisco dos Santos	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Pau Brasil	BA	PT	197	
	Aurea Christiany N. Pergentino (F)	Tuxá	Rodelas	BA	PTB	234	
	Josefa Pereira da S. Xavier (F)	Pankararé	Gloria	BA	PFL	556	
	Francisco Alvez da Silva	Pataxó	Santa Cruz da Cabralia	BA	PMDB	174	
	Luzia Silva Matos (F)	Pataxó	Santa Cruz da Cabralia	BA	PMDB	178	

	Raimundo Nonato	Kanela	Fernando Falcão	MA	PSC	154	
	Maria Diva (F)	Maxacali	Santa Helena de Minas	MG	PSD	106	R
VICE	Manoel Gomes de Oliveira	Xacriabá	São João das Missões	MG	PDT ®	187	
	Livino Gomes de Oliveira	Xacriabá	São João das Missões	MG	PDT	259	
	José Gomes de Oliveira	Xacriabá	São João das Missões	MG	PDT	161	
	Manoel Fereira da Silva	Pataxó	Carmésia	MG	PL	57	
	Euzébio Batista da Cruz	Kadiwéu	Porto Murtinho	MS	PT	167	
	Percedino Rodrigues	Terena	Dois Irmãos do Buriti	MS	PT	216	
	Valdomiro Vargas	Terena	Aquidauana	MS	PV	321	
	Bartolomeu Patira Pronhope	Xavante	Geraldo Carneiro	MT	PPS	186	
	Amanua Seus	Meninaku	Gaúcha do Norte	MT	PSDB	99	
	Jeremias	Xavante	Campinápolis	MT	PFL	289	
	Roberto Krixí	Munduruku	Jacareanga	PA	PSC	316	
	Aurélio Krixí	Munduruku	Jacareanga	PA	PSC	256	
	Hans Amancio Kabá	Munduruku	Jacareanga	PA	PSC	174	
PRE	Marcos Antonio dos Santos	Potiguara	Baía da Traição	PB	PMDB®	2043	R
	José Ciríaco	Potiguara	Baía da Traição	PB	PT	152	
	Genival da Silva dos Santos	Potiguara	Baía da Traição	PB	PPB	106	
	Roberto Carlos Batista	Potiguara	Baía da Traição	PB	PL	153	
	Manoel Messias Rodrigues	Potiguara	Baía da Traição	PB	PMDB	233	
	Idácio Gomes da Silva	Potiguara	Baía da Traição	PB	PMDB	252	
	José da Silva	Potiguara	Marcação	PB	PMDB	79	
	Raimunda Candido da Silva (F)	Potiguara	Marcação	PB	PPB	128	
	Paulo Sérgio da S. Araujo	Potiguara	Marcação	PB	PSB	127	
	Helena Maria da Conceição (F)	Potiguara	Marcação	PB	PPB	128	
	Maria Luciene	Kambiwá	Ibimirim	PE	PL ®	389	R
	Pedro Chico	Atikum	Carnaubeira da Penha	PE	PMDB	209	
	Edson Gabriel da Silva	Atikum	Carnaubeira da Penha	PE	PDT	280	
	José Vital	Pankararu	Jatobá	PE	PSDB	204	
	José Kagmu Olíbio	Kaingang	Nova Laranjeiras	PR	PT	324	
	Desmano Raposo Viriato	Macuxi	Normandia	RR	PTB	90	
	Moisés Ramos da Silva	Wapixana	Normandia	RR	PDT ®	126	R
VICE	José Novais	Macuxi	Uiramutã	RR	PPB	889	
VICE	Anísio Pedrosa	Macuxi	Pacaraima	RR	?	?	
VICE	Rodrigues Pinto	Macuxi	Normandia	RR	?	1493	
	Neves K. Farias	Kaingang	Benjamin Constant do Sul	RS	PT	108	assassinado
	Belo Farias	Kaingang	Benjamin Constant do Sul	RS	PT	97	
	Batista de Oliveira	Kaingang	Benjamin Constant do Sul	RS	PMDB ®	139	R
	Erpone Lopes	Kaingang	Gramado dos Loureiros	RS	PPB ®	143	R
	Ireni Franco	Kaingang	Charrua	RS	PMDB	100	
	Moacir Venhkag Doble	Kaingang	Cacique Doble	RS	PFL	214	

2004

VICE	Elpidio Pipra	Xokleng	José Boiteux	SC	PMDB	131
	Valdo Correia da Silva	Kaingang	Ipuaçu	SC	PPS	101
	Nilso Belino	Kaingang	Ipuaçu	SC	PPS	233
	Orides Belino	Kaingang	Ipuaçu	SC	PPS	1227
	José Carlos Gabriel	Guarani	Ipuaçu	SC	PPS	115
	Antonio Oliveira	Kaingang	Entre Rios	SC	PP	93
VICE	José Domingos	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PT	
VICE	Paulo Lopes	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PCdoB	
	José Lopes Mateus	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PCdoB	
	José Osair Sales (Siã)	Kaxinawa	Jordão	AC	PV	
	Pedro Barbosa Sales	Kaxinawa	Jordão	AC	PT	
	Joel Ferreira Lima	Poyanawa	Mancio Lima	AC	PCdoB	
	Francisco França	Baré	Santa Isabel do Rio Negro	AM	PPS	
	Pecoré	Cambeba	Amaturá	AM	PHS	
	Louruval	Maioruna	Alvaraes	AM	PFL	
	Itamar	Miranha	Uarini	AM	PSDC	
	Raimundo Euclides	Munduruku	Borba	AM	PMDB	
	Cecílio Correa	Mura	Autazes	AM	PPS	
	José Maria Moreira	Piratapuia	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT	
	Tomas Batista	Sateré	Barreirinha	AM	PT	
	Ivanildo Gastão	Sateré	Maués	AM	PTB	
	Lauro	Ticuna	Amaturá	AM	PHS	
	Aldemicio Suzano	Ticuna	Benjamim Constant	AM	PSDB	
	Martinho Candido	Ticuna	Benjamim Constant	AM	PV	
	Esau Castelo	Ticuna	Benjamim Constant	AM	PP	
	Sinésio Isaque	Ticuna	Santo Antonio do Içá	AM	PT	
	Osiel	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PL	
	Paulino Firmino	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PSDB	
	Alcides	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PSDB	
	Paulo Canhão	Ticuna	Tabatinga	AM	PRP	
	João Cruz	Ticuna	Tabatinga	AM	PFL	
	Izidio	Ticuna	Tabatinga	AM	PL	
	Siriaco	Ticuna	Amaturá	AM	PTB	
	Hernane dos Santos	Tukano	Tabatinga	AM	PL	
	Felizardo do Santos	Galibi-Marworno	Oiapoque	AP	PL	
	Coaraci Maciel	Galibi-Marworno	Oiapoque	AP	PSB	
	Ramos dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	PSB	
PRE	Gerson de Souza Melo	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Pau Brasil	BA	PT	
	José Nunes	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	

Aconteceu 1996-2000 - 215
http://pib-partidoindigenabrasileiro.blogspot.com.br/2013/03/e-possivel-criar-um-partido-indigena-no.html#.V_4XZI8rLcs

2008

		Domingos Golçalves de Alckmim	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	
		Evanete Evangelista (F)	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	
		Antonio de Araujo Santana	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	
		Jeuzeani Pinheiro (F)	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	
		Agripino Benites	Guarani	Caarapó	MS	PT	
		Reinaldo Koturina	Javaé	Santa Terezinha	MT	PT	
		Tamalui Mehinako	Mehinako	Gaúcha do Norte	MT	PL	
		Bartolomeu Pronhopa	Xavante	General Carneiro	MT	PL	
		Panderiwip	Zoró	Rondolandia	MT	PAN	
VICE		Adelson Deolindo da Silva	Potiguara	Baia da Traição	PB	?	
		Genival da Silva dos Santos	Potiguara	Baía da Traição	PB	PP ®	R
		Idácio Gomes da Silva	Potiguara	Baía da Traição	PB	PMDB ®	R
		Manoel Messias Rodrigues	Potiguara	Baía da Traição	PB	PTB®	R
PRE		Paulo Sérgio	Potiguara	Marcação	PB	PT	
VICE		Iris	Potiguara	Marcação	PB	?	
		Valdi Fernandes da Silva	Potiguara	Marcação	PB	PT	
		Alyson Brito Santos	Potiguara	Marcação	PB	PL	
		Gilberto Gomes da Cruz	Potiguara	Marcação	PB	PRP	
		João Ferreira do Nascimento	Potiguara	Marcação	PB	PRP	
		José Francisco da Silva	Atikum	Carnaubeira da Penha	PE	PSTU	
		Sevi Veronei da Silva	Pankará	Carnaubeira da Penha	PE	PSTU	
		José Agnaldo Gomes de Souza	Xukuru	Pesqueira	PE	PT	
PRE		Orlando Justino	Macuxi	Normandia	RR	PSB	
VICE		Anisio	Macuxi	Pacaraima	RR	?	
		José Nilton	Macuxi	Pacaraima	RR	PTdoB	
		Genival Costa da Silva	Macuxi	Pacaraima	RR	PFL	
		Darci Maurerri	Javaé	Formoso do Araguaia	TO	PL	
		José Hani	Karajá	Lagoa da Confusão	TO	PMDB	
		Lázaro Calixto	Xerente	Tocantínia	TO	PL	
		Bonfim Pereira Rodrigues	Xerente	Tocantínia	TO	PT	
VICE		Hilário Augusto	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PCdoB	671
		Adalberto Domingos	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PPS	48
		Edimar Domingos	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	DEM	45
		Paulo Lopes	Kaxinawa	Santa Rosa	AC	PCdoB ®	88 R
		Joel Ferreira Lima	Puyanawa	Mancio Lima	AC	PCdoB	421 R
		Lauro Lorenzo	Ticuna	Amaturá	AM	PCdoB ®	185 R
		Siriaco Silva	Ticuna	Amaturá	AM	PMDB ®	254 R
		Cecilio Correa	Mura	Autazes	AM	PMDB ®	351 R
PRE		Mecias Pereira Batista	Sateré	Barreirinha	AM	PMN	3666

[https://pib.socioambiental.org/pt/c/ini-ativas-indigenas/Indios-e-as-eleicoes/2008---Indios-sao-eleitos-prefeito-e-vice-prefeito-de-sao-gabriel-da-cachoeira-\(am\)--](https://pib.socioambiental.org/pt/c/ini-ativas-indigenas/Indios-e-as-eleicoes/2008---Indios-sao-eleitos-prefeito-e-vice-prefeito-de-sao-gabriel-da-cachoeira-(am)--)

	Davi Félix Cecílio	Ticuna	Benjamim Constant	AM	PSDC	376			
	Silbeni Ovidio Rosindo	Ticuna	Santo Antonio do Iça	AM	PR	387			
PRE	Pedro Garcia	Tariano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT	6.366			
VICE	André Fernando	Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	AM	PV	6.366			
	Osmarina Maria Pena (F)	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT	426			
	Rivelino Ortiz Garcia	Tariano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT	638			
	Alcides Sebastião	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PSDB	288			
	Hildo Moçambite	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PT	530			
	Francisco Antonio Guedes	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PT	404			
	Sebastião Ramos	Ticuna	Tabatinga	AM	PSL	484			
	Elton Anica	Karipuna	Oiapoque	AP	PV	476			
	Felizardo dos Santos	Galibi-Marworno	Oiapoque	AP	PV ®	315	R		
	Cícero Rumão	Tumbalalá	Abaré	BA	PSC	480			
	Gerson de Souza Melo	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Pau Brasil	BA	PT	205			
	Edmundo Ferreira	Pataxó	Prado	BA	PT	275			
	Romildo Cruz de Araújo	Tuxá	Rodelas	BA	PRP	471			
	Sérgio Luiz da Cruz	Tuxá	Rodelas	BA	PT	335			
	Ailton Alves dos Santos	Pataxó	Santa Cruz de Cabralia	BA	PR	337			
	Antonio Kacrose	Canela	Fernando Falcão	MA	PT	382			
	Isaias Alvez Pavião	Guajajara	Jenipapo dos Vieiras	MA	PV	499			
	Davi Soares Milhomem	Krikati	Montes Altos	MA	PT	208			
	Ismail	Maxacali	Bertópolis	MG	PMDB	96			
	Maria Diva	Maxacali	Santa Helena de Minas	MG	PRB®	165	R	F	
PRE	José Nunes	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT ®	3.316	R		
VICE	Jonesvan	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	3.316			
	Antonio de Araújo Santana	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT ®	393	R		
	Hilário Correa Franco	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT®	234	R		
	João Batista dos Santos	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	347			
	João Pinheiro dos Santos	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT	258			
	Domingos Gonçalves Alckmim	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT ®	306	R		
	Maria Zita Barbosa	Xakriabá	São João das Missões	MG	PR	392		F	
	Percedino Rodrigues	Terema	Dois Irmãos do Buriti	MS	PT	290			
	Sergio Cavalheiro	Guarani	Laguna Carapã	MS	PT	102			http://diarioms.com.br/capitao-isola-aldeia-rancho-jacare/
	Diomar Uretêe	Xavante	Bom Jesus do Araguaia	MT	PR	138			
	Jeremias Pinta'awe	Xavante	Campinápolis	MT	DEM	362			
	Ciucarte Mehinako	Mehinako	Gaúcha do Norte	MT	PPS	125			
	Ary Maraiho	Xavante	Nova Nazaré	MT	PSDB	53			
	José Itabira	Surui	Rondolandia	MT	PR	128			
	Genilson André	Pareci	Tangará da Serra	MT	PR	739			https://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=61252
VICE	Roberto Krixí	Munduruku	Jacareacanga	PA	PT	1.904			

2012

	Adonias Kabá	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSDB	243	
	Gerson Barbosa Manhuary	Munduruku	Jacareacanga	PA	PT	292	
	Hans Amancio Kaba	Munduruku	Jacareacanga	PA	PMDB	208	
	Isaias	Munduruku	Jacareacanga	PA	PMDB	186	
	Rosinildo Saw	Munduruku	Jacareacanga	PA	PMDB	204	
VICE	Adelson Deolindo da Silva	Potiguara	Baia da Traição	PB	?	?	R
	Genival Silva dos Santos	Potiguara	Baia da Traição	PB	PP ®	235	R
	Manoel Messias Rodrigues	Potiguara	Baia da Traição	PB	PMDB ®	234	R
	Nivaldo Deolindo da Silva	Potiguara	Baia da Traição	PB	PSDB	187	
PRE	Paulo Sérgio da Silva	Potiguara	Marcação	PB	PMDB	2.301	R
VICE	Valdi Fernandes	Potiguara	Marcação	PB	PT	2.301	
	José Carlos da Cruz	Potiguara	Marcação	PB	PMDB	179	
	José Edson Soares	Potiguara	Marcação	PB	PTB	231	
	Raimunda Candido Barbosa	Potiguara	Marcação	PB	PRB	192	F
	Claudecir da Silva Braz	Potiguara	Rio Tinto	PB	PMDB	760	
	José Frederico da Silva	Fulni-ô	Águas Belas	PE	DEM	615	
	Edson Gabriel da Silva	Atikum	Carnaubeira da Penha	PE	PDT	382	
	Cleomar Diomedio dos Santos	Pankararu	Jatobá	PE	PDT	230	
	José Agnaldo Gomes de Souza	Xucuru	Pesqueira	PE	PT	1.314	R
PRE	Orlando Oliveira Justino	Macuxi	Normandia	RR	PSDB	1.641	R
VICE	Anisio Pedroso Lima	Macuxi	Pacaraima	RR	PP	2.250	R
PRE	Eliésio Cavalcante de Lima	Macuxi	Uiramutã	RR	PT	1.756	
	Albertino Dias de Souza	Macuxi	Uiramutã	RR	PSDB	105	
	Dilson Domente	Ingaricó	Uiramutã	RR	PT	278	
	Pedro Ferreira	Kaingang	Benjamim Constant do Sul	RS	PT	254	
VICE	Erpone Nascimento	Kaingang	Gramado dos Loureiros	RS	PPS	840	
	Darci Maurerri	Javaé	Formoso do Araguaia	TO	PV	241	R
	Iwrraru	Karajá	Lagoa da Confusão	TO	PMDB	149	
	Antonio Marco Sena Leal	Karajá	Santa Fé do Araguaia	TO	PPS	188	
	Alexandre	Xerente	Tocantinia	TO	PMDB	179	
	Ivan Suzawré	Xerente	Tocantinia	TO	PT	149	
	Chico Sereno	Kaxinawa	Jordão	AC	PC do B		
	Cacique Narço Kaxinawa	Kaxinawa	Tarauacá	AC	PSD		
	Uílio	Kariri-xocó	Porto Real do Colégio	AL	PSDB		
	Neno Isidório	Karapotó	São Sebastião	AL	PT		
PRE	Messias Saterê	Saterê-Mawe	Barreirinha	AM	PSD		R
	Manoel Chorimpa	Marubo	Atalaia do Norte	AM	PRP		
	Professor Gilmar	Tukano	São Gabriel da Cachoeira	AM	PTC		
	Professor Trinho	Baré	São Gabriel da Cachoeira	AM	PPS		
	Sucy	Baré	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSL		

Instituto Socioambiental.
<https://indiospotiguaradapbemfoco.wordpress.com/2013/03/page/2/>

VICE	Robenilson	Baré	São Gabriel da Cachoeira	AM	PRB	R
	Baixinho	Coripaco	São Gabriel da Cachoeira	AM	PTB	
	Domingos Camico	Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	AM	PPS	
	Professor Martinho	Baniwa	Barcelos	AM	PC do B	
	Claudia Tikuna	Ticuna	Amaturá	AM	PSL	
	Ramos dos Santos	Karipuna	Oiapoque	AP	PP	
	Cícero Marinheiro	Tumbalalá	Abaré	BA	PMDB	
	Regi Cacique	Pataxó Hãhãhãe	Itaju do Colônia	BA	PT	
	Professora Sheila	Payayá	Morro do Chapéu	BA	PT	
	Gerson Pataxó	Pataxó Hãhãhãe	Pau Brasil	BA	PT	
	Lourão	Pataxó	Pau Brasil	BA	PDT	
	Toy – Sérgio Luiz	Tuxá	Rodelas	BA	PT	
	Cacique Aruã	Pataxó	Prado	BA	PC do B	
	Ivanir do Senhor	Kanindé	Aratuba	CE	PSB	
	Vicente Sampaio	Potiguara	Monsenhor Tabosa	CE	PC do B	
PRE	Grosso Tremembé	Tremembé	Itarema	CE	PV	R
	Cacique Getulio (Jose Nemo Rhu a)	Guajajara	Itaipava do Grajau	MA	PSDB	
	José Arão Marizê Lopes	Guajajara	Grajaú	MA	PMN	
	Xe Pataxó	Pataxó	Carmésia	MG	PT	
	Maria Diva	Maxakali	Santa Helena de Minas	MG	PRB	
	Marcelo Pereira	Xacriabá	São João das Missões	MG	PT	
	Toninho de Alípio	Xacriabá	São João das Missões	MG	PT	
	Agenor Cacique	Xacriabá	São João das Missões	MG	PT	
	Dão de Rosalvo	Xacriabá	São João das Missões	MG	PT	
	Ismail Maxacali	Maxakali	Bertópolis	MG	PMDB	
	Dário	Guarani Kaiowá	Caarapó	MS	PR	
	Professor Eder	Terena	Dois Irmãos do Buriti	MS	PMDB	
	Aguilera de Souza	Guarani Nhandeva	Dourados	MS	PSDC	
	Daiane Vilharva	Guarani Nhandeva	Japorã	MS	PTN	
	Pastor Márcio	Terena	Miranda	MS	PSL	
VICE	Ancilo	Guarani Kaiowá	Tacuru	MS	PT	F
	Màtudjô Metyktire	Kayapó Metyktire	São José do Xingu	MT	PSB	
	Vanderlei Tamirete Xavante	Xavante	Bom Jesus do Araguaia	MT	PSB	
	Wesley	Kanela	Luciara	MT	PPS	
	Jossiney	Kanela	Luciara	MT	PSDB	
	Rodrigo Teidzastse Para'Udza	Xavante	Nova Nazaré	MT	DEM	
	Romildo Cheredaepran	Xavante	Campinápolis	MT	PR	
	Naldo Tembê	Tembé	Santa Luzia do Pará	PA	PT	
	Ubirajara Sompré	Gavião	Marabá	PA	PPS	
	Roberto Crixí	Munduruku	Jacareacanga	PA	PT	
	Rosenildo Saw Munduruku	Munduruku	Jacareacanga	PA	PMDB	

	Gerson Barbosa Manhuari	Munduruku	Jacareacanga	PA	PT		
	Elinaldo Crixí Munduruku	Munduruku	Jacareacanga	PA	PMDB		
	Adonias Kaba	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSDB		
VICE	Marco Aurelio de Oliveira	Potiguara	Rio Tinto	PB	PMDB		
	Claudecir	Potiguara	Rio Tinto	PB	PMDB	1.241	F
PRE	Manuel Messias Rodrigues	Potiguara	Baia da Traição	PB	PMDB		
VICE	Roberto Carlos Batista	Potiguara	Baia da Traição	PB	PMDB		
	Luiza Alice (lu de Pompeu)	Potiguara	Baia da Traição	PB	PT		
	Josemar bernardo (Duda)	Potiguara	Baia da Traição	PB	PP		
	José Roberto (Beto Bass)	Potiguara	Baia da Traição	PB	PRB		
	Nathan Galdino da Silva	Potiguara	Baia da Traição	PB	PSB		
PRE	Adriano Barreto	Potiguara	Marcação	PB	PSB		
VICE	Eliselma (Lili)	Potiguara	Marcação	PB	PSB		
	Ze Pedro (Edinho)	Potiguara	Marcação	PB	PT		
	Renata	Potiguara	Marcação	PB	PSB		
	José Edson Soares de Lima	Potiguara	Marcação	PB	PTB		
	Dezinho Índio	Fulni-ô	Águas Belas	PE	PSD		
	Max Fulni-ô	Fulni-ô	Águas Belas	PE	PSB		
	Neguinho Truká	Truká	Cabrobó	PE	PSD		
	Edson Gabriel	Atikum	Carnaubeira da Penha	PE	PDT		R
	Dorinha Cacique Pankara	Pankará	Carnaubeira da Penha	PE	PT		F
	Edivaldo	Atikum	Carnaubeira da Penha	PE	PT		
	Henry Cândido	Pankará	Carnaubeira da Penha	PE	PSB		
	Tel de Laécio	Pankará	Carnaubeira da Penha	PE	PSD		
	Severino Índio	Xukuru	Pesqueira	PE	PT		
	Sil Xukuru	Xukuru	Pesqueira	PE	PT		
	Biá	Xukuru-Cimbres	Pesqueira	PE	PSC		
	Eloy Jacintho	Guarani	Santa Amélia	PR	PDT		
	Angelo Cacique Kavigtanh Rufino	Kaingang	Nova Laranjeiras	PR	PT		
	Arão Wao Hara Ororamxijein	Wari'	Santa Amélia	RO	PTB		
	Roberto Oro Win	Oro Win	Guajará-Mirim	RO	PSB		
	Cícia (Secilita Sales Edmam)	Ingarikó	Uiramutã	RR	PT		
PRE	Eliésio Cavalcanti	Makuxi	Uiramutã	RR	PT		R
	Professor Damazio	Makuxi	Uiramutã	RR	PC do B		
	Profª. Irasneide	Makuxi	Uiramutã	RR	PT do B		
	Maciel	Makuxi	Uiramutã	RR	DEM		
	Benísio	Makuxi	Uiramutã	RR	PC do B		
	Cacique Antônio Ming	Kaingang	Ronda Alta	RS	PT		
	Cacique José (José Oreste Nascimento)	Kaingang	Gramados dos Loureiros	RS	PPS		
VICE	Erpone Nascimento	Kaingang	Gramados de Loureiros	RS	PPS		R
	Volmir Lopes / Maninho	Kaingang	Nonoai	RS	PP		

2016

		Paulo Ribeiro	Kaingang	Redentora	RS	PMDB	
		Valmir Cipriano	Kaingang	São Valério do Sul	RS	PMDB	
		José Carlos Cipriano Fongue / Zeca	Kaingang	São Valério do Sul	RS	PP	
		Siduelio Miguel	Kaingang	São Valério do Sul	RS	PT	
		Elizeu Garcia	Kaingang	Benjamin Constant do Sul	RS	PT	
		José Marialdo Palhano	Kaingang	Charruá	RS	PP	
		Itacir Caetano Chaves	Kaingang	Erebango	RS	PP	
	PRE	João Roque	Kaingang	Entre Rios	SC	PMDB	
		Alcimar Gomes/Fio	Kaingang	Ipuaçu	SC	PSDB	
		Nego/Osmar Barbosa	Kaingang	Ipuaçu	SC	PMDB	
		Faustino Ciri	Xokleng	José Boiteux	SC	PMDB	
		Paulinho Paiakan (Paulo Roberto)	Terena	Avaí	SP	PSDB	
		Ka	Kaingang	Arco-íris	SP	PSB	
		Iwraru Karajá	Karajá	Lagoa da Confusão	TO	PTB	R
	PRE	Isaac Pyanko	Ashaninka	Marechal Thaumaturgo	AC	PMDB	
		Lazaro	Manchineri	Assis Brasil	AC	PCdoB	
		Decio	Hunikui	Feijó	AC	PSB	
		Enio	Kulina	Santa Rosa do Purus	AC	PR	
		Sanowa	Kulina	Santa Rosa do Purus	AC	PRP	
		Gregorio Sereno	Kaxinawa	Santa Rosa do Purus	AC	PT	
		Cacique Manoel	Kaxinawa	Santa Rosa do Purus	AC	PRP	
		Fernando	Kaxinawa	Jordão	AC	PDT	
		Cacique Nasso	Kaxinawa	Tarauaca	AC	PCdoB	R
		Dada da Aldeia	Kariri-Xocó	Porto Real do Colégio	AL	SD	
		Uilio da Aldeia	Kariri-Xocó	Porto Real do Colégio	AL	PRP	
	PRE	Clovis Curubão	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT	
	VICE	Pascoal Alcântara	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT	
		Basilio	Kuripaco	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSL	
		Alex	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PT	
		Anderson	Yanomami	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSL	
		Rafinha	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PSL	
		Professora Otacila	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	DEM	
		Dieck Diogenes	?	São Gabriel da Cachoeira	AM	PR	
		Paulino Pite	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PR	430
		Jaime Manoel	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PMDB	388
		Celso Jordão Antonio	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PSL	257

http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=636

<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2016/10/05/pt-e-psdb-elegem-mais-vereadores-indigenas-pelo-pais/>

<http://www.emtempo.com.br/cresce-quantidade-de-indigenas-eleitos-no-amazonas-segundo-tse/>

<https://indiospotiguaradapbemfoco.wordpress.com/2013/03/page/2/>

	Alcides Guedes	Ticuna	São Paulo de Olivença	AM	PSD	371	
	Alberto Xavier	?	Santo Antonio do Iça	AM	PSD	749	
	Lucas Silva	?	Santo Antonio do Iça	AM	PROS	327	
	Teodorino	?	Santo Anttonio do Iça	AM	PMDB	280	
	Siromar	?	Santa Isabel do Rio Negro	AM	PMDB	118	
	Maria Melgueiro	?	Santa Isabel do Rio Negro	AM	PMDB	148	
	Chico da Mélia	?	Pauini	AM	PT	187	
	Juraci Brasil	?	Pauini	AM	PCdoB	164	
	Mauca	?	Alvarães	AM	PROS	403	
	Jair do Marajai	?	Alvarães	AM	PROS	180	
	Síldomar Felix	?	Benjamim Constant	AM	PSOL		
	Mendario	Ticuna	Tabatinga	AM	DEM	719	
	Felipe Vitorino	Ticuna	Tabatinga	AM	PMDB	676	
	Domingo	Ticuna	Tabatinga	AM	PR		
	Adelson Saldanha (Kora)	?	Atalaia do Norte	AM	PT	171	
	Marke Turu	Matis	Atalaia do Norte	AM	PSDB	157	
	Manoel Churimpa	Marubo	Atalaia do Norte	AM	PROS	134	
	Armando	Marubo	Atalaia do Norte	AM	PSDB	226	
	Cesar	Mayuruna	Atalaia do Norte	AM	PSL	210	
	Gilson (Gaúcho)	Mayuruna	Atalaia do Norte	AM	PMDB	143	
	Jawaruwa	Wajãpi	Pedra Branca do Amapari	AP	REDE		
	Elias Barros	?	Lajedo do Tabocal	BA	PMDB		
	Cacique Renivaldo	Pataxó	Porto Seguro	BA	PV		
	Agricio Índio	Kiriri	Banzaê	BA	PSDC		
	Professora Sheila	Payayá	Morro do Chapéu	BA	PT		
	Gerson Pataxó	Pataxó	Pau Brasil	BA	PT		R
	Lourão	Pataxó	Pau Brasil	BA	PDT		R
	Indiara	Pataxó	Santa Cruz Cabralia	BA	PDT		
	Josué	Pataxó	Santa Cruz Cabralia	BA	PSD		
	Cacique Flavio	Kaimbé	Euclides da Cunha	BA	PT		
	Joedson Ribeiro	Tuxá	Rodelas	BA	PDT		
	Zerivaldo	?	Olindina	BA	PSD		
	Pedrinho	Tumbalala	Abaré	BA	PPS		http://www.povosindigenas.blog.br/v1/category/_destaque1/
	Weibe	Tapeba	Caucaia	CE	PT		
	Vicentinho	Potiguara	Monsenhor Tabosa	CE	PCdoB		
	Erivaldo	?	Barroquinha	CE	PSDB		
	Raul	Canela	Fernando Falcao	MA	PSDB		
	Marcolino	Guajajara	Arame	MA	PSDC		
	Cacique Getulio	Guajajara	Itaipava do Grajaú	MA	PRB		
PRE	José Nunes	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT		

VICE	Dona Zita	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT		
	Dão do Rosalvo	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT		
	Otelice Nunes	Xakriabá	São João das Missões	MG	PTB		
	Wagney de Dario	Xakriabá	São João das Missões	MG	PSD		
	Zinho de Merindo	Xakriabá	São João das Missões	MG	PT		
VICE	Diva Maxacali	Maxacali	Santa Helena de Minas	MG	PMDB		
	Margarida Maxacali	Maxacali	Santa Helena de Minas	MG	PRB		
	Israel Maxacali	Maxacali	Ladainha	MG	PP	220	
	Alexandre Xé Pataxó	Pataxó	Carmésia	MG	PT		
	Professor Eder	Terena	Dois Irmãos de Buruti	MS	PMDB	R	
	Adm. Eber reginaldo	Terena	Dois Irmãos de Buruti	MS	PSDB		
	Otacir Figueiredo (Gringo)	Terena	Sidrolândia	MS	PROS		
	Cleber	Guarani	Paranhos	MS	PSDB		
	Professor Alécio	Guarani	Caarapó	MS	PSDB		
	Adilson Zebra	Terena	Miranda	MS	PSL		
	Professor Ismael	Guarani	Amambai	MS	PMDB		
	Luzia Montiel	Guarani	Tacuru	MS	DEM		F
	Adelina	Guarani	Japorã	MS	PRP		F
	Professor Joaquim	Guarani	Japorã	MS	PRP		
	Txonto	Ikpeng	Feliz Natal	MT	PMDB		
	Erika	Nhambiquara	Comodoro	MT	PRB		F
	Leonardo	Xavante	Santo Antonio do Leste	MT	PV		
	Vanderlei Temireté	Xavante	Bom Jesus do Araguaia	MT	PSDB		
	Libercio	Xavante	Campinópolis	MT	PV		
	Carlinhos	Kuiikuro	Gaúcha do Norte	MT	PRB		
	Mutua	Kuikuro	Gaúcha do Norte	MT	SD		
	Claudio Werikina	Karajá	Luciara	MT	SD		
PRE	Zé Martins	???	Jacundá	PA	PMDB		http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/outubro/o-retrato-da-politica-brasileira-branca-masculina-e-proprietaria/view
VICE	Hans	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSC		
	Giovani Kaba	Munduruku	Jacareacanga	PA	PSDB		
	Elinaldo	Munduruku	Jacareacanga	PA	PMDB		
	Gersinho	Munduruku	Jacareacanga	PA	PT		
	Felipe Xere	Kaiapó	Cumarú do Norte	PA	PP		
PRE	Cacique Sandro	Potiguara	Rio Tinto	PB	PDT		
	Cal	Potiguara	Rio Tinto	PB	PMDB		
	Eliselma	Potiguara	Marcação	PB	PDT		
	Rauny	Potiguara	Marcação	PB	PR		
	Giliard de Grupiuna	Potiguara	Marcação	PB	PSL		
	Giovanne	Potiguara	Marcação	PB	PSD		

PRE	Lu de Pompeu	Potiguara	Baia da Traição	PB	DEM	F
	Betto Bass	Potiguara	Baia da Traição	PB	PRB	
	Gerson	Pankararu	Tacaratu	PE	PSB	
	Celo	Pankararu	Tacaratu	PE	PV	
PRE	Rossine	Xukuru	Lajedo	PE	PSD	http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/outubro/o-retrato-da-politica-brasileira-branca-masculina-e-proprietaria/view http://www.carlosbritto.com/representante-da-tribo-xukuru-prefeito-eleito-de-lajedo-pe-diz-que-vai-trabalhar-pelos-mais-carentes/
	Severino Índio	Xukuru	Pesqueira	PE	PTB	
	José Carlos Indio	Xukuru	Pesqueira	PE	PRP	
	Bia Expedito Cabral	Xukuru	Pesqueira	PE	PSC	
	Sil	Xukuru	Pesqueira	PE	PTB	
	Cleomar	Pankararu	Jatobá	PE	PV	F
	Zeção	Pankararu	Jatobá	PE	PSB	
	Ronaldo de Valdenor	Pankararu	Jatobá	PE	DEM	
	Valdo do Xixiakla	Fulni-ô	Águas Belas	PE	PT	
	Max	Fulni-ô	Águas Belas	PE	PDT	
	Eliana de Branco	?	Lagoa dos Velhos	RN	PTN	
	Zelio Mota	??	Boa Vista	RR	PSD	
	Zacaria	Macuxi	Bomfim	RR	PSDC	
	Roberlandio	Wapixana	Cantá	RR	PV	
	Profa. Lourdes	?	Uiramutã	RR	PDT	
	Jaime Piesan	?	Normandia	RR	PV	
	Jadir Jacinto	Kaingang	Irai	RS	PP	
	Siduelio	Kaingang	São Valério do Sul	RS	PT	R
	Vergilio	Kaingang	São Valério do Sul	RS	PMDB	
	Cacique Valdones	Kaingang	Tenente Portela	RS	PSDB	
	Professor Derli	Kaingang	Redentora	RS	PCdoB	
	Elizeu Garcia	Kaingang	Benjamim Constant do Sul	RS	PT	R
	Jaco	Kaingang	Charrua	RS	PP	
	Claudete (Dete)	Kaingang	Gramado dos Loureiros	RS	PPS	
	Lourival	Xokleng	Vitor Meireles	SC	PMDB	
	Ivan	Xerente	Tocantinia	TO	PV	
	Valci	Xerente	Tocantinia	TO	SD	
	Raimundo	Xerente	Tocantinia	TO	PSDB	
	Robson	Haritiana	Formoso do Araguaia	TO	PRTB	
	Sipriano Soares	?	Pedro Afonso	TO	PSL	
	Cristina	Karaja	Sandolandia	TO	PSB	

LACED



LABORATÓRIO DE PESQUISAS
EM ETNICIDADE, CULTURA
E DESENVOLVIMENTO



FORDFOUNDATION



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

